



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA**

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA

**ATA CIRCUNSTANCIADA DA 92ª
(NONAGÉSIMA SEGUNDA)
SESSÃO ORDINÁRIA,**

DE 22 DE OUTUBRO DE 2008.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Wilson Lima a secretariar os trabalhos da Mesa. Aproveito para saudar os servidores do DETRAN que estão acompanhando a sessão aqui. Vocês são muito bem-vindos a esta Casa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 197, de 31/10/2008, juntamente com a ata sucinta da 92ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Dá-se início ao
PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, além de cumprimentar os nobres pares, quero cumprimentar também a imprensa, bem como os companheiros do DETRAN aqui presentes em uma manifestação justa, não somente pela questão da reivindicação salarial, mas principalmente porque são contrários à criação da Companhia Metropolitana de Trânsito - CMT, o que é um atentado à segurança pública do Distrito Federal.

É bom deixarmos algumas questões claras: em primeiro lugar, o trabalho efetivado pelos companheiros do DETRAN, que prestam grande serviço e têm reconhecimento não só local, pela população, como também nacional, como o melhor departamento de trânsito do País; em segundo lugar, as mazelas dos Estados que têm Companhias Estaduais de Trânsito, as chamadas CETs, dos "amarelinhos".

Nós não queremos que Brasília passe por isso, primeiramente porque o projeto encaminhado a esta Câmara Legislativa pelo Governo do Distrito Federal tem algumas irregularidades: não apresenta, por exemplo, o impacto financeiro da criação desses cargos; só apresenta o número de cargos de cargos comissionados criados. Em segundo lugar, o salário de R\$ 800,00 (oitocentos reais) não condiz com



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

o salário de um profissional de segurança pública no Distrito Federal e em nenhuma Unidade da Federação. Seria abrir brechas e margem para a corrupção. É isso!

Não adianta pensarmos que o Departamento de Trânsito ficará somente com os agentes parados nas faixas de pedestres e nos semáforos, notificando, aumentando a arrecadação do DETRAN e do GDF. Não se pode partir desse prisma. O prisma tem de ser a segurança do cidadão e, conseqüentemente, o que o DETRAN tem feito até hoje, salvar vidas. É esse o princípio do Departamento de Trânsito do Distrito Federal.

DEPUTADO CHICO LEITE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Cabo Patrício, eu queria acrescentar ao que bem disse V.Exa. um dado de natureza científica. Nós alcançamos um patamar de agentes com formação não apenas acadêmica, mas própria para sua atividade específica, com remuneração compatível, com instrução não apenas para multar para fins de arrecadação, mais do que isso, para educar, para executar a política pública de trânsito.

Essa idéia da tal Companhia Metropolitana de Trânsito, a que chamamos de municipalização, é um retrocesso profundo na política pública do Distrito Federal. Na realidade, teríamos funcionários públicos ganhando muito menos, com muito menor formação e, por isso, muito aquém do valor específico para o exercício do cargo. É um Estado mais frágil e, por isso, sem agentes que possam cumprir o seu dever funcional efetivo. Não são só os servidores que perdem, é a população do Distrito Federal que perde profundamente. Eu preciso dizer isso aos nossos colegas. Essa não é só uma posição do Partido dos Trabalhadores, mas, sim, uma posição de todos os que querem efetivamente a paz no trânsito, não no discurso, mas na prática de vida das pessoas.

Muito obrigado.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Agradeço o aparte do Deputado Chico Leite.

Quero deixar claro que essa é uma posição de bancada, não somente minha, mas do Deputado Chico Leite, da Deputada Erika Kokay e do Deputado Paulo Tadeu. Nós defendemos, é claro, o servidor público trabalhador. Não podemos partir para a lógica do Estado mínimo. Temos de defender que as atividades essenciais são do Estado, sim.

Por isso, vamos brigar para que esse projeto da CMT não seja apreçado hoje.

Porém, não podemos permitir que o Governo mantenha essa espada de Dâmoques na cabeça dos servidores do DETRAN - e aí, tanto os nobres pares quanto a categoria também têm de ter esse entendimento. Todas as vezes que o DETRAN



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

se manifesta ou tenta fazer alguma reivindicação, ameaça-se trazer o projeto à apreciação nesta Casa. Isso é inadmissível! O servidor público tem de ter um diálogo constante com o Governo do Distrito Federal. Os problemas existem, e quem foi eleito para governar o Distrito Federal tem que administrar, tem que abrir ao diálogo. Vou dar um exemplo: teremos uma assembléia dos policiaes e bombeiros militares hoje às 17h e uma reunião com o Governo do Distrito Federal às 17h. Ao terminar a reunião, iremos à assembléia.

O Governo tem que se sensibilizar, tem que dar sinais de que quer atender o funcionário público. O Sr. Governador e todos os secretários têm que entender que a greve e a reivindicação são instrumentos legais de qualquer trabalhador. Afinal de contas, estamos num Estado Democrático de Direito, garantido pela Constituição Federal e pela Legislação Trabalhista. Por isso, os companheiros do DETRAN têm que continuar firmes na luta, negociando, articulando, sem arredar o pé em nenhum minuto.

O projeto da Companhia Metropolitana de Trânsito não é a pauta de reivindicação de vocês. Existe um acordo feito com o Governo sobre a incorporação da gratificação. O que vocês estão fazendo aqui é impedir que o Governo mantenha essa espada sobre as cabeças de cada um dos servidores.

Os Parlamentares têm que ter compromisso não só com os servidores do DETRAN, mas principalmente com a sociedade do Distrito Federal, preservando vidas, fazendo campanhas educativas e lutando para que esses profissionais sejam reconhecidos não só no discurso, em nível local e nacional, mas também efetivamente, com salários dignos, com qualificação, com profissionalismo, pois é assim que eles respondem junto à sociedade do Distrito Federal.

Muito obrigado.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras e Srs. Parlamentares, Srs. da imprensa, servidores do DETRAN que vêm a esta Casa nesta tarde, quero primeiramente solidarizar-me com vocês e dizer que sou contra a Companhia Metropolitana de Trânsito por razões um pouco diferentes das do Líder do Partido dos Trabalhadores. Eu sou contra isso porque causará ainda mais despesas ao Erário e porque uma função importante para a população, como a segurança de trânsito, será dada a pessoas sem treinamento, sem preparo e sem qualificação para exercê-la. Sou contra isso porque aumentará as despesas do Governo, criando mais cargos, mais um órgão, quando já existe um órgão para tratar dessa questão. Ocorrerá uma sobreposição de órgãos, e isso não gera uma melhor eficiência na administração pública.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

Quero dizer que vocês têm minha total solidariedade nessa luta. E tenho que ser sincero: essa solidariedade não é por causa de cada um de vocês; é por causa da população. A minha preocupação não é, simplesmente, com o emprego de cada um de vocês. A minha preocupação é com a população, e, por eu achar que a população precisa ter uma fiscalização de trânsito preparada, qualificada, rigorosa é que estou do lado de vocês. Quando vocês iniciam uma luta para fazer uma reivindicação, às vezes, parece uma reivindicação corporativa, pessoal de cada um de vocês. Mas essa não tem que ser a ótica. A ótica é diferente. Vocês estão reivindicando algo para a sociedade, pois o fim é a sociedade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, fiz um requerimento oficial de informações ao Governo do Distrito Federal, que pedia ao Governo que me remetesse, em 30 dias, conforme está assegurado na Lei Orgânica do Distrito Federal, uma lista de todos os cargos comissionados do Governo do Distrito Federal.

Recebi esse documento, que agora transmito desta tribuna a toda a população do Distrito Federal: o Distrito Federal tem, neste momento, exatamente 16.448 cargos comissionados. Só na Secretaria de Estado de Governo, nós temos 621 cargos comissionados, conforme documento oficial do Governo do Distrito Federal.

O que nós queremos, como agentes públicos que representamos a população desta cidade, é fazer uma reflexão: a França inteira possui 4.800 cargos comissionados, os Estados Unidos inteiros possuem 5.600 cargos comissionados. Por que o Distrito Federal possui mais de 16 mil cargos comissionados? Aliás, são 16.448 cargos.

Eu indago aos Srs. Parlamentares, que não estão me ouvindo, se isso não é demais, porque, em minha opinião, o serviço público é para devolver um serviço à população e não para simplesmente servir de projeto de perpetuação de poder de quem quer seja.

No meu gabinete, eu tenho 14 assessores a menos do que poderia ter! E penso que o Governo do Distrito Federal deveria ter menos, até para o dinheiro público estar onde qualquer pessoa de bom senso gostaria que ele estivesse, na Educação Pública, na Saúde Pública e na Segurança Pública. É para isso que servem os impostos pagos pela população, para que sejam prestados serviços públicos de qualidade a essa população. É para, nada mais, nada menos, devolver serviços públicos de qualidade.

Aliás, 91% do que o Estado arrecada são gastos com custeio da própria máquina do Estado. Isso é um absurdo! Parece que o contribuinte existe para servir o Estado e não o Estado existe para servir o contribuinte! A lógica está equivocada. É essa a reflexão que eu queria deixar aqui, porque existe alguma coisa de errado. Não é possível que isso continue desse jeito e passe como algo normal e natural e ninguém fale nada. O Deputado nomeia pessoas no Governo, ficam lá, ou seja,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

colocam as pessoas no Governo... para os projetos políticos isso é uma maravilha. E para a sociedade? E para o contribuinte? Será que é isso que nós queremos do serviço público? Que ele se torne um mero projeto de perpetuação político-eleitoral de algumas pessoas?

Eu penso que o serviço público deve ser prestado de forma diferente. A minha preocupação, no que diz respeito aos servidores do DETRAN, é com o serviço que será oferecido à população. É a população receber um serviço que não seja de qualidade e que não seja prestado por uma pessoa capacitada tecnicamente para exercer aquele cargo, uma pessoa que seja remunerada adequadamente para exercer aquela função. E ainda vai-se criar mais uma companhia, mais custos, mais cargos, que serão ocupados por pessoas que não vão ter o preparo adequado para cumprir a função.

E, não é corrupção, porque eu acredito que não é o dinheiro que vai causar corrupção, é o preparo, é a qualificação da pessoa, é o treinamento, é a história dela. Ninguém gosta mais e ninguém preza mais um órgão do que aqueles servidores concursados desse órgão, como é o caso do DETRAN, por exemplo.

A reflexão que eu quero deixar aqui, nesta Casa, baseado nesses números, é a seguinte: será que é justo que nós tenhamos no Distrito Federal 16.448 cargos comissionados? Aqui no Distrito Federal desse tamanhinho? Enquanto a França inteira possui 4.800 e os Estados Unidos possuem 5.600?

É isso o que nós queremos? É aí que nós queremos que seja gasto o dinheiro do contribuinte? Ou será que nós queremos que o dinheiro do contribuinte seja gasto nas áreas-fim? Em educação, em saúde e segurança?

É essa a reflexão que eu queria deixar, porque sou um radical defensor da redução do número de cargos comissionados na estrutura do Estado, não só no Governo local, mas também no Federal!

Agora, eu penso que o serviço público, até para ter o respeito devido da população, também tem de respeitá-la e não é tendo 16 mil cargos comissionados que nós vamos mostrar respeito à população. Ou seja, não é aí que o contribuinte quer que seja gasto o dinheiro dele! E nós, como representantes da população, temos obrigação de fazer essa discussão aqui.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Assume a Presidência o Deputado Paulo Tadeu.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa pelo Bloco Social Trabalhista.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (Bloco Social Trabalhista. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, assessores, imprensa,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

eu queria cumprimentar os companheiros do DETRAN. Conheço a todos. Eu queria cumprimentar também o pessoal dos *trailers*.

Eu vou me reportar aqui, hoje, em meu pequeno espaço, a um evento que fizemos ontem na Ceilândia sob o título: "O Piauí é aqui no coração do Brasil". Os piauienses que estão ali - tenho certeza que há - estão aprovando o que eu estou falando.

Este evento, para quem não sabe, para quem está ali na galeria, é para comemorar o aniversário do nosso estado - aliás, trata-se do "maior" estado da Federação - anualmente aqui. O Deputado Geraldo Naves, que obteve muito voto de piauiense, está ali rindo do que eu falei, dizendo ele que é de felicidade.

Lá no SESC de Ceilândia compareceram em torno de 3 mil piauienses. O Governo do Estado do Piauí se mudou para lá, o Governador do Distrito Federal também esteve presente, bem como ministros de estado. E ali foi sancionada uma lei que incluiu a nossa festividade, lá do nosso Piauí - "O Piauí é aqui no coração do Brasil" - no Calendário Oficial de Eventos do Governo do Distrito Federal. Queiram ou não, todo ano vamos fazer este evento aqui para comemorar o aniversário do nosso estado, para trazer um pouco de lembrança aos piaulenses que aqui residem e que não têm condições, normalmente, de voltar ao seu rincão para matar a saudade que têm. Todo mundo sabe do que eu estou falando.

Foi uma festa muito boa. Eu queria agradecer às autoridades que estiveram ali presentes; o Deputado Rogério Ulysses sempre está presente; a Deputada Erika Kokay; o Deputado Cabo Patrício não pôde ir; o Deputado Paulo Tadeu me disse que não poderia ir - V.Exa. disse que tinha outro compromisso -; o Deputado Chico Leite diz que é um piauiense honorário, mas é do Ceará. Enfim, quem não esteve lá é porque não pôde ir. A bancada do Piauí aqui é composta por mim, Deputado Milton Barbosa; pelo Deputado Cristiano Araújo, que daqui a pouco irá usar da palavra nos Comunicados de Parlamentares; Deputado Raimundo Ribeiro e pelo Deputado Alfrío Neto.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Eu sou piauiense, Deputado Chico Leite, cresci entre Corrente Parnaguá, ali, naqueles rios, o que é muito bom.

Deputado Milton Barbosa, foi muito boa a nossa festa ontem. Eu acho que val marcar no coração dos brasilienses esta data tão importante. Brasília possui mais de 400 mil piauienses e só em Ceilândia são 80 mil. Contamos com a presença do Governador do Estado do Piauí, Wellington Dias, e do Governador Arruda. O Governador me ligou agora há pouco e disse que adorou o evento. Eu acho que foi



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

um evento de altíssimo nível. O Governador do Estado do Piauí é uma simpatia e nos convidou para, no ano que vem, irmos até lá e fazermos uma festa semelhante.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal está de parabéns. É a maior bancada aqui. Nós realmente unimos as nossas forças e fizemos aquele evento tão maravilhoso e tão importante para os piauienses aqui em Brasília. O Poder Legislativo, o Governo do Distrito Federal, o Governo do Estado do Piauí estão de parabéns, pois foi um evento fantástico. É uma pena que nem todos os Parlamentares não puderam comparecer. Eles perderam realmente. Foi muito bom. Somente a Deputada Erika Kokay e o Deputado Rogério Ulysses estavam presentes, mas o convite foi estendido a todos.

DEPUTADO CHICO LEITE - Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Eu queria dizer a V.Exa., aliás, eu lembrava ao Deputado Cristiano Araújo que o critério para designar o piauiense é *jus sanguinis*, não é *jus solis*. Então, filho de piauiense é piauiense também, é eternamente piauiense. É como no Ceará - sabe disso a Deputada Erika Kokay. Há outro critério para designar piauiense: Piauiense vota contra a Companhia Metropolitana, a criação da Companhia Metropolitana de Trânsito, porque o piauiense gosta da paz no trânsito e quer a paz no trânsito do Distrito Federal. Obrigado.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Muito obrigado, Deputado Chico Leite. Eu queria assinalar que o Deputado Brunelli também não pôde ir ao evento. O Deputado Leonardo Prudente me ligou, quando eu estava lá, e disse que não podia ir ao nosso encontro porque ficou envolvido com os afazeres aqui da Casa. Então, eu queria só parabenizar o nosso Estado e dizer que eu gostaria que a nossa página da Câmara Legislativa fizesse uma pequena referência ao evento, porque, nós, até esse presente momento, não encontramos nenhuma alusão a ele lá na página.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses. (Pausa.)

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, após os Comunicados de Líderes, faço a sugestão de nos reunirmos para discutirmos a pauta. Sem prejuízo dos Comunicados de Parlamentares.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Deputado Leonardo Prudente, há Parlamentares querendo fazer o uso da palavra nos Comunicados de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

Parlamentares. Suspendemos a sessão logo em seguida. Faremos as intervenções primeiro; depois suspendemos a sessão para a discussão. Acredito que devemos ter, no máximo, umas 4 ou 5 intervenções.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Certo.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Eu concordo com V.Exa. que podemos conciliar os dois.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Lembro aos nobres Deputados que, neste momento, não há aparte. A Deputada Erika Kokay havia pedido para fazer o uso da palavra logo no primeiro comunicado. O Presidente naquele momento, Deputado Alírio Neto, concordou com o pedido de S.Exa.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, venho a esta tribuna para me solidarizar com os companheiros e as companheiras do DETRAN que estão em luta.

Solidarizo-me com eles, até porque tenho a plena convicção de que esta reivindicação, este movimento dos trabalhadores e trabalhadoras do DETRAN é corporativo, mas não é antagônico aos interesses da sociedade. O servidor público quando luta por sua valorização luta, em verdade, em defesa de toda a cidade, porque este país e esta cidade precisam de servidoras e servidores públicos qualificados, como são os servidores do DETRAN. Qualificados! É por isso que, para além das reivindicações específicas, estão aqui os funcionários e funcionárias do DETRAN para se posicionarem contra um crime que se quer efetivar nesta cidade. A Companhia Metropolitana de Trânsito é um crime ao Estado, na sua concepção precípua, e é um crime à política de trânsito no Distrito Federal.

A Mensagem do Governador diz que as companhias metropolitanas têm modelos bem-sucedidos em várias unidades da Federação. Eu digo ao Governador que S.Exa. deveria conversar com o DENATRAN e conversar com os técnicos de trânsito deste país para dizer que o DETRAN do Distrito Federal é a companhia que recebe o maior número de elogios de todos os órgãos nacionais. E, muitas vezes, escutei do DENATRAN que o fato de aqui termos um DETRAN fazia com que tivéssemos um maior controle e uma maior qualificação. O modelo do Distrito Federal, pela peculiaridade de sermos Distrito Federal, município, e, ao mesmo tempo, estado, e de ter um DETRAN não pode ser prejudicado, não pode ser ferido.

E digo isso a V.Exas. porque, se temos excelência de qualidade no DETRAN - e todas as estatísticas mostram que estamos diminuindo o número de mortes no



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

trânsito -, não há que se criar uma companhia que será um poço de precarização das relações de trabalho.

Há uma ação de inconstitucionalidade, a ser decidida no Supremo Tribunal Federal, que se posiciona contra uma lei desta Casa que cria o técnico previdenciário e o técnico penitenciário, porque são duas categorias exercendo a mesma função. Há uma duplicidade de gestão.

Como é possível o Estado fazer uma boa política de trânsito se val contar com dois órgãos autônomos?

Como é possível que esta Casa venha a se comprometer com a destruição do DETRAN? Porque é a destruição do DETRAN. O que está em curso, na chantagem que faz o Governador do Distrito Federal? Porque há uma chantagem com os servidores que estão em greve, empurrados pelo Governador, que não cumpriu o que se comprometeu a fazer.

O Governador se comprometeu, diante de vários Parlamentares, a incorporar as gratificações e não o fez. Inclusive, já havia um entendimento nesta Casa de que não poderíamos compactuar com esse projeto, porque, entre outras coisas, ele prevê mais de 1 milhão para o próximo ano, apenas em cargos comissionados para a CMT. Apenas em cargos comissionados!

Se há 1 milhão para se criar uma companhia, então que se utilizem os recursos necessários para estabelecer o concurso público para o DETRAN, porque o País e esta cidade precisam de mais profissionais desta forma.

Deputado Paulo Tadeu e Deputado Wilson Lima, ao analisar este projeto, vamos ter a consciência de que, em verdade, o Governo do Distrito Federal cria funcionários que inevitavelmente irão à Justiça para reivindicar isonomia em um projeto inconstitucional, sem nenhuma dúvida. A inconstitucionalidade deste projeto salta aos olhos. Não é preciso nenhuma avaliação mais apurada. Mas, além disso, cria uma companhia metropolitana para ter profissionais que irão servir aos estacionamentos rotativos pagos.

Está claro que uma das funções da Companhia Metropolitana é disponibilizar pessoas para fiscalizarem os estacionamentos rotativos, que por si só são uma aberração, pois esta é uma cidade-parque e temos que planejar os estacionamentos. Afinal, temos um transporte público de péssima qualidade que faz com que as pessoas não prescindam do seu carro e se curvam à sanha arrecadatória dos estacionamentos que o Governo quer privatizar e à sanha arrecadatória de um Governo que cria uma companhia, com salários aviltantes, apenas para aumentar o seu caixa. Para criar, quem sabe, mais cargos comissionados aqui no Distrito Federal.

Por fim, este projeto tem um sentido que não pode ser dito pelo Governo do Distrito Federal: o de atender a reivindicações, muito pessoais, de quem ocupa uma



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

secretaria deste governo, talvez, por não ter a competência que tem os funcionários do DETRAN; talvez, porque não consiga dominar os profissionais do DETRAN. Sendo assim, querem acabar com o DETRAN no Distrito Federal.

Eu digo para cada um e cada uma de vocês que não podemos permitir isso. Cada Parlamentar desta Casa não pode deixar a sua marca na destruição do DETRAN porque significa deixar a marca na destruição de uma política de trânsito que tem sido levada por esses profissionais com autonomia, competência e profissionalismo.

Quero dizer ainda, Sr. Presidente - Deputado Paulo Tadeu preside esta sessão -, que caberia a esta Casa não aceitar discutir algo que não estava em pauta, que não estava previsto na discussão que foi feita com os Parlamentares. Deveríamos formar uma comissão para procurar o Governador do Distrito Federal e fazer com que S.Exa. se sente para negociar e honrar o que já foi prometido.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nesta tarde de hoje, eu também não poderia fazer diferente do que já foi feito aqui pelo nosso Líder, Deputado Cabo Patrício, pelo Deputado Chico Leite, pela Deputada Erika Kokay e pelo Deputado Reguffe no que concerne à nossa solidariedade aos trabalhadores do DETRAN.

Quero inclusive lamentar, lamentar mesmo, o fato de o Governo do Distrito Federal ter tirado esse embate trabalhista, que acontece em qualquer lugar do mundo, em qualquer cidade do País, e ter transferido - estava acontecendo no interior do Poder Executivo entre os servidores e a direção do DETRAN - para a Câmara Legislativa essa discussão.

Acho, sinceramente, que a Câmara Legislativa não merecia passar pelo que está passando neste momento: o constrangimento dos diversos Parlamentares da base do Governo por estarem sendo obrigados a apreciar uma matéria, como se nós estivéssemos aqui participando de uma punição aos trabalhadores do DETRAN, que, de maneira justa, iniciaram a greve porque o Governo não cumpriu com o seu acordo. O Parlamento não pode ser utilizado como ponta-de-lança - eu disse isso ontem também - para punir os trabalhadores.

Eu acreditava que o Governo Arruda fosse maduro o suficiente para saber tratar com os trabalhadores quando eles estão em greve, e não fazer o que fez hoje, não fazer o que fez ontem. Primeiro, trazendo para esta Casa um debate sobre a criação da Companhia Metropolitana de Trânsito. Não quero nem entrar no mérito dessa discussão, porque todos nós entendíamos que ela só seria feita após o comunicado do próprio Governo à sociedade e também a esta Casa. Ouvíamos do Governo, há alguns meses que, pelo fato de ele estar próximo de atingir o limite



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal, adiaria todas as iniciativas que porventura viessem a aumentar o gasto do Poder Executivo com pessoal. O Governo disse isso para esta Casa e para a sociedade. Toda a imprensa divulgou os números

e os argumentos do Governador Arruda e das Secretarias de Planejamento e de Finanças, que dizem não haver possibilidade de conceder nenhum tipo de reajuste nem de ampliar nenhuma estrutura do GDF, porque o Governo estava correndo um sério risco de desrespeitar a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Então, este debate sobre a Companhia Metropolitana ficaria, na pior das hipóteses, para o próximo ano, já que o Governo disse que até dezembro não poderia fazer absolutamente nada. E eu vejo em todos os jornais o comunicado do Governo que diz exatamente o que estou dizendo. Mas o Governador também disse para estes Parlamentares, inclusive para mim, em uma conversa que tivemos no momento em que acertamos o acordo de que a categoria não faria greve e o Governo acataria as diversas reivindicações dos trabalhadores. Ficou fechado que o Governo iria enviar para esta Casa um projeto que incorporaria as gratificações aos salários desses servidores. Também enviaria para esta Casa um projeto em que faria o reajuste dos salários dos demais benefícios. O projeto do reajuste dos salários e dos demais benefícios já foi enviado e esta Casa já o aprovou depois de um acordo de Líderes. O projeto que concede a incorporação das gratificações não chegou até hoje a esta Câmara. E este acordo foi feito com a categoria e com esta Casa. Nós, Parlamentares desta Casa, participamos da reunião com o Governador em que foi feito esse acordo.

Então, nós gostaríamos de pedir ao Governo que, antes de qualquer medida que venha no sentido de punir a categoria, adote a política de negociar e cumprir com o acordo que ele estabeleceu com os trabalhadores.

Também é importante dizer que não é possível que o Governo pague anúncios na imprensa, no *Correio Braziliense*, no *Jornal de Brasília* e nos demais órgãos de imprensa, para publicar o salário dos trabalhadores, tentando desmoralizar esses trabalhadores, jogando a sociedade contra o DETRAN. É impressionante que o Governo, em pleno século XXI, adote tal medida: tentar jogar a sociedade inteira contra os trabalhadores, que prestam um dos melhores serviços deste país. O DETRAN do Distrito Federal, do ponto de vista técnico e do seu compromisso com as políticas públicas de trânsito, e isso todo mundo reconhece, é um dos melhores DETRANs do país. Então, esses trabalhadores não merecem este tipo de tratamento desrespeitoso por parte do Governador Arruda nem por parte de ninguém do seu Governo.

Por isso, hoje propomos que esta Casa não vote, de maneira nenhuma, a criação da Companhia Metropolitana de Trânsito. Que o Governo cumpra o acordo! Portanto, queremos que essa matéria fique para o ano que vem, conforme o próprio Governo anunciou. A segunda medida que esta Casa tem que tomar é procurar o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

Governador e pedir que S.Exa. cumpra o acordo que foi feito com a Câmara e também com os trabalhadores, enviando para esta Casa o projeto que cria a gratificação.

É esse o comportamento que a sociedade e estes trabalhadores esperam desta Casa. Eles não esperam outra coisa. O que eles esperam desta Casa é a construção de uma aliança com os trabalhadores do DETRAN.

Então, encerro a minha intervenção na tarde de hoje prestando a minha solidariedade e reafirmando a minha proposta de não votarmos a criação da CMT este ano e de formarmos uma comissão de Parlamentares para falar com o Governador e solicitar a S.Exa. que envie a esta Casa o projeto que incorpora a gratificação ao salário de vocês. A minha solidariedade a todos vocês.

Muito obrigado.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao meu Senador.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, muito obrigado. O que fazemos hoje é trabalhar muito! Agora, o que vamos fazer no futuro só a sociedade e Deus é que vão dizer.

Nós estamos a postos, não apenas o PT, mas nós Parlamentares. Esta Casa precisa defender o povo de Brasília! E defenderá o povo de Brasília se souber respeitar e valorizar os agentes do DETRAN. É esse o comportamento que esperamos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência informa que houve um acordo de todos os Parlamentares para que, ao encerrar-se o Pequeno Expediente, fosse suspensa a sessão.

Portanto, vamos suspender a sessão para discutir os projetos que serão apreciados.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 16h20min, a sessão é reaberta às 17h13min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Está reaberta a sessão às 17h13min.

Esta Presidência faz um apelo a todos os Deputados que estão na sala do cafezinho para que compareçam ao plenário a fim de darmos início à votação da pauta da Ordem do Dia.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o acordo feito na sala do cafezinho foi de votarmos, sem prejuízo, em segundo turno, o que já foi votado no dia de ontem, ou seja, votaríamos o Item nº 21, em primeiro turno, que é um acordo feito com toda a categoria dos quiosques e *trailers* que estão aqui hoje. Esse acordo foi feito com o Presidente da União de Proprietários de *Trailers*, Quiosques e Similares - Unitrainers, Sr. Luiz Ribeiro, no sentido de votarmos o substitutivo, que está consensuado com o Governo, sem prejuízo das emendas, que seriam apreciadas em segundo turno.

E, além dos quiosques, a votação em primeiro turno, apenas em primeiro turno, do projeto que trata da Companhia Metropolitana e o Item nº 24, que é o crédito suplementar à NOVACAP, para pagamento dos passivos trabalhistas.

Eu queria sugerir a V.Exa., Sr. Presidente, que chamasse o Item nº 24, como primeiro item da pauta, que é o projeto que "abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 21.805.230,00 (vinte e um milhões, oitocentos e cinco mil, duzentos e trinta reais)", para pagamento das rescisões de contrato dos servidores da NOVACAP".

(Assume a Presidência o Deputado Alírio Neto.)

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, é que, pelo que me consta, há uma pauta obstruída pelos vetos.

Os vetos, - V.Exa. sabe disso muito mais do que eu - a partir de um determinado momento que dormitam nesta Casa, têm que ser apreciados, senão passam a obstruir tanto vetos quanto projetos em regime de urgência. Como eu estou na condição de Líder do PT nesta sessão, em virtude da ausência do Deputado Cabo Patrício, quero dizer a V.Exas. que não nos foi transmitido que havia qualquer acordo de nossa parte, de nossa parte, para que não apreciássemos os vetos e apreciássemos o projeto que trata da criação da Companhia Metropolitana de Trânsito.

Por isso, Sr. Presidente, não tenho notícia de que haja qualquer acordo firmado da bancada do Partido dos Trabalhadores para que possamos, sem apreciação dos vetos que obstruem a pauta, apreciar o projeto que trata da criação da Companhia Metropolitana. Há notícia de que em outros itens haveria acordo, inclusive acerca da questão dos quiosques, mas, não em relação ao projeto da Companhia Metropolitana.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

Portanto, Sr. Presidente, eu diria que estamos impedidos, se não apreciarmos os vetos, de apreciarmos a matéria que diz respeito à criação da Companhia Metropolitana.

DEPUTADO CHICO LEITE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é a respeito da Proposta de Emenda à Lei Orgânica relativa aos agentes de saúde, em que me parecia haver um entendimento construído acerca dela. Nós requeremos a inclusão na pauta da Ordem do Dia dessa matéria. Eu quero saber de V.Exa. se isso é possível.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Da parte da Presidência, nenhuma obstrução. Consultaremos as Lideranças, entre elas a Liderança do Governo, para verificar se há algum óbice com relação a essa solicitação.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, essa inclusão foi a pedido meu, inclusive no dia de ontem, em respeito a essa categoria tão importante.

Nós recebemos um apelo, um pedido da Procuradoria, que está fazendo uma análise apenas para complementar, para aperfeiçoar o projeto, sem prejuízo do seu conteúdo e da forma que ali está.

Então, pediram-me que aguardasse até a próxima terça-feira. Hoje é quarta-feira. Aliás, quero repetir que foi a pedido meu a inclusão dessa matéria na pauta.

DEPUTADO CHICO LEITE - Eu requeri isso a V.Exa. e V.Exa. acolheu o meu pedido.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Acolhi na mesma hora, na mesma hora em que...

DEPUTADO CHICO LEITE - V.Exa. acolheu, é verdade.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Então, não existe dificuldade. Agora, como Líder de Governo, recebi o pedido do próprio Governo para que pudéssemos emendar o projeto e aprimorá-lo com absoluta anuência e acompanhamento da categoria que está aí organizada.

Olha, creio que, Deputado Chico Leite e categoria, o mais importante nesta Casa é o respeito. Eu tenho um profundo respeito e admiração por vocês todos que estão aqui. Agora, não é debaixo de pressão... não tenho nenhuma dificuldade com vala também não.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

Estou pronto para ir à Procuradoria fazer as correções. Se pudermos votar a matéria amanhã, votaremos. Agora, diante desse comportamento, eu retiro aqui o meu acordo da votação desse projeto e peço ao Presidente a retirada do projeto.

Se for nessa linha, eu pedirei ao Presidente a retirada do projeto da pauta. Ou mantemos o respeito aqui nesta Casa, ou não vamos continuar construindo acordos como sempre fizemos, Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria, com a permissão de V.Exa., referir-me ao Deputado Leonardo Prudente.

Deputado Leonardo Prudente, há evidentemente reações próprias do regime democrático que não quer dizer desrespeito a V.Exa. que acatou requerimento de nossa lavra, imediatamente, para que se colocasse a matéria na pauta, depois de alguns meses dormitando nesta Casa. De maneira que, a V.Exa. quero perguntar se até amanhã seria possível essa apreciação, se pronto o parecer da Procuradoria. Nós queremos de V.Exa. essa garantia.

Eu queria apenas outra garantia, que V.Exa. me deu pessoalmente – o acompanhamento das lideranças sindicais e das lideranças da categoria, que já estão absolutamente fechadas sobre o assunto.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Leite, estou discutindo aqui com o Presidente e com o Deputado Dr. Charles sobre esse assunto. Como entre o primeiro turno e o segundo turno há um interstício regimental de 10 dias, as alterações construiremos no segundo turno. Então, não há problema. Nós podemos colocar em votação.

Aliás, esse item seria o item posterior, o último item da pauta, porque fizemos um acordo de votarmos os 3 primeiros itens que foram colocados aqui e, em seguida, votarmos isso sem a obstrução da pauta.

DEPUTADO CHICO LEITE – Muito obrigado, Deputado Leonardo Prudente.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Qual é o acordo, Deputado Leonardo Prudente?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – A Deputada Erika Kokay fez uma questão de ordem, como Líder em exercício do Partido dos Trabalhadores. O que me foi passado, como Presidente - não estava presente na hora, pois estava em meu gabinete atendendo o Diretor - Presidente do INCOR -, é que haveria um acordo para votação da pauta hoje.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Não, há acordo, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Não há acordo? Então, não temos como votar a PELO nº 11. As coisas têm de ser claras. Se não há acordo, não há como votar. Essa é que é a verdade.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Não há acordo, Sr. Presidente. Eu acabei de falar com o Líder do meu partido, Deputado Cabo Patrício, que apenas confirmou o que eu já tinha exposto aqui. Não há acordo para votar o projeto da Companhia Metropolitana de Trânsito.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Não, Deputada. Isso eu entendi.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – É o que estou dizendo. Eu estou na Liderança do Partido dos Trabalhadores e estou dizendo oficialmente que não há acordo. Estou dizendo para, além disso, que assim como as expressões de democracia que ocupam este Plenário têm de ser respeitadas, também tem de ser respeitado o Regimento Interno desta Casa. E o Regimento Interno, que V.Exa. conhece, todos e todas conhecem, diz que há vetos que têm de ser apreciados para que se possa fazer com que a pauta flua, a não ser que tenhamos um acordo ou um consenso. Não há consenso para que votemos o projeto sobre a Companhia Metropolitana de Trânsito neste momento. Queremos que seja seguido apenas o básico: o Regimento Interno.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Sim, mas estamos respeitando o Regimento Interno. V.Exa. disse que não há acordo para votar a pauta, pois há obstrução.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Não há acordo para votar o projeto sobre a Companhia Metropolitana de Trânsito.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – O Regimento Interno, Deputada Erika Kokay, é muito claro: se a obstrução não for para todos, não há obstrução. Não há como fazer pelo regimento. Cumprimos o Regimento e discutimos e votamos os vetos, agora, neste momento - não há nenhuma dificuldade em votarmos os vetos - ou sobrestamos os vetos, deixando-os para amanhã, para a próxima sessão, entrando na pauta.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Deputado Leonardo Prudente, eu tenho absoluta certeza de que essa fala que V.Exa. acabou de proferir não é fruto da sua ignorância, porque ignorante V.Exa. não é. Portanto, tenho absoluta certeza de que V.Exa. sabe, como todos sabem, que nós fazemos acordo para votarmos itens relevantes e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

sobrestarmos os vetos – já fizemos isso várias vezes durante anos, e não há acordo para que votemos esse item.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Deputada Erika Kokay, eu só queria dizer que o Líder do Partido dos Trabalhadores, Deputado Cabo Patrício – lamentavelmente, o Deputado não está aqui -, no dia de ontem, fez esse acordo conosco. Mas se a palavra do Líder não tem valor, então teremos que discutir numa outra seara. Não dá mais para discutir com os Líderes. Quero dizer que, ontem, o Deputado Cabo Patrício, como Líder do Partido dos Trabalhadores...

Esse assunto era para ser votado ontem e, em respeito aos agentes que queriam vir à Câmara Legislativa e ao próprio Deputado, nós postergamos a votação para o dia de hoje. Foi o acordo feito, independentemente do mérito - se vai votar a favor ou contra. Cada Deputado vai votar de acordo com a sua consciência. Não estamos aqui impondo a forma de votação. O que queremos saber é o seguinte: se o acordo que foi feito ontem pelo Líder do Partido dos Trabalhadores está valendo. Se não está valendo, se S.Exa. está sendo desautorizado neste momento, nós vamos então pedir ao Presidente que coloque o Item nº 01 da pauta em votação.

DEPUTADO PAULO TADEU - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu, particularmente, acredito que temos todas as condições de construir um acordo para a apreciação de matérias de interesse da sociedade, do Governo e, é claro, de todos os partidos.

Portanto, não há nenhum óbice em construir um acordo para votar o projeto referente aos quiosques, à PELO dos trabalhadores da Saúde que se encontram aqui. Não há dificuldade nenhuma por parte da bancada do Partido dos Trabalhadores em votar estes itens.

O que não dá para se votar hoje, Sr. Presidente, é exatamente a criação da Companhia Metropolitana de Trânsito. Não pelo mérito da matéria, mas pela maneira como estão tratando esse assunto. No momento em que a categoria, os servidores do DETRAN entram em greve, vem a ordem para votarmos, a qualquer preço, esta matéria, até numa lógica de punição destes trabalhadores.

Acredito que este é um Parlamento independente, soberano e que tem todas as condições de se allar aos Interesses da sociedade, verificando os interesses do Poder Executivo e dos demais Poderes. Mas não podemos virar as costas para a sociedade em decorrência de uma ordem do Governador.

O que quero sugerir, como proposta de consenso ou de construção de consenso, é que trabalheemos, no dia de hoje, nas matérias em que já há consenso, como a PELO, o projeto dos quiosques, as matérias do governo que foram votadas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

ontem, em primeiro turno. O único consenso que não existe aqui hoje é sobre a votação do projeto sobre a CMT.

Então, queríamos pedir a V.Exa., até como Presidente, que construíssemos o acordo para votarmos matérias que estão na pauta e que são de interesse da sociedade, exceto a CMT, diante de tudo o que está acontecendo com os servidores do DETRAN que estão aqui na galeria esperando desta Câmara não a análise do mérito, mas o respeito para com esses trabalhadores. Esta Casa, inclusive, sempre se colocou dessa maneira.

Não dá para ampliarmos o debate, Sr. Presidente, Deputado Alírio Neto, não dá para, de repente, criarmos um monte de outras coisas. Só temos um ponto de divergência no dia de hoje - a questão do DETRAN.

Se for possível construirmos esse acordo com a bancada do Governo, espero deixarmos essa matéria para um segundo momento e iniciarmos a votação das várias matérias que estão na pauta, de interesse de várias categorias, inclusive a PELO dos servidores da Saúde.

Era esta a minha ponderação nesta tarde de hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Na verdade, Deputado Paulo Tadeu, já estamos há mais de 2 horas conversando, na sala do cafezinho, e sabemos muito bem que não chegaremos a nenhum acordo.

Cabe a mim, como Presidente desta Casa, seguir o Regimento Interno.

Portanto, vou solicitar ao Deputado Wilson Lima que faça a leitura do Item nº 1 da pauta.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, serei breve, pois V.Exa. já delibrou.

Quero testemunhar aqui que o Deputado Cabo Patrício, Líder do Partido dos Trabalhadores, ontem buscou esse acordo. Eu também tenho a clareza de que a Deputada Erika Kokay hoje, na condição de Líder, função delegada pelo Deputado Cabo Patrício, pode rever esse acordo.

Mas quero ainda apelar para a sensibilidade da Deputada Erika Kokay, Líder do Partido dos Trabalhadores hoje, no sentido de buscarmos esse acordo. Eu não gostaria, na condição de Líder do Democratas-Progressistas, Sr. Presidente, de prejudicar as pessoas dos quiosques que estão aqui aguardando a votação de seu projeto, há tempos nesta Casa. Eu não gostaria de prejudicar os servidores da Saúde que estão aqui aguardando a votação do projeto de interesse da categoria, e tenho a certeza de que nenhum de nós gostaria de prejudicar nenhum servidor do DETRAN.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

Então, eu gostaria de pedir a V.Exa. que cumprisse o Regimento Interno, como tem feito ao longo desses quase dois anos de mandato na Presidência desta Casa. Aproveito para saudar V.Exa. por ser um fiel cumpridor do Regimento Interno desta Casa.

Eu gostaria que começássemos com a votação dos vetos. Se não há possibilidade de um consenso geral, mas, ainda, suplicando à Deputada Erika Kokay que revise esse pensamento para que não prejudicássemos os servidores que estão ali, na galeria.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Fica encerrada qualquer questão de ordem com relação a acordo da pauta, já que está tomada a decisão da Mesa para discutir os vetos.

DEPUTADO PAULO TADEU - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na verdade, eu queria aproveitar, sem entrar nessa polêmica, para dizer que o Deputado Cabo Patrício, Líder do PT, está neste momento reunido com o Governador para debater assunto de interesse da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. S.Exa. vai aproveitar esse encontro com o Governador, que está acontecendo neste momento, para colocar também essa questão do DETRAN a fim de tentar convencer o Governador e a sua base a não submeter essa matéria à apreciação no dia de hoje para que possamos estabelecer uma negociação com os próprios servidores.

Então, o Deputado Cabo Patrício está, neste momento, reunido com o Governador para debater esses temas que eu acabei de citar, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Então, questões de ordem sobre a pauta estão encerradas porque já está definido o posicionamento da Mesa.

DEPUTADO DR. CHARLES - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, conversamos com o Líder sobre os Agentes Comunitários de Saúde e de Vigilância Ambiental. Realmente há um acordo para que, pelo menos, votemos o primeiro turno da matéria. As discussões ficam para depois.

Conversamos com o Deputado Leonardo Prudente para ver se, depois dessas votações, poderemos votar a questão dos Agentes Comunitários de Saúde e de Vigilância Ambiental.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Item nº 1:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 578, de 2007, de autoria do Deputado Paulo Tadeu, que "dispõe sobre a implantação de aterros sanitários, sobre a compensação social às populações vizinhas aos aterros e dá outras providências".

Relator: Deputado Brunelli - CCJ.

Concedo a palavra ao Deputado Brunelli para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO REGUFFE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, com relação à Companhia Metropolitana de Trânsito, não seria mais conveniente, não seria mais produtivo para a população do Distrito Federal, se nós adiássemos essa votação para semana que vem, dando tempo para que cada Parlamentar pudesse estudar melhor a matéria, pudesse fazer um melhor juízo da matéria, evitando essa polêmica toda?

Eu defendo que seja seguido o Regimento Interno. Ele diz que primeiro se votem os vetos. Então, que se votem os vetos, até porque eu sou um fiel seguidor do Regimento. Regimento é feito para ser cumprido.

Agora, não seria melhor passar a votação da Companhia Metropolitana de Trânsito para semana que vem pelo menos?

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Deputado Reguffe, sua questão de ordem é totalmente ultrapassada. Nós fizemos uma série de discussões e vamos discutir os vetos. Há 8 itens de veto na pauta. Essa foi uma decisão da Casa. Não foi uma decisão minha. Foi decisão dos Líderes.

Já estamos com o relatório do primeiro veto para ser proferido neste instante.

DEPUTADO REGUFFE - Sr. Presidente, apenas para que cada Parlamentar pudesse estudar melhor a matéria, estudar melhor o tema e pudesse fazer um melhor juízo.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Deputado Reguffe, V.Exa. não está entendendo. Isso não depende só da Presidência; depende de todos os Líderes. Não conseguimos chegar a um consenso. Vamos discutir os vetos. Estou apenas seguindo o Regimento Interno. Foi o que a Casa decidiu.

O projeto está aqui desde o mês de maio, e nós vamos dar prosseguimento.

Concedo a palavra ao Deputado Brunelli para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Para emitir relatório. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cumprindo as ordens regimentais, a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

Mensagem nº 148, de 2008, trata do veto ao Projeto de Lei nº 578, de 2007, de autoria do Deputado Paulo Tadeu, que "dispõe sobre a implantação de aterros sanitários, sobre a compensação social às populações vizinhas aos aterros e dá outras providências".

O projeto teve um brilhante mérito, Sr. Presidente e colegas da Casa, mas, infelizmente, o Governador alega que ele invadiu a competência especificada na Lei Orgânica, no art. 71, § 1º, inciso IV, que estabelece que a iniciativa tem que ser do Poder Executivo; não do Governador. Às vezes, há uma confusão para entender o que é Governo, Governador, Estado. Às vezes o Governador pensa de uma forma diferente, sendo dono do Estado, o que é um equívoco muito grande. Mas nós entendemos que essa questão traz mudanças, o que leva o Governador, com a responsabilidade no uso de suas atribuições, a adotar a medida de vetar o projeto.

Então, Sr. Presidente, é isso que entendemos e o nosso relatório está juntado nos presentes autos e julgamos necessário para que os Parlamentares deliberem sobre este veto oposto.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ainda fazendo uma incursão sobre o Regimento desta Casa, parece-me que o relatório do veto não foi lido. Então, solicito a V.Exa. que o relatório do veto fosse lido.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Na verdade, a Deputada Erika Kokay tem todo o direito de solicitar que o relatório seja lido.

Solicito, então, ao Relator, Deputado Brunelli, que faça a leitura do relatório.

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, eu também tenho o direito de pedir para ir diretamente à parte final do relatório.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Esta Presidência concorda com a solicitação de V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, se se vai à parte final não é leitura do relatório do veto. Nós estamos apreciando em plenário. Em plenário passamos todos a ser temporariamente membros da Comissão de Constituição e Justiça. Então, eu gostaria que o Regimento fosse seguido e que o relatório de veto fosse lido.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – O Parágrafo 2º, do art. 165, do Regimento Interno, estabelece que: "Findo o prazo concedido à Comissão, a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

proposição será incluída na Ordem do Dia para imediata discussão e votação, sendo, caso não haja parecer, designado Relator pelo Presidente da Comissão, para que o profira oralmente no decorrer da sessão ou, a seu pedido, na sessão seguinte." Parecer ou relatório.

Portanto, o Relator já está autorizado a proceder à conclusão do relatório.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu fiz aquela exposição de motivos que está juntada ao projeto.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:

RELATÓRIO N.º /2008

ITEM I
DA PÁGINA

Da **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA** sobre o **VETO TOTAL** oposto ao Projeto de Lei n.º 578/2007, que “Dispõe sobre a implantação de aterros sanitários, sobre a compensação social às populações vizinhas aos aterros e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado BRUNELLI

Nos termos do art. 74, § 1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal, o Governador do Distrito Federal comunica a esta Casa que opôs veto total ao Projeto de Lei n.º 578/2007.

De autoria do nobre Deputado Paulo Tadeu, o Projeto de Lei n.º 578/2007 estabelece normas para a implantação de aterros sanitários destinados à disposição final de resíduos sólidos gerados pela atividade humana, conceitua os diversos eventos envolvidos, e define as formas para a compensação social à população afetada.

Na Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, a proposição recebeu parecer favorável, com quatro emendas do relator. Nas demais Comissões onde tramitou, o projeto foi aprovado, assim como as emendas oferecidas. Também em Plenário, a proposta foi aprovada em seus dois turnos regimentais de votação, acatadas as emendas apresentadas.

O Governador, justificando sua decisão de vetar, alega que o projeto “*padece de vício formal orgânico de inconstitucionalidade*”. Para embasar esse entendimento, o Chefe do Poder Executivo afirma que: “ (...) a implantação de aterros (...) sem indicar a respectiva fonte, e dispor sobre uso e ocupação do solo, a proposição veicula matéria afeta à iniciativa privativa do Governador, nos termos dos artigos 71, §1º, inciso IV da Lei Orgânica do Distrito Federal”.

O Governador ainda ressalta que, ao tratar de matéria de natureza administrativa, o projeto caracteriza usurpação de poder e quebra do Princípio Federativo.

Pelas razões que apresenta, o Governador solicita a manutenção do veto pela Câmara Legislativa.

Essas são as informações que julgamos necessárias para o que os parlamentares desta Casa deliberem sobre o veto oposto.

É o relatório.

Sala das Comissões,

Deputado _____
Presidente

Deputado BRUNELLI
Relator



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Prudente.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, este projeto do Deputado Paulo Tadeu, especialmente na questão das compensações, das populações vizinhas aos aterros, traz grandes contribuições. E para que ele não fosse prejudicado, o Deputado Paulo Tadeu, a sua assessoria, junto com os técnicos do SLU, trabalharam na construção de um projeto de lei que fosse submetido à apreciação da Casa. A minuta do projeto já foi encaminhada ao Gabinete do Deputado Paulo Tadeu, eu mesmo a fiz, inclusive entregando uma cópia à Vice-Líder do partido, Deputada Erika Kokay.

Eu quero dizer ao Deputado Paulo Tadeu que da forma como foi construída, da nossa parte, no momento em que V.Exa. entender que for oportuno, deverá ter preferência da votação desse projeto, uma vez que foi feito um acordo, Sr. Presidente, de uma operação casada, ou seja, da manutenção do veto e a apreciação imediata do projeto do Deputado Paulo Tadeu. Caso o nobre Deputado esteja com o projeto pronto, eu opino pela apreciação na sessão de hoje; senão, no primeiro momento em que o Deputado colocar o seu projeto, que foi construído junto com os técnicos do Governo do Distrito Federal e que traz contribuições substanciais à questão do tratamento do lixo, à questão dos aterros sanitários e as compensações com as populações lindeiras.

Portanto, o nosso encaminhamento é pela manutenção do veto, lembrando que há um acordo com o Deputado Paulo Tadeu nesse sentido.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Continua em discussão o relatório. (Pausa)

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu vou votar pela derrubada do veto do Sr. Governador.

Eu considero que o projeto é meritório, é um projeto muito bom para a população na questão dos aterros sanitários, porque ele dá uma compensação social para as populações vizinhas.

A questão ambiental é uma questão que não é tratada com a seriedade que deveria por sucessivos governos neste País, não só no Distrito Federal. Eu considero um projeto exemplar, um projeto importante e que deveria ser seguido, inclusive, por outras unidades da Federação, porque é um projeto que trata da preservação ambiental das populações adjacentes a um aterro sanitário.

Infelizmente se legisla muito mais pensando em lucros de especulação imobiliária do que na qualidade de vida da população, do que no futuro da cidade e na qualidade de vida dos seus moradores.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

A implantação de um aterro sanitário tem que vir acompanhada de uma compensação para as populações adjacentes e que preserve a questão ambiental, que é a questão do futuro desta cidade.

Por isso, eu votarei pela derrubada do veto do Sr. Governador a esse projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Continua em discussão o relatório. (Pausa)

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu creio que há que se ter contrapartidas e se eliminar os impactos sociais, os impactos que atingem diretamente a população; tanto enquanto você desativa um serviço, quanto quando você cria um novo serviço.

Os aterros sanitários são absolutamente indispensáveis nesta cidade. Aliás, é uma profunda vergonha que ainda tenhamos no Distrito Federal um lixão. Um lixão que, com certeza, tem outros lixos! Porque há várias denúncias de que ele se mantém ali por uma política subterrânea de favorecimento da empresa que ganhou para efetivar a limpeza urbana aqui no Distrito Federal.

Digo isso porque nós temos como contrapartida desta empresa a desativação do lixão e a construção do aterro sanitário. A empresa não fez isso. E o Estado, que eu tenha conhecimento, em nenhum momento, recorreu à Justiça para que se cumprisse aquilo que estava acordado. Ao contrário, despendeu recurso, por meio do programa Brasília Sustentável, para que se construísse o aterro que deveria ter sido construído. Está pagando duas vezes! Duas vezes, por um mesmo serviço.

Mas, quando se constrói um aterro sanitário, e quero circundar o que falo à perspectiva de que em Samambala tenhamos um aterro sanitário, provoca um impacto nos trabalhadores e na população daquela cidade. Primeiro porque não se tinha pensado na construção de um aterro sanitário. É óbvio, porque para se construir um aterro sanitário em qualquer lugar, há que se ter um licenciamento ambiental, senão não se pode construir.

Mas o que propõe o Deputado Paulo Tadeu vai além disso. Se vai se construir um aterro sanitário, vai se construir, provavelmente, postos de trabalho. Há que se discutir com a comunidade, para que ela tenha como contrapartida a construção de um aterro que não estava previsto, via de regra, quando ela foi para ali morar, que ela tenha compensações: compensações ambientais, compensação em geração de emprego e renda, compensação em construção de uma vida realmente cidadã.

Da mesma forma, o recurso disponibilizado através do BIRD para o Brasília Sustentável também propõe que haja a eliminação de impactos sociais na urbanização da Estrutural, ou seja, que não haja impactos e que se tenha



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

contrapartida para onde será construído o aterro – que é o projeto do Deputado Paulo Tadeu, extremamente meritório.

Portanto, há que se pensar também, Deputado Paulo Tadeu, que nós podemos fazer com que as pessoas que hoje tiram sua renda do lixo, da reciclagem de resíduos sólidos, também tenham mantido seu Instrumento de sobrevivência, sua própria renda, com a desativação do lixão da Estrutural.

Portanto, nós vamos votar pela não-manutenção do veto, ou seja, pela derrubada do veto, e queremos, ao chegar o projeto de iniciativa do Executivo, analisá-lo para vermos, inclusive, se ele está de acordo ou em consonância com o projeto efetivado pelo Deputado Paulo Tadeu.

Eu diria que um Parlamentar é realmente um Parlamentar quando, por seu intermédio, as pessoas e a comunidade falam, a sociedade se expressa.

Por isso digo, Sr. Presidente, para encerrar esta discussão, que, no mínimo, a comunidade deveria ter sido consultada sobre a extinção do DETRAN.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Continua em discussão o relatório. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero ser muito objetivo nesta minha intervenção.

Acredito que o Deputado Leonardo Prudente, a Deputada Erika Kokay e o Deputado Reguffe foram bastante felizes na análise daquilo que se pretende com a construção de tal política pública.

A questão do lixo é uma das coisas mais sérias da atual conjuntura por que passa a humanidade, do ponto de vista da preservação do meio ambiente e da saúde humana.

Estamos em pleno Século XXI e não dá mais para o Distrito Federal ficar sem uma política pública que construa, em vez de lixões abertos, com todo o efeito que causam para o meio ambiente e para a sociedade, verdadeiros aterros sanitários, com toda a técnica necessária para a preservação da saúde, do meio ambiente e do ser humano. E, com isso, a compensação ambiental e social dos aterros sanitários, onde eles forem implementados.

Quero dizer que, claro, não foi possível, pois o Governador não sancionou. Mas, por meio de uma construção com os técnicos do próprio Governo e, importante dizer, do SLU, juntamente com técnicos desta Casa, trabalharemos numa nova versão. Sabemos que, do ponto de vista regimental, eu não posso - já que a matéria está sendo apreciada hoje - apresentar sozinho um novo projeto para apreciação deste Plenário.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

Quero dizer que a política pública em relação a essa questão dos aterros sanitários, do lixo no Distrito Federal, está acima, inclusive, de qualquer Parlamentar, pela própria magnitude da matéria.

Então, Sr. Presidente, tanto do ponto de vista regimental como do político, abro mão, inclusive, da autoria do projeto que está sendo construído com os técnicos do Governo para que, assim, todos os Parlamentares que desejarem assinem esse projeto, Deputado Leonardo Prudente, porque serão necessárias 13 assinaturas, no mínimo, para que ele possa ser apreciado ainda este ano.

É fato: é urgente essa matéria, pela própria preocupação que temos com a questão do lixo, da construção de aterros sanitários e também da compensação social. Então, quero chamar todos os Parlamentares que queiram, e que conheçam o projeto, que já está praticamente finalizado... Passo-o para todas as assessorias, e aqueles Parlamentares que queiram, assinem. Portanto, não será um projeto do Deputado Paulo Tadeu, mas de todos os Parlamentares – e, espero eu, de toda a Câmara Legislativa – que tenham interesse nessa matéria, que é socialmente correta, ambientalmente justa, pois trata do lixo da nossa cidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Continua em discussão o relatório. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A0(S) :

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)

PROJETO DE LEI Nº(S) 578/07

Autor; Deputado(a): Paulo Tadeu Executivo

Relator: Deputado(a): Brunelli

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP	X				
	BENÍCIO TAVARES - PMDB	X				
	BERINALDO PONTES - PP	X				
	BISPO RENATO - PR	X				
	BRUNELLI - DEM		X			
	CABO PATRÍCIO - PT				X	
	CHICO LEITE - PT		X			
	CRISTIANO ARAÚJO - PTB	X			X	
	DOUTOR CHARLES - PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY - PT	X				
	EURIDES BRITO - PMDB	X				
	GERALDO NAVES - DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ - PSDB	X				
	LEONARDO PRUDENTE - DEM	X				
	MILTON BARBOSA - PSDB	X				
	PAULO TADEU - PT	X				
	PEDRO DO OVO - PMN	X				
	RAAD MASSOUH - DEM	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO - PSL	X				
	REGUFFE - PDT		X			
	ROGÉRIO ULYSSES - PSB	X				
	ROBERTO LUCENA - PMDB	X				
	WILSON LIMA - PR	X				
	ALÍRIO NETO - PPS	X				
	TOTAL	19	03		02	

ASSP _____
 SECRETÁRIO DEP. WILSON LIMA ASSP N° _____
 Fls. ° _____

VOTOS "SIM"	19	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	03	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	02		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 19 votos favoráveis, 3 votos contrários. Houve 2 ausências.

Total de votantes: 22.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 2:

Apreciação do veto parcial ao inciso I do art. 12 do Projeto de Lei Complementar nº 70, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "reorganiza e unifica o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal - RPPS/DF e dá outras providências".

Relator: Deputado - CCJ.

Não há relatório sobre o projeto.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ (PSDB. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu estava aqui bastante preocupada com a condução do projeto que causa tanto impacto ao DETRAN. Depois de uma análise profunda, quero dizer que sou contra a criação da Companhia Metropolitana, porque acho que está havendo um desmonte de um dos DETRANs que têm mais capacidade em nossa federação. Estou profundamente transtornada com o que está acontecendo aqui hoje. Eu não poderia deixar isso passar em branco.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Está registrado o seu discurso, Deputada Jaqueline RORIZ.

A Presidência designa a Deputada Eurides Brito para emitir relatório sobre a matéria.

Concedo a palavra à Relatora, Deputada Eurides Brito, para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir relatório. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com a Mensagem nº 198, de 2008, o Governador comunicou à Presidência desta Casa que, nos termos do disposto no art. 74, § 1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal, vetou parcialmente o Projeto de Lei Complementar nº 70, de 2008, de autoria do próprio Poder Executivo. Como sabemos, foi um veto a um inciso.

A proposição em epígrafe organiza e unifica o Regime Próprio da Previdência social. Foi aprovada aqui, em primeiro turno, a matéria, mas, ao cuidar da matéria, o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

Governador vetou o inciso I do art. 12, com a redação que lhe foi dada pela Subemenda Modificativa nº2, apresentada nesta Casa por ocasião da votação.

Afirma S.Exa. que a alteração feita pela subemenda, de autoria da Casa, foi no sentido de ampliar a categoria de dependente do Regime Próprio de Previdência Social, implicando majoração de despesa e fugindo do princípio de vício de origem. Há um comprometimento de consertarmos isso com a vinda de uma mensagem para sanar o vício de iniciativa.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o relatório.
(Pausa.)

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, como Líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (Líder do Governo. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, este item, cada Parlamentar da bancada do Governo está liberado para votar de acordo com a sua convicção e a sua consciência.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay para discutir.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós fizemos uma discussão acerca disso e também estivemos com o Governador do Distrito Federal, com a presença do então Secretário de Justiça e Cidadania, Deputado Raimundo Ribeiro, e do atual Chefe da Casa Civil, Geraldo Maciel.

O Governador nos disse que concorda com o mérito e que nós decidíssemos autonomamente se derrubaríamos o veto ou apreciaríamos o novo projeto - fizemos uma discussão no cafezinho, e o Líder do Governo, como aqui já foi dito, liberou a bancada do Governo para se posicionar conforme o seu entendimento sobre o mérito do projeto na apreciação do veto - e que, ao apreciarmos o projeto do Executivo, fizéssemos as adaptações necessárias de acordo com a votação do veto aqui estabelecida.

Sr. Presidente, a meu ver, não há vício de iniciativa. Explico por que. Ali não está se estabelecendo necessariamente um aumento de despesa, até porque todo esse cálculo é um cálculo atuarial, é um cálculo em cima de premissas, de tábuas, como chamam os atuários. Você calcula quanto tempo as pessoas viverão e qual é a estimativa de despesa que você tem. Vício de iniciativa haveria se nós estivéssemos ampliando a despesa, entretanto, não estamos, porque, nesse aspecto dos casais homoafetivos, pode não haver nenhum beneficiário. De toda sorte, estamos aqui



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

discutindo e assegurando o direito. Teoricamente todas as pessoas, todos os servidores públicos contribuirão com o fundo previdenciário e, contribuindo com o fundo previdenciário, serão potencialmente beneficiários dele, assegurados. Entretanto, concretamente, teremos servidores públicos que, ao falecerem, por exemplo, não terão nenhum dependente. Então, contribuiram, mas não farão uso do benefício.

Outro aspecto, Sr. Presidente, é que o inciso que foi vetado tira o direito de filhos não emancipados, de cônjuges de toda sorte e de companheiros de toda sorte, qualquer que seja a orientação sexual dos casais estabelecidos.

Portanto, eu gostaria de transmitir - e inclusive gostaria que o Deputado Raimundo Ribeiro pudesse confirmar aqui o que estou falando - que o Governador disse que ficaria a cargo desta Casa, a partir da avaliação do mérito - no que S.Exa. estava de acordo -, apreciar se derrubaria ou não o veto. E, nesse sentido, encaminhou um projeto, porque o próprio Governador não afirmou que seria imprescindível a manutenção do veto, mas que isso ficaria a cargo de cada Parlamentar. E, na reunião que tivemos com os Parlamentares acerca desse item, a Liderança do Governo orientou que os Parlamentares da base governista votassem de acordo com sua consciência e posição acerca do mérito do projeto, e, quando apreciássemos o projeto do Poder Executivo, faríamos as adaptações necessárias, caso fosse derrubado o veto.

Por isso, eu gostaria de solicitar a todas e todos os Parlamentares desta Casa que não reste nenhuma dúvida acerca do entendimento do mérito desta matéria, e que votemos contra a manutenção do veto - portanto, pela sua derrubada -, que é como nós da bancada do Partido dos Trabalhadores iremos votar, Sr. Presidente.

Era apenas isso que eu gostaria de falar.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra ao Deputado Reguffe, para discutir.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas registrar minha posição, que é clara como todas as minhas posições aqui nesta Casa, sobre este projeto.

Eu sou católico praticante, vou à missa todos os domingos, porém o que está sendo discutido aqui não é casamento de homossexual nem nada disso. O que está sendo discutido é um direito para que a pessoa também possa ser cidadã, e isso independe da opção sexual da pessoa. Qualquer que seja a opção sexual, mesmo essa sendo diversa da minha, eu tenho de respeitá-la. Então, isso não fere, na minha opinião, nenhum preceito, não faz com que ninguém entre numa igreja e se case. Eu acho que é um direito que cabe ao Estado garantir, independentemente de qual seja a opção sexual da pessoa. Como cidadã, a pessoa tem de ter direito a tudo o que uma pessoa que tenha outra opção sexual tem.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

Então, eu quero deixar minha posição clara aqui. Sei que é um tema polêmico, mas não tenho receio de nenhuma retaliação ou algo do tipo. Sou católico, sim, vou à missa todos os domingos, mas acho que seria uma discriminação o oposto. Portanto, votarei pela derrubada do veto do Sr. Governador.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Está registrado, Deputado.

Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito, para discutir.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para discutir. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu me sinto extremamente confortável ao falar sobre este assunto, pois sou favorável à tese e vou manter, quando da discussão do projeto do Governo que tramita aqui na Casa, a posição que assumi antes a respeito dessa matéria.

Como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, convence-me a tese da Inconstitucionalidade porque, aumentando-se o espectro de pessoas a serem beneficiadas, aumenta-se realmente a despesa; então, caímos no vício de Iniciativa.

O Governo cumpriu sua parte, que era vetar este projeto, mas encaminhar um projeto de iniciativa governamental, que já veio e está tramitando na Casa. Nós já vamos chamá-lo, com urgência, para a Comissão de Constituição e Justiça para darmos um parecer, para vir outra vez ao plenário. Então, hoje eu votarei – não há nenhuma incoerência, ao contrário, há alta coerência – pela manutenção do veto, uma vez que o Governo já cumpriu sua parte encaminhando o projeto sobre o mesmo assunto e que está em tramitação na Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Registrado, Deputada.

Continua em discussão.

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 9 votos favoráveis, 12 votos contrários e 1 abstenção. Houve 2 ausências.

Total de votantes: 22.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 3:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 282, de 2007, de autoria do Deputado Cabo Patrício, que "determina data limite para envio à União das propostas que tratam do realinhamento das remunerações previstas na Lei Federal nº 10.486, de 2002 (remuneração dos Militares do Distrito Federal)".

Relator: Deputado - CCJ.

DEPUTADO CHICO LEITE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de pedir conferência de voto, porque houve a Impressão de que foram 13 votos pela derrubada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Deputado Chico Leite, eu já anunciei o resultado. Não vou voltar atrás.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, seguindo o Regimento, solicito, para que não haja nenhum tipo de dúvida, que seja feita a conferência. Não estamos pedindo que V.Exa. volte atrás, apenas que confira.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Deixe-me fazer uma consulta.

DEPUTADO REGUFFE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas acrescentar que, para o bom andamento dos trabalhos, toda vez que o Parlamentar falar "sim" ou "não", a pessoa que estiver lendo o nome diz: "fulano de tal, sim ou não." E aqueles que não estiverem presentes no momento da votação são chamados novamente no final. Se não, há atropelos e há confusão. A pessoa que votou "não" acaba votando "sim", alguém que votou "sim" acaba votando "não". É melhor, então, que cada pessoa chamada, quando for lido o nome diga em



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

seqüência "sim" ou "não". Aqueles que não estiverem no momento são chamados de novo no final, para o bom andamento dos trabalhos, até porque, regimentalmente, seria o melhor...

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Sr. Deputado, V.Exa. e todos os Deputados foram chamados com a maior calma. Os Deputados que quiseram mudar o voto vieram aqui e registraram a mudança de voto. Para mim, tanto faz uma coisa como a outra. Eu tenho a minha posição formada. Não tem problema não.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu também queria pedir a conferência. Votei "sim" pela manutenção, mas eu queria pedir novamente a conferência. Quero ratificar que o que V.Exa. está falando é correto, pois foi feita a chamada de cada Parlamentar. Os Parlamentares puderam se expressar livremente, até mesmo entre si – como é legítimo – voltando ao plenário e mudando o voto. Podemos fazer uma conferência e eu tenho a sensação de que o veto não foi derrubado, foi mantido. É a sensação que tenho.

DEPUTADO REGUFFE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, retificar o voto é um direito que todo Parlamentar tem, mas eu preferia, para o bom andamento dos trabalhos, que isso fosse feito depois de terminada a chamada de todos os Parlamentares, senão causa confusão.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado, a retificação é feita durante a votação. Depois de proclamado o resultado, não tem retificação.

DEPUTADO REGUFFE – Não. Depois de ter proclamado o resultado não, antes de proclamar o resultado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – É o que foi feito.

DEPUTADO REGUFFE – Porque muitas vezes aconteceu de chamar o nome do Parlamentar e outro chegar e falar: "Não. Eu quero trocar."

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Nós obedecemos à ordem do que estava aqui.

DEPUTADO REGUFFE – Tudo bem. É construtivo o que eu disse aqui.

DEPUTADO PAULO TADEU - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, como o Deputado Batista das Cooperativas disse bem, para que não haja dúvida alguma sobre o que foi retificado, ratificado, é melhor que se faça a votação de novo. Não é voltar atrás, é fazer a conferência da votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Só que eu já proclamei o resultado, Deputado Paulo Tadeu.

DEPUTADO PAULO TADEU - Sr. Presidente, há uma dúvida do Plenário. O que o Plenário está pedindo a V.Exa. não é que volte atrás, mas que faça...

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Para mim, não tem problema algum.

DEPUTADO PAULO TADEU - Isso já foi feito tantas vezes. Não há nenhuma dificuldade do ponto de vista... O mais importante é que não haja dúvida de como foi feita a votação. Só isso.

DEPUTADO BISPO RENATO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO (PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu acho que o que os Deputados estão pedindo em especial é que seja feita a recontagem dos votos porque perderam. Caso tivessem ganhado, não estariam pedindo. Estão querendo é tentar ganhar no grito. Não sou contra a recontagem de jeito nenhum. Pelo contrário. Mesmo que seja derrubado o veto do Governador, o projeto é inconstitucional de qualquer maneira. Pode-se argüir Inconstitucionalidade. Então, para nós, tanto faz manter ou não. É inconstitucional.

Há outro projeto na Casa. Que se discuta este.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Vou manter o resultado.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, se ninguém é contra...

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Está mantido o resultado.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Mas todos os Líderes, pelo que me consta...

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Está mantido o resultado.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para uma questão de ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para questão de ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, quero apelar para o seu bom-senso, que, allás, é o norte do seu comportamento. Os parágrafos 1º e 2º do artigo 192 do Regimento Interno dispõem que: "§1º Se algum Deputado Distrital tiver dúvida quanto ao resultado proclamado, poderá pedir, imediatamente, verificação de votação, que será realizada pelo processo nominal.

§2º Havendo procedido a uma nova verificação de votação, antes do decurso de 1 hora da proclamação de seu resultado, somente poderá haver nova verificação a requerimento de um terço dos Deputados."

Somente após uma hora, mas foi feito imediatamente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Deputada Erika Kokay, somente se a votação fosse simbólica. No caso, a votação foi nominal.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Não, Sr. Presidente. Há um inciso que diz que se algum Deputado Distrital tiver dúvida quanto ao resultado... Enfim, eu gostaria que a votação fosse feita de novo. Ninguém é contrário; nem um Líder é contrário, nem o Deputado Bispo Renato, que disse também ser a favor da conferência.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada Erika Kokay, V.Exa. me deixa falar um pouquinho?

DEPUTADA EURIDES BRITO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, com todo o respeito que tenho por todos os pares, uma coisa que não podemos deixar que aconteça, em nenhuma votação, é que paire dúvidas de que o resultado foi legítimo. Então, eu apelaria para V.Exa., com a grandeza que lhe é peculiar e a forma tão correta como sempre preside as sessões, que repetíssemos a votação. Estamos dispostos a repetir a votação, porque assim não pairará dúvidas, realmente, sobre a conferência dos fatos, não sobre a postura e a posição assumidas pelos Parlamentares. É o apelo que faço.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada Erika Kokay, a questão de ordem levantada por V.Exa. não é pertinente a esta votação. Não tenho dificuldade alguma, se for vontade da maioria que estiver no plenário, de repetir a votação. Vou fazer um processo democrático. Anulo a votação anterior e faço outra. Faço a consulta. A maioria ganha — os que estiverem no plenário, os que estiverem no cafezinho que venham para cá e se manifestem. Se a maioria for a favor, será anulada a votação anterior e será feita uma chamada novamente. Faço Isso democraticamente.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

Os Deputados que aprovam a realização de nova votação levantem o braço.
(Pausa.)

Houve 8 votos favoráveis.

Os Deputados que não aprovam a realização de nova votação levantem o braço. (Pausa.)

A maioria ganhou. Então, está anulada a primeira votação. Esta Presidência chamará uma nova votação.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o princípio do voto aberto é exatamente para dar transparência ao processo de votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Mas fizemos isso.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Então, quero parabenizar V.Exa. por ter acatado a decisão da maioria. Assim, poderemos fazer novamente a votação e não pairará nenhuma dúvida mais a respeito do tema.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Embora contrariando o artigo 192, que diz que só se aplica esse caso à votação simbólica, está anulada a votação. Começaremos do zero.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para a votação do Item nº 2 da pauta.

(Procede-se à votação nominal.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 07/10/2008

ASSESSORIA DE PLÊNARIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

 VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): inciso I do art. 12
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 70/08
 PROJETO DE LEI Nº(S) _____

Autor: Deputado(a): _____

 ExecutivoRelator: Deputado(a): Eurides Brito

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP	X				
	BENÍCIO TAVARES - PMDB		X			
	BERINALDO PONTES - PP				X	
	BISPO RENATO - PR	X				
	BRUNELLI - DEM	X				
	CABO PATRÍCIO - PT				X	
	CHICO LEITE - PT		X			
	CRISTIANO ARAÚJO - PTB		X			
	DOUTOR CHARLES - PTB				X	
	ÉRIKA KOKAY - PT		X			
	EURIDES BRITO - PMDB	X				
	GERALDO NAVES - DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ - PSDB		X			
	LEONARDO PRUDENTE - DEM	X				
	MILTON BARBOSA - PSDB				X	
	PAULO TADEU - PT		X			
	PEDRO DO OVO - PMN		X			
	RAAD MASSOUH - DEM			X		
	RAIMUNDO RIBEIRO - PSL		X			
	REGUFFE - PDT		X			
	ROGÉRIO ULYSSES - PSB		X			
	ROBERTO LUCENA - PMDB		X			
	WILSON LIMA - PR	X				
	ALÍRIO NETO - PPS				X	
	TOTAL	07	11	01	05	

ASSP	<u>2</u> SECRETÁRIO DEP. <u>BISPO RENATO</u>	ASSP Nº <u>1</u> Fls.º
------	---	------------------------------

VOTOS "SIM"	07	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	11	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	01		
AUSÊNCIAS	05		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	36

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 7 votos favoráveis, 11 votos contrários e 1 abstenção. Houve 5 ausências.

Total de votantes: 19.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Já foi feita a chamada do Item nº 3, referente ao Projeto de Lei nº 282, de 2007, de autoria do Deputado Cabo Patrício, que "determina data limite para envio à União das propostas que tratam do realinhamento das remunerações previstas na Lei Federal nº 10.486, de 2002 (remuneração dos Militares do Distrito Federal)".

A Presidência designa o Deputado Pedro do Ovo para emitir relatório sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Pedro do Ovo, que emita relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o argumento aqui utilizado, inclusive pela Deputada Eurides Brito, Relatora do veto anteriormente apreçado, é de que há um projeto do Executivo em tramitação na Casa, em regime de urgência – "em regime de urgência" não são palavras da Deputada Eurides Brito, mas eu as acrescento porque a matéria tramita em regime de urgência.

Sr. Presidente, como houve a apreciação de um veto e ele não foi derrubado, foi, portanto, mantido, eu já conversei com o Líder do Governo, Deputado Leonardo Prudente, para que possamos apreciar o projeto do Executivo na próxima terça-feira. Digo isso a V.Exas. porque eu queria que todos percebessem a gravidade do veto, porque ele não incide apenas sobre as relações "homoafetivas". Foi vetado todo o inciso, o qual diz que sejam beneficiários os cônjuges, esposas e esposos, os companheiros e as companheiras de qualquer relação, inclusive os heterossexuais, e os filhos não emancipados.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada Erika Kokay, não há dificuldade em acatar a solicitação de V.Exa. até porque esta Casa pode votar parte do projeto ou todo o projeto, igual fizemos sobre a questão da Avenida W3, não sei se V.Exa. se lembra disso.

Portanto, não temos dificuldade de incluí-lo. A Deputada Eurides Brito, na solicitação que fez, disse que a matéria iria passar primeiro pela Comissão de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	37

Constituição e Justiça. Sendo assim, é necessário que V.Exa. fale com a Deputada Eurides Brito para chegarem a um acordo.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, a Deputada Eurides Brito tem todas as condições de analisar a matéria, aliás, eu queria até parabenizá-la pelo parecer que relatou na apreciação do projeto como um todo, inclusive o da emenda. Foi um parecer extremamente bem fundamentado, dentro da legalidade, da democracia, da cidadania e, particularmente, que há respaldo legal para essa emenda, pois, além do respaldo legal, há respaldo humano, porque preconceito mata. O preconceito tem matado neste País de uma forma absolutamente incisiva.

Portanto, na terça-feira, eu gostaria que pudéssemos apreciar o projeto do Poder Executivo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Estão faltando os pareceres da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e o da Comissão de Constituição e Justiça, mas não há nenhum problema.

Concedo a palavra ao Deputado Pedro do Ovo para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PEDRO DO OVO (PMN. Para emitir relatório.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Pl nº 282/2007
23/08

PARECER Nº.

DE 2008

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº. 282/2007, que "Determina data limite para envio à União das propostas que tratam do realinhamento das remunerações previstas na Lei Federal nº. 10.486/2002 (remuneração dos militares do Distrito Federal)".

RELATOR: Deputado PEDRO DO OVO

I - RELATÓRIO

Por intermédio da Mensagem nº. 213/2008-GAG, de 15.07.2008, o Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal comunica ao Presidente desta Câmara Legislativa os motivos do veto total oposto ao Projeto de Lei em epígrafe, nos termos do art. 74, § 1º da Lei Orgânica do Distrito Federal.

O Projeto de Lei nº. 282/2007, de autoria do Deputado Cabo Patrício, tem por objetivo fixar o dia 31 de março de cada exercício financeiro como data limite para o Governador do Distrito Federal encaminhar à União as propostas de realinhamento anual das tabelas de soldo, adicionais e gratificações de que trata a Lei Federal nº. 10.486, de 4 de julho de 2002.

A proposição tramitou nesta Casa pelas Comissões de Assuntos Sociais, de Economia, Orçamento e Finanças e de Constituição e Justiça.

Tendo sido, portanto, aprovada na forma regimental, foi a proposição, nos termos do art. 74 da Lei Orgânica do Distrito Federal, enviado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, para sanção.



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Pl. nº 992
12007
Fis. nº 2121

Em sua exposição de motivos, o Governador assevera que, a despeito dos louváveis propósitos do ilustre parlamentar, o projeto em exame não pode ser sancionado, na medida em que padece de vícios formais de inconstitucionalidade, porquanto dispõe sobre regime jurídico dos servidores públicos distritais, matéria que somente poderia ser deflagrada perante a Câmara pelo Chefe do Poder Executivo local, na forma do art. 71, §1º, inciso II, da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Ademais, na hipótese em exame, identifica-se, ainda, usurpação de competência da União, uma vez que a proposta parlamentar cuida da remuneração de policiais e bombeiros militares do Distrito Federal, os quais são por ela organizados e mantidos, nos termos do art. 21, inciso XIV, da Constituição Federal.

Portanto, não há com cancelar a iniciativa parlamentar, ante a flagrante inconstitucionalidade do projeto de lei em referência.

Assim, o Chefe do Poder Executivo conclui que é flagrante a inconstitucionalidade na norma sob análise, por invadir competência privativa da União e do Poder Executivo, com fulcro no artigo 71, §1º, inciso II da LODF; e nos artigos 21, inciso XIV, da Constituição Federal.

São estas as considerações que entendemos indispensáveis à deliberação desta Casa sobre o veto em questão.

Sala das Comissões, em

Deputada EURIDES BRITO
Presidente

Deputado PEDRO DO OVO
Relator



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero só informar aos Parlamentares que, no momento do encaminhamento da votação, estaremos encaminhando pela manutenção do veto, uma vez que o projeto, de autoria do Deputado Cabo Patrício, dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Distrito Federal, matéria que só pode ser deflagrada pelo chefe do Poder Executivo, além de invadir a competência da União, uma vez que a proposta Parlamentar cuida da remuneração de policiais e bombeiros militares do Distrito Federal, que são organizados e mantidos pela União.

Portanto, não há como prosperar esse veto, razão pela qual no momento do encaminhamento defenderemos a manutenção desse veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o relatório da Comissão de Constituição e Justiça.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, consta do projeto, em seu art. 1º: "Fica fixado o dia 31 de março de cada exercício financeiro como data limite para o Governador do Distrito Federal encaminhar à União as propostas de realinhamento anual das tabelas de soldo, adicionais e gratificações de que trata a Lei Federal nº 10.486, de 4 de julho de 2002".

Sr. Presidente, a Segurança Pública e os militares, a Polícia e os Bombeiros Militares, são pagos com recursos do fundo constitucional. Não é a União que estabelece como o Governo do Distrito Federal utilizará os recursos do fundo constitucional! Não é a União que diz: "Vamos aumentar o salário A, B ou vamos utilizar o fundo constitucional dessa forma". Isso é prerrogativa do Governo local. O Governo local é que encaminha a sua proposta, que passará pelo crivo técnico e pela avaliação rigorosa do Ministério do Planejamento para, então, ser remetido, ser efetivado.

Portanto, Sr. Presidente, aqui nós não estamos argumentando, porque não é uma prerrogativa do Poder Executivo estabelecer os prazos. O que vai ser reajustado diz respeito a uma negociação do Governo com as devidas categorias sobre o que vai ser reajustado. Então, o percentual que será reajustado, a forma como se dará o realinhamento é uma decisão do Poder Executivo em um processo negociável com os servidores públicos. E aqui nos diz respeito apenas a data máxima que ele teria para encaminhar. O que nós estamos vendo, hoje, é que o Governo não obedece a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	39

prazos, e nós temos um atraso, sem justificativa, na implementação dos realinhamentos.

Inclusive, Sr. Presidente, isso tem provocado pagamentos retroativos. É o que tem acontecido na Polícia Civil e Militar. Aqui não estamos estabelecendo qual é o realinhamento, qual é o reajuste! Estamos apenas fixando prazos para que o Executivo local encaminhe ao Executivo federal, para que não provoque angústia nos servidores que negociaram a proposta e que ficam esperando por ela em função da falta de cuidado no segmento dos trâmites necessários.

Sr. Presidente, eu diria que não há por que se argumentar que isso é prerrogativa da União! Nós não queremos aqui dizer qual será o reajuste dos policiais ou dos bombeiros militares. Se fosse assim, realmente nós estaríamos cometendo vício de iniciativa. Estamos aqui apenas – o projeto é do Deputado Cabo Patrício - estabelecendo quais são os prazos, pois o Executivo, que é muito ágil para prescindir de licitações e para implementar projetos, como, por exemplo, o da Fundação Roberto Marinho nas escolas, é muito moroso quando se trata de valorizar os servidores públicos desta cidade e as políticas públicas que dependem de valorização dos servidores públicos desta cidade. Basta observar que temos o maior orçamento, *per capita*, de saúde do Brasil, mas temos uma das piores saúde do Brasil. Basta ver que quer extinguir o DETRAN e gastar mais recursos, mais de um milhão, apenas com cargos comissionados na nova Companhia Metropolitana de Trânsito.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão o relatório. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A0(S):

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)

PROJETO DE LEI Nº(S) 282/07

Autor: Deputado(a): Cabo Patrício

Executivo

Relator: Deputado(a): Pedro do Ovo

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP	X				
	BENÍCIO TAVARES - PMDB	X				
	BERINALDO PONTES - PP	X				
	BISPO RENATO - PR	X				
	BRUNELLI - DEM		X			
	CABO PATRÍCIO - PT				X	
	CHICO LEITE - PT				X	
	CRISTIANO ARAÚJO - PTB	X				
	DOCTOR CHARLES - PTB				X	
	ÉRIKA KOKAY - PT		X			
	EURIDES BRITO - PMDB				X	
	GERALDO NAVES - DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ - PSDB	X				
	LEONARDO PRUDENTE - DEM	X				
	MILTON BARBOSA - PSDB	X				
	PAULO TADEU - PT		X			
	PEDRO DO OVO - PMN	X				
	RAAD MASSOUH - DEM	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO - PSL	X				
	REGUFFE - PDT		X			
	ROGÉRIO ULYSSES - PSB		X			
	ROBERTO LUCENA - PMDB	X				
	WILSON LIMA - PR	X				
	ALÍRIO NETO - PPS	X				
	TOTAL	15	05		04	

ASSP

SECRETÁRIO DEP. BISPO RENATO

ASSP Nº 1 Fls.º

VOTOS "SIM"	15	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	05	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	04		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	40

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 15 votos favoráveis, 5 votos contrários. Houve 4 ausências.

Total de votantes: 20.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 4:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 525, de 2007, de autoria da Deputada Jaqueline Roriz, que "reconhece e disciplina a profissão de Bombeiro Civil, no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências".

Relator: Deputado Chico Leite - CCJ.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ (PSDB. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, esse projeto foi discutido com a categoria dos bombeiros civis. Nós resolvemos, juntamente com eles, por haver inconstitucionalidade, manter o veto do Governador e esperar que seja aprovado na Câmara dos Deputados.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para emitir parecer.) - Sr. Presidente, é o seguinte o relatório:



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE - PT/DF

RELATÓRIO Nº , DE 2008

ITEM 4
DA PALATA

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 525/07, que reconhece e disciplina a profissão de bombeiro civil no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências.

Relator: Deputado Chico Leite

Pela Mensagem nº 234/2008-GAG, o Chefe em exercício do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto total** ao Projeto de Lei nº 525, de 2007, de autoria da Deputada Jaqueline Roriz.

O Projeto reconhece e disciplina a profissão de Bombeiro Civil no Distrito Federal. O artigo 2º conceitua o referido profissional; o artigo 3º indica as condições para o exercício da profissão; o artigo 4º disciplina as suas funções; o artigo 5º estabelece direitos dos profissionais; o artigo 6º imputa obrigações ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal; o artigo 7º estabelece penalidades; o artigo 8º possibilita a realização de convênios entre as empresas que prestam serviços relacionados à profissão em comento e o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. Seguem cláusula de vigência e revogação genérica.

Na justificação, em apertada síntese, a autora afirma que o projeto visa *"reconhecer e disciplinar as atividades do Bombeiro Civil, também conhecido como Brigadista, no âmbito do Distrito Federal"* (fls. 3).

Nesta Casa, o projeto recebeu pareceres da Comissão de Assuntos Sociais (fls. 8) e da Comissão de Constituição e Justiça (fls. 10), favoráveis à matéria, sem emendas.

Após a votação em primeiro turno (fls. 11), houve a apresentação de três emendas modificativas de autoria do Deputado Cabo Patrício, na qualidade de líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores, que serviram para alterar a definição de Bombeiro Civil (fls. 12), alterar a sua classificação (fls. 13/14) e adequar os termos técnicos à nova redação dada por emenda anterior (fls. 15/16).

As emendas foram analisadas e aprovadas em Plenário pela Comissão de Assuntos Sociais (fls. 18) e pela Comissão de Constituição e Justiça (fls. 21). Após isso, a matéria foi votada e aprovada em segundo turno (fls. 22).

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, o projeto foi vetado por Inconstitucionalidade.

Quanto à inconstitucionalidade, o Governador em Exercício do Distrito Federal apontou: invasão de competência privativa da União para legislar sobre direito do trabalho, condições para o exercício de profissões e Inspeção do trabalho (artigo 22, I, XVI e XXIV, da Constituição Federal), e sua iniciativa legislativa para tratar de temas relativos a atribuições de Secretarias de Estado (artigo 71, §1º, IV, da Lei Orgânica do Distrito Federal).

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADA EURIDES BRITO

Presidente

DEPUTADO CHICO LEITE

Relator



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	41

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, o Chefe do Poder Executivo opôs veto total ao projeto que V.Exa. elencou, sob o principal argumento de absoluta inconstitucionalidade, de vez que há invasão de competência, segundo S. Exa., o Chefe do Poder Executivo. Invasão de competência privativa da União para legislar sobre direito do trabalho, condições para o exercício de profissões e inspeção do trabalho (art. 22, I, XVI e XXIV, da Constituição Federal), e, também, quanto à iniciativa legiferante para tratar de temas relativos a atribuições de Secretarias de Estado, portanto, invasão à iniciativa exclusiva do Poder Executivo (art. 71, § 1º, IV, da Lei Orgânica do Distrito Federal). Era isso o que eu tinha a relatar, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão o relatório da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, conforme acordo com a Deputada Jaqueline Roriz, o encaminhamento é pelo "sim", ou seja, pela manutenção do veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A0(S):

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)

PROJETO DE LEI Nº(S) 525/07

Autor: Deputado(a): Jaqueline Rony

Executivo

Relator: Deputado(a): Chico Leite

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP	X				
	BENÍCIO TAVARES - PMDB	X				
	BERINALDO PONTES - PP	X				
	BISPO RENATO - PR	X				
	BRUNELLI - DEM	-			X	
	CABO PATRÍCIO - PT	-			X	
	CHICO LEITE - PT	X				
	CRISTIANO ARAÚJO - PTB	X				
	DOCTOR CHARLES - PTB	-			X	
	ÉRIKA KOKAY - PT	-	X			
	EURIDES BRITO - PMDB	-			X	
	GERALDO NAVES - DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ - PSDB	X				
	LEONARDO PRUDENTE - DEM	X				
	MILTON BARBOSA - PSDB	X				
	PAULO TADEU - PT	-	X			
	PEDRO DO OVO - PMN	X				
	RAAD MASSOUH - DEM	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO - PSL	X				
	REGUFFE - PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES - PSB	X				
	ROBERTO LUCENA - PMDB	X				
	WILSON LIMA - PR	X				
	ALÍRIO NETO - PPS	X				
	TOTAL	18	02		04	

ASSP

SECRETÁRIO DEP. *RUIÃO RIVATO*

ASSP Nº 1 Fls. °

VOTOS "SIM"	18	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	02	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	04		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	42

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 18 votos favoráveis, 2 votos contrários e 4 ausências.

Total de votantes: 20.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, existem dois grupos aqui presentes na Câmara Legislativa que estão interessados na votação de projetos: o grupo dos quiosqueiros e o grupo dos agentes de saúde. Eu só queria, já que eles estão aguardando, que pudéssemos dar a garantia de que serão analisados hoje ambos os projetos, porque eles estão em dúvida e estão querendo ir embora, pelo horário. Podemos garantir, tanto para os quiosqueiros, quanto para os agentes de saúde que serão votados hoje os projetos de interesse de suas categorias?

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Havendo *quorum*, estaremos aqui para poder votar todos os projetos solicitados e elencados na pauta. Não há problema nenhum. Depende de os Deputados permanecerem em plenário.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Está certo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Item nº 5:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 593, de 2007, de autoria do Deputado Bispo Renato, que “dispõe sobre a criação do programa de doação de *kits* de materiais esportivos para o desenvolvimento de atividades envolvendo adolescentes e jovens das escolas do ensino médio e fundamental”.

Relator: Deputado Chico Leite - CCJ.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, relatório do veto total, oposto pelo Chefe do Poder Executivo, ao Projeto de Lei nº 593, de 2007, de autoria do Deputado Bispo Renato, que “dispõe sobre a criação do programa de doação de *kits* de materiais esportivos para o desenvolvimento de atividades envolvendo adolescentes e jovens das escolas do ensino médio e fundamental”.

É o seguinte o relatório:



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE - PT/DF

RELATÓRIO Nº , DE 2008

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 593/07, que *dispõe sobre a criação do programa de doação de 'kits' de materiais esportivos para o desenvolvimento de atividades envolvendo adolescentes e jovens das escolas do ensino médio e fundamental.*

*ITEM 5
DA PAUTA*

Relator: Deputado Chico Leite

Pela Mensagem nº 202/2008-GAG, o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto total** ao Projeto de Lei nº 593, de 2007, de autoria do Deputado Bispo Renato.

O Projeto determina que a Secretaria de Estado de Esporte do Distrito Federal organize o cadastro e a distribuição de *kits* esportivos, cujos itens especifica. Determina ainda que as instituições de ensino do Distrito Federal devem se cadastrar na referida Secretaria para receber os *kits* esportivos, ocasião em que deverão informar a situação de seus espaços para a prática de esportes. Por fim, o Projeto possibilita a parceria com a iniciativa privada para ampliar o programa.

Na justificação, em apertada síntese, o autor afirma que o projeto visa incentivar *"a prática de esportes nas escolas do ensino médio e fundamental, afastando adolescentes e jovens da criminalidade"* (fls. 2)

Nesta Casa, o projeto recebeu pareceres da Comissão de Assuntos Sociais (fls. 5), Comissão de Educação e Saúde (fls. 7) e, por fim, da Comissão de Constituição e Justiça (fls. 9), favoráveis à matéria, sem emendas.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, o projeto foi vetado por inconstitucionalidade.

Quanto à inconstitucionalidade, o Governador do Distrito Federal apontou: Invasão de sua iniciativa legislativa para tratar de temas relativos a atribuições de Secretarias de Estado (artigo 71, §1º, IV, da Lei Orgânica do Distrito Federal) e criação de ônus ao Poder Executivo sem indicação da fonte de custeio (artigo 151, I, da Lei Orgânica do Distrito Federal).

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADA EURIDES BRITO

Presidente

DEPUTADO CHICO LEITE

Relator



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	43

DEPUTADO CHICO LEITE - Sr. Presidente, o Sr. Governador entendeu que o projeto era inconstitucional, e assim o fez. E argumenta: ele invade a sua iniciativa legislativa para tratar de temas relativos a atribuições de Secretarias de Estado – art. 71, § 1º, IV, da Lei Orgânica. De outro modo, também cria ônus ao Poder Executivo sem a necessária indicação da fonte de custeio. E cita: art. 151, I, da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Esses os motivos pelos quais o Sr. Governador, embora aqui nesta Casa o projeto tenha sido aprovado, entende, por inconstitucionalidade, vetar o projeto de lei em debate.

Era o que eu tinha a relatar, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão o relatório. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato.

DEPUTADO BISPO RENATO (PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço aos colegas que votem pela manutenção do veto, pois entendo que há inconstitucionalidade, ainda que o projeto seja muito importante para os nossos jovens e adolescentes.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Deputado Bispo Renato, ou Deputado Renato, melhor dizendo, seu programa tem um mérito impressionante. Ele dispõe sobre os kits de materiais esportivos para o desenvolvimento de atividades envolvendo crianças, jovens e adolescentes nas atividades esportivas.

Ele é extremamente meritório. E digo o porquê. Há uma pesquisa da ONU que indica que o rendimento escolar dos estudantes que praticam esporte chega a ser 200 vezes superior ao dos que não praticam esporte regularmente.

Ele é fundamental, pois esse mesmo estudo da ONU diz que a cada 1 dólar que se investe em esporte, você terá mais de 3 dólares economizados em saúde.

Portanto, está se investindo no sentimento de pertencimento deste estudante que irá se sentir pertencendo à escola, porque a escola possibilita que ele exerça uma atividade esportiva que o faz se sentir dentro da escola. Desenvolve-se a ritualização da competição. No esporte você ritualiza as divergências, ritualiza a competição. E quando você ritualiza, você tira do caráter concreto. Portanto, diminui, sem nenhuma dúvida, a violência. Desenvolve o rendimento escolar - as pesquisas mostram isso - e significa uma economia brutal na saúde.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	44

Portanto, o projeto tem um mérito imenso. Concordo que ele é inconstitucional, porque ele diz respeito a gastos que precisariam estar relacionados a um projeto de iniciativa do Poder Executivo. Mas creio que V.Exa. deveria argumentar que o projeto é tão meritório que o Governo deveria ter o compromisso de encaminhar um projeto, de sua iniciativa, com o mesmo teor.

Onde isso ocorreu, Deputado Bispo Renato, nós tivemos escola sem violência, porque o sentimento é de pertencimento. Eu não agrido e eu não provoço qualquer tipo de dano a algo que me pertence. Se os alunos agridem na escola, não têm sentimento de pertencimento. Talvez, expressem de forma macro as micro violências sofridas diariamente com a ausência de uma educação pública de qualidade.

Então, eu sugeriria ao Líder do Governo e a V.Exa. que, a partir de um projeto de indicação de V.Exa. – ou de todos os Deputados –, haja uma discussão com o Governador do Distrito Federal para que S.Exa. encaminhe para Casa um projeto no mesmo sentido, até porque o Governo compra tantos *kits*! Comprou um *kit* - sem licitação - para o Projeto Ciência em Foco que, se eu percorrer as ruas de qualquer local desta cidade, vou comprá-lo por um preço 10 vezes menor, sem economia de escala. Porque quando compro em grande quantidade, compro com economia de escala e, quando compro em pequenas quantidades, em geral, há uma majoração do preço unitário.

Os *kits* do Projeto Ciência em Foco, que custaram por volta de 150 milhões de reais ao Poder Público, sem licitação - sem licitação -, foram comprados de forma absolutamente ágil pelo Governo – sabe-se lá por que, ou seria bom que todos soubessem e todas soubessem para termos transparência nos atos do Governo.

Esse projeto de V.Exa., que carrega tantos méritos, deve também – não, obviamente, sem licitação, porque defendemos sempre a licitação – ser transformado em um projeto em que nós possamos sanar o vício de iniciativa, que é real, e não podemos fugir dele.

Por isso, eu digo, Sr. Presidente, Deputado Wilson Lima, que votaremos pela manutenção do veto, mas com esse adendo, ou com esse posicionamento e esse clamor ao Governador do Distrito Federal para que S.Exa. remeta projetos semelhantes a esta Casa, a fim de que possamos aprová-los e darmos mais dignidade a uma Infância, a uma adolescência e a uma juventude que está encarcerada pelas grades reais. Encarcerada pela droga, ou encarcerada pelo medo, ou encarcerada pela falta de projetos, de perspectiva. Portanto, uma juventude abandonada pelo Governo do Distrito Federal.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	45

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Para encaminhar votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o encaminhamento é pela manutenção do veto, conforme acordo feito com o Deputado Bispo Renato, que entendeu a questão da constitucionalidade, mas quero lembrar a questão meritória do projeto. Certamente, essa semente já está plantada no Governo do Distrito Federal pelo nobre Deputado Blspo Renato.

DEPUTADO CHICO LEITE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite, futuro Senador da República por Brasília.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, muito obrigado pela generosidade de suas palavras. Que os anjos digam amém!

Quero dizer a V.Exa. e especialmente ao Deputado Bispo Renato, que tem formação jurídica e com quem pude me defrontar e litigar muitas vezes, como *ex adversus*, nos tempos de Ceilândia, Taguatinga, nós na Promotoria e S.Exa. na Defensoria, na defesa sempre intransigente dos direitos individuais por que laborava, preciso dizer que o Sr. Chefe do Poder Executivo tem mesmo razão nos fundamentos colocados. V.Exa. sabe disso. É preciso observar, como disse a Deputada Erika Kokay e como bem frisou o Deputado Leonardo Prudente, que o projeto é extremamente meritório, mas esta Casa está exatamente numa caminhada, liderada pela Comissão de Constituição e Justiça, especialmente por sua Presidente, a Deputada Eurides Brito, de uma verdadeira profilaxia de Inconstitucionalidades, apesar do mérito do projeto.

Dessa maneira, realmente, vamos ter que nos manifestar pela mantença do veto, mas estimando que o Governador compreenda e que envie para esta Casa projeto com igual conteúdo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Continua em discussão o relatório. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A0(S):

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N°(S)

PROJETO DE LEI N°(S) 593/07

Autor: Deputado(a): Bispo Renato

Executivo

Relator: Deputado(a): Chico Leite

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP	X				
	BENÍCIO TAVARES - PMDB	X				
	BERINALDO PONTES - PP	X				
	BISPO RENATO - PR		X			
	BRUNELLI - DEM		X			
	CABO PATRÍCIO - PT				X	
	CHICO LEITE - PT	X				
	CRISTIANO ARAÚJO - PTB	X				
	DOUTOR CHARLES - PTB				X	
	ÉRIKA KOKAY - PT	X				
	EURIDES BRITO - PMDB	X				
	GERALDO NAVES - DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ - PSDB	X				
	LEONARDO PRUDENTE - DEM	X				
	MILTON BARBOSA - PSDB	X				
	PAULO TADEU - PT		X			
	PEDRO DO OVO - PMN	X				
	RAAD MASSOUH - DEM				X	
	RAIMUNDO RIBEIRO - PSL	X				
	REGUFFE - PDT		X			
	ROGÉRIO ULYSSES - PSB	X				
	ROBERTO LUCENA - PMDB	X				
	WILSON LIMA - PR	X				
	ALÍRIO NETO - PPS	X				
	TOTAL	17	04		03	

ASSP

SECRETÁRIO DEP. *Bispo Renato*

ASSP N° 1
Fls. °

VOTOS "SIM"	17	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	04	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	03		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	46

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 17 votos favoráveis, 4 votos contrários. Houve 3 ausências.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 6:

Apreciação do veto parcial ao § 2º do art. 33, ao § 8º do art. 44, ao Parágrafo Único do art. 56, e ao art. 58 do Projeto de Lei nº 856, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2009".

Relator: Deputado Milton Barbosa - CCJ.

Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o Item nº 6 diz respeito a 5 parágrafos que foram vetados e cada um deles tem uma dinâmica e um posicionamento próprio. Para que não tenhamos prejudicada a qualidade da discussão, eu faço uma sugestão de acordo com o Regimento: que possamos apreciá-los separadamente. Até porque há um desses parágrafos que foram vetados que simplesmente "evapora" todas as emendas parlamentares. É preciso que tenhamos cuidado e não façamos uma votação em bloco, porque há elementos que dizem respeito às gratificações da Defensoria Pública.

Sr. Presidente, obviamente, não fizemos a discussão do item nº 6, mas podemos até fazê-la e apreciar o outro veto enquanto isso. Penso que, em relação a alguns desses vetos, temos condições concretas de construir um consenso para derrubá-los; outros não, não podemos votar em bloco, prejuízo para esta Casa, prejuízo para a apreciação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Nobre Deputada Erika Kokay, V.Exa. pode fazer um entendimento com o Líder do Governo.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, fomos alertados que esse veto tem 6 dispositivos. O último dispositivo, que é o art. 58, trata das emendas parlamentares à LDO, diz que elas não podem ser



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	47

bloqueadas ou contingenciadas pelo Poder Executivo. Temos nesta Casa um compromisso com os Deputados em relação às emendas. Portanto, não estou de acordo com este veto. Encaminharei pela derrubada do último item, que é o art. 58. Então, dos seis itens vetados, derrubaremos o último item.

Eu queria fazer um apelo à Deputada Erika Kokay para que apreciemos esse veto, os cinco primeiros itens em bloco e o último item em separado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Peço às Lideranças que entrem em acordo.

Solicito ao Relator, Deputado Milton Barbosa, que emita relatório pela Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para emitir parecer.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:

RELATÓRIO Nº DE 2008

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de Lei nº 856/2008, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2009.

Relator: Deputado MILTON BARBOSA

Com a Mensagem nº 221/08 – GAG, de 17 de julho de 2008, o Senhor Governador do Distrito Federal comunica ao Senhor Presidente desta Casa de Leis e seus ilustres pares que, nos termos do art. 74, §§ 1º e 2º, da Lei Orgânica do Distrito Federal, decidiu vetar parcialmente o Projeto de Lei em epígrafe "por apresentar impropriedades de ordem constitucional ou legal, e, também, por contrariar o interesse público, relativamente aos dispositivos a seguir, decorrentes de alteração ou inclusão oriunda de emendas parlamentares: § 2º do art. 33; § 8º do art. 44; parágrafo único do art. 56; e art. 58".

O Chefe do Poder Executivo informa, ainda, que "em decorrência do veto do § 8º do art. 44, necessário se faz vetar, também, a inclusão da correspondente despesa de pessoal no ANEXO IV – Despesas de Pessoal Autorizadas a Sofrerem Acréscimos, a título de 'Gratificação de Atividade Judiciária – GAJ, que acrescenta despesa de R\$ 2.400,000,00 relativa à concessão de mais 300 (trezentos) benefícios, cuja competência desta matéria é exclusiva do Poder Executivo, conforme justificativas apresentadas, em anexo".

Ressalta o Senhor Governador que "foram feitas correções mínimas de ordem gramatical no texto do normativo, o que não importará em irregularidade no processo de aprovação do referido projeto de lei".

Na seqüência, o Chefe do Poder Executivo destaca em sua mensagem os motivos dos vetos conforme a seguir transcritos:

"MOTIVOS DOS VETOS ÀS EMENDAS APRESENTADAS AO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2009

1º) Dispositivo objeto de VETO: (§ 2º do art. 33)

Art. 33

§ 2º Não serão excluídos do cômputo da Receita Corrente Líquida, os valores recolhidos a título de contribuição para saúde e previdência dos servidores do Distrito Federal.'



JUSTIFICAÇÃO:

Pela análise do dispositivo a alteração promovida pelo Poder Legislativo não deixou clara a regra estabelecida na alínea "c" do inciso IV do art. 2º da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101 de 2000.

No referido dispositivo, a regra é clara: o somatório das receitas correntes, incluídas as transferências para o FUNDEB e deduzidos na União, Estados e Municípios a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do art. 201 da Constituição.

Tal dispositivo é orientado no item 4.3.2.2 do Manual de Elaboração do Anexo de Metas Fiscais e do Relatório Resumido da Execução Orçamentária aprovado pela Portaria STN/MFAZ nº 575, de 30 de agosto de 2007.

Observando o dispositivo emendado, entende-se que seriam o somatório das receitas correntes, incluindo os recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal, deduzidas as contribuições dos servidores apenas para o sistema de previdência, bem como os recursos provenientes da compensação financeira, conforme se verifica no caput do art. 33 a seguir descrito:

'Art. 33. Considera-se receita corrente líquida o somatório das receitas tributárias, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de contribuições, de serviços, de transferências correntes e de outras receitas correntes, inclusive os valores do Fundo Constitucional do Distrito Federal não aplicados no custeio de pessoal e das contribuições de servidores para os fundos de saúde, deduzidas as contribuições dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e as provenientes da compensação financeira citada no art. 201, § 9º, da Constituição Federal.' (Grifamos).

Verifica-se dessa forma uma contradição na intenção do Legislativo, quando, no § 2º do art. 33, estabelece que não serão excluídos do cômputo da receita corrente líquida os recursos decorrentes da contribuição do servidor para o seu custeio de saúde e de previdência.

Dessa forma, o dispositivo constante do § 2º do art. 33 está sendo vetado por inconstitucionalidade.

2º) Dispositivo objeto de VETO: (§ 8º do art. 44)

'Art. 44º

'§ 8º Fica o Poder Executivo autorizado a consignar, na lei orçamentária anual, as dotações necessárias à concessão da Gratificação de Atividade Judiciária - GAJ, instituída pela Lei nº 2.797, de 18 de outubro de 2001, aos servidores que atualmente encontram-se cedidos ao Centro de Assistência Judiciária do Distrito Federal - CEAJUR/Defensoria Pública e não percebem a GAJ em virtude da limitação imposta pelo art. 31 do Decreto nº 22.490, de 19 de dezembro de 2001.'

PL nº 856-1-08
Art. nº 159

JUSTIFICAÇÃO:

A Lei Orgânica do Distrito Federal, em seu art. 71, § 1º, é clara: 'Compete privativamente ao Governador do Distrito Federal a iniciativa das leis que disponham sobre: V - plano plurianual, orçamento anual e diretrizes orçamentárias.'

O art. 72 é mais enfático, quando estabelece que não será admitido aumento da despesa prevista 'nos projetos de iniciativa exclusiva do Governador do Distrito Federal, ...

Nesse sentido, cabe ressaltar que a alteração proposta pela Câmara Legislativa impôs ao Poder Executivo crescer em R\$ 2.400.000,00 o montante da Gratificação de Atividade Judiciária - GAJ, acrescentando em mais 300 novas gratificações, contrariamente ao que estabelece o art. 31 do Decreto nº 22.490, de 19 de dezembro de 2001, em vigor, e conforme se verifica no ANEXO IV - Despesas de Pessoal Autorizadas a Sofrerem Acréscimos, que integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2009.

Dessa forma, por contrariar dispositivo legal, exclusivo do Governador do Distrito Federal, o § 8º do art. 44 está sendo vetado.

3º) Dispositivo objeto de VETO: (Parágrafo único do art. 56)

'Art. 56

'X Parágrafo único. Os créditos adicionais de que trata o caput serão processados diretamente no Sistema Integrado de Administração Contábil - SIAC, observado o disposto nos arts. 54 e 55 desta Lei.'

JUSTIFICAÇÃO:

O dispositivo está sendo objeto de veto tão somente por apresentar redundância ao caput do art. 56, pois em nada acrescenta a ordem legal, sendo desnecessária a sua manutenção na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009, contrariando, assim, o interesse público do Distrito Federal.

4º) Dispositivo objeto de VETO: (art. 58)

'Art. 58. As dotações consignadas, na lei orçamentária anual do Distrito Federal, aos subtítulos incluídos em decorrência de emendas parlamentares não poderão ser bloqueadas ou contingenciadas pelo Poder Executivo e a liberação de cota financeira estará vinculada unicamente ao cumprimento das etapas administrativas necessárias à execução da dotação.'

JUSTIFICAÇÃO:



É imperativo lembrar que a execução do orçamento decorre inicialmente de esforços múltiplos da administração pública para assegurar e ampliar a arrecadação de recursos para suprir as necessidades de financiamento da máquina administrativa em prol do desenvolvimento de suas atividades voltadas para satisfazer às necessidades da população do Distrito Federal.

Nesse sentido, não é demais ressaltar que o número de alterações no Projeto de Lei Orçamentária, proveniente de emendas parlamentares, é tradicionalmente muito elevado. Muitas vezes tecnicamente inadequado, o que seguramente torna inexecutível a proposição, quando da execução do Orçamento do Distrito Federal, necessitado de alterações posteriores via projeto de lei.

Ao longo desses anos, foram inúmeros os projetos de leis encaminhados a essa Casa com o fito de corrigir erros recorrentes, quando do processo de apresentação de emendas, sobretudo para ações já concluídas ainda no exercício em curso, além da inobservância a dispositivo de ordem legal, que regem os procedimentos de planejamento e orçamento.

Dessa forma, para operacionalizar essas alterações, inicialmente, é preciso o bloqueio das dotações orçamentária objeto de adequação. E como o dispositivo foi colocado na LDO, legalmente inviabiliza qualquer procedimento por parte do órgão central de planejamento e orçamento para a solução de problemas dessa natureza, até mesmo por interesse pessoal de parlamentares dessa Casa.

Importa registrar que o art. 54 já impõe restrições ao Poder Executivo no que se refere a subtítulos incluídos no orçamento e dos programas dos órgãos do Poder Legislativo.

Assim, por contrariar o interesse público, no tocante a inviabilização da operacionalização dos procedimentos de administração orçamentária e financeira do Distrito Federal, o dispositivo está sendo vetado".

Ao final da apresentação dos motivos dos vetos, o Senhor Governador informa, finalmente, que, "em decorrência do veto do disposto no § 8º do art. 44, devidamente justificado, também, está sendo objeto de veto o Item IV do ANEXO IV – Despesas de Pessoal Autorizadas a Sofrerem Acréscimos, no qual foi inserida a autorização para concessão da Gratificação de Atividade Judiciária – GAJ, no valor de R\$ 2.400.000,00 para o exercício de 2009."

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em

Deputado
Presidente
Deputado MILTON BARBOSA
Relator



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	48

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o relatório da Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu acho que V.Exa. não entendeu ou talvez eu não tenha entendido, porque eu fiz uma questão de ordem para que pudéssemos apreciar separadamente os cinco vetos e V.Exa. não me respondeu ou talvez tenha me respondido e eu não tenha...

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Eu respondi a V.Exa. Eu falei que, como o Deputado Leonardo Prudente também fez uma questão de ordem, V.Exa. se entendesse com o Sr. Líder do Governo e chegasse a um acordo com S.Exa., para que nós pudéssemos votar em consenso.

O Deputado Leonardo Prudente propôs que o veto à emenda orçamentária, que é o veto oposto ao art. 58, fosse votado em separado e os demais fossem aglutinados em bloco.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sim, Sr. Presidente, só que eu não estou de acordo com esse encaminhamento. Estou respaldada no Regimento Interno de que podemos discutir separadamente. Sr. Presidente, pense, nós estamos aqui com a questão da estruturação da Defensoria Pública, que foi vetada.

Nós temos acordo de manter alguns vetos. Realmente, há uma emenda...

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – É o art. 58, Deputada.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Não, Sr. Presidente. Isso, nós temos acordo de derrubar.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Há acordo sobre os outros.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Não há, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Líder disse textualmente no microfone, Deputada.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, o Líder do Governo não me representa. Então, se o Líder disser que tem acordo, S.Exa. não me representa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Mas S.Exa. disse que há acordo. S.Exa. falou que não há acordo em derrubar.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, como S.Exa. sabe se não há acordo se S.Exa. não sabe nem qual é a nossa posição? Nós temos acordo em manter alguns vetos. Temos acordo, portanto.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	49

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Está bem, Deputada. Discuta o que V.Exa. quer discutir, e eu vou encaminhar a votação.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – V.Exa. vai encaminhar a votação como, se me permite a ousadia de pedir um esclarecimento?

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Discuta o que V.Exa. quiser. Eu vou acatar a questão de ordem de V.Exa. para nós andarmos, porque o pessoal aqui não merece esse tratamento que V.Exa. está lhe dando, Deputada.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Não, Sr. Presidente. Eu teria outra questão de ordem: que nós pudéssemos apreciar agora a emenda à Lei Orgânica que trata dos agentes de saúde e que...

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – V.Exa. obstrui a pauta todo tempo.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Temos acordo em apreciar o projeto dos agentes de saúde. Proponho que façamos isso agora e depois continuemos a apreciação dos vetos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Eu vou apreciar todos os vetos. V.Exa. fez questão, e eu vou apreciá-los.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, não coloque em minha fala palavras que não foram proferidas por mim. Nós temos acordo em votar agora o projeto dos agentes de saúde. Não temos acordo em sobrestar os vetos para votar o projeto da Companhia Metropolitana de Trânsito, mas, o dos agentes de saúde, queremos votar agora.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Está bem, Deputada. Não acatel a questão de ordem de V.Exa. Vamos discutir o veto.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Então, V.Exa. não quer votar agora a questão dos agentes de saúde?

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não, não acatel a questão de ordem de V.Exa.

Em discussão os vetos.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Plenário é soberano. Eu sugiro a V.Exa., então, que submeta ao Plenário essas duas propostas. Eu não sou favorável a analisarmos veto a veto. Eu acho que é possível analisarmos alguns vetos em bloco e aquele veto em dissenso ser analisado em separado. Então, sugiro a V.Exa. que consulte o Plenário para



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	50

saber, segundo a maioria dos Parlamentares, qual é a melhor conduta para apreciação dessa matéria.

DEPUTADO REGUFFE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu defendo que se vote o quanto antes esse projeto dos agentes de saúde.

Penso que se poderia dar mais tempo, até para os Parlamentares poderem fazer um juízo de valor sobre a questão da CMT.

Com relação ao veto, caso esse veto seja votado, minha opinião é que deveria ser desdobrado, porque, na realidade, são 4 vetos e não apenas 1. São 4 dispositivos vetados. Então, se formos votar esse veto, eu pediria que fosse dividido em 4, até para que o Parlamentar possa emitir sua opinião sobre cada artigo vetado e não sobre todos em bloco, já que eles tratam de coisas distintas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – V.Exa. e sua assessoria tiveram todo o prazo do mundo quando o veto chegou a esta Casa. Se V.Exa. apreciou ou não, é questão de V.Exa. Não há problema.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, não vejo nenhum prejuízo em votarmos separadamente cada item. Apenas precisamos respeitar as pessoas que aguardam ansiosamente as votações, mas, se os Deputados entendem que devemos votar ponto a ponto, poderemos proceder assim. E, se os Deputados quiserem deixar a apreciação deste veto para outro dia, desde que o item não sobresteja a pauta, não teremos nenhuma dificuldade nisso.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acho que ganharíamos muito mais tempo da outra forma.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a nossa proposta – repito-a também ao Líder do Governo – é que possamos agora apreciar os projetos que não são polêmicos, particularmente o relativo aos agentes de saúde, e depois voltemos a apreciar os vetos. Não há acordo de nossa parte em apreciar o projeto referente à Companhia Metropolitana de Trânsito. Para os demais itens, há acordo. Podemos fazê-lo agora e depois analisar os vetos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	51

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta questão já está esgotada, Deputada Erika Kokay. O Deputado Alírio Neto, quando na Presidência, disse que estava esgotada essa discussão.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Mas S.Exa. não está mais aqui! V.Exa. é que preside esta sessão.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – E eu mantenho a posição de S.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, vamos votar a proposta dos agentes de saúde agora!

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não. Não vou acatar a sugestão de V.Exa. Continuaremos a apreciação dos vetos.

Passaremos à apreciação do veto parcial ao § 2º do art. 33, do Projeto de Lei nº 856, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2009”.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (Como Líder de Governo. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o nosso encaminhamento é pela manutenção do veto.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, eu quero discutir a matéria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Estamos em processo de votação, Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, eu não tive o direito de encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada, da bancada do Partido dos Trabalhadores, apenas V.Exa. está aqui.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	52

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu quero dizer que o Governador tem razão neste veto. Nós erramos. A Lei de Responsabilidade Fiscal é clara. Ela exclui do cálculo da receita corrente líquida a contribuição dos servidores para o custeio de seu sistema de previdência social em todos os entes da federação.

Portanto, estamos encaminhando pela manutenção do veto, reconhecendo que houve uma falha desta Casa e que tem razão o Governador ao analisar as despesas com previdência dentro da receita corrente líquida, como rege a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Estaremos também votando pela manutenção do veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

 VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): § 2º do art 33 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____ PROJETO DE LEI Nº(S) 856/08

Autor: Deputado(a): _____

 Executivo

Relator: Deputado(a): Milton Barbosa

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP	X				
	BENÍCIO TAVARES - PMDB	X				
	BERINALDO PONTES - PP	X				
	BISPO RENATO - PR	X				
	BRUNELLI - DEM	X				
	CABO PATRÍCIO - PT				X	
	CHICO LETTE - PT	X				
	CRISTIANO ARAÚJO - PTB				X	
	DOUTOR CHARLES - PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY - PT	X				
	EURIDES BRITO - PMDB	X				
	GERALDO NAVES - DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ - PSDB				X	
	LEONARDO PRUDENTE - DEM	X				
	MILTON BARBOSA - PSDB	X				
	PAULO TADEU - PT	X				
	PEDRO DO OVO - PMN	X				
	RAAD MASSOUH - DEM	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO - PSL	X				
	REGUFFE - PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES - PSB	X				
	ROBERTO LUCENA - PMDB	X				
	WILSON LIMA - PR	X				
	ALÍRIO NETO - PPS	X				
	TOTAL	21			03	

ASSP

SECRETÁRIO DEP.

BISPO RENATO

ASSP

Nº 1

Fls.º

VOTOS "SIM"	21	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	-	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	03		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	53

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 21 votos favoráveis. Houve 3 ausências.

Total de votantes: 21.

Fica mantido o veto ao § 2º do art. 33.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe para declaração de voto.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei pela manutenção do veto porque ele contempla o que está na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Na minha opinião, a Lei de Responsabilidade Fiscal, apesar de receber muitas críticas de muita gente, foi um dos maiores avanços que tivemos na administração pública. Inclusive, eu me contraponho a setores do meu partido que foram contra a lei na época.

Um governo sério e responsável não pode gastar mais do que arrecada, tem que ter limite nos seus gastos, tem que ter limite de endividamento, tem que ter responsabilidade na hora de gerir cada centavo do dinheiro público. A Lei de Responsabilidade Fiscal impôs um limite nos gastos do poder público, senão a ganância fica insuportável.

Então, eu considero um avanço a Lei de Responsabilidade Fiscal, e o Governo, ao seguir a Lei de Responsabilidade Fiscal neste veto, tem o meu apoio.

DEPUTADO DR. CHARLES - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero lembrar a questão dos agentes comunitários de saúde e de vigilância ambiental. Temos o compromisso de ficar, mesmo que seja até meia-noite, e votar esse projeto. Então, temos de fazê-lo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Está assumido o compromisso.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, após a apreciação dos vetos, já que V.Exa. não concorda em apreciarmos agora a questão dos agentes, que seja o primeiro item de pauta a Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal relativa aos agentes de saúde.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Não há dificuldade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	54

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Acatado! Ótimo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Solicito a V.Exa. que formule, junto com Líder do Governo, a orientação da votação, pois S.Exa. já havia pedido a votação. Então, peço a V.Exa. que converse com o Líder do Governo para inverter a pauta.

Apreciação do veto parcial ao § 8º do art. 44 do Projeto de Lei nº 856, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2009".

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A0(S) : § 8º do art. 44

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N°(S)

PROJETO DE LEI N°(S) 856/08

Autor: Deputado(a): _____ Executivo

Relator: Deputado(a): Milton Barbosa

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP	X				
	BENÍCIO TAVARES - PMDB	X				
	BERINALDO PONTES - PP	-			X	
	BISPO RENATO - PR	X				
	BRUNELLI - DEM	X				
	CABO PATRÍCIO - PT	-			X	
	CHICO LEITE - PT	.	X			
	CRISTIANO ARAÚJO - PTB	.			X	
	DOUTOR CHARLES - PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY - PT	.	X			
	EURIDES BRITO - PMDB	X				
	GERALDO NAVES - DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ - PSDB	.			X	
	LEONARDO PRUDENTE - DEM	X				
	MILTON BARBOSA - PSDB	X				
	PAULO TADEU - PT	.			X	
	PEDRO DO OVO - PMN	X				
	RAAD MASSOUH - DEM	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO - PSL	X				
	REGUFFE - PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES - PSB	X				
	ROBERTO LUCENA - PMDB	X				
	WILSON LIMA - PR	X				
	ALÍRIO NETO - PPS	X				
	TOTAL	17	02		05	

ASSP

SECRETARIO DELEGADO RENATO

ASSP N° 1 Fls. °

VOTOS "SIM"	17	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	02	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	05		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	55

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 17 votos favoráveis, 2 votos contrários e 5 ausências.

Total de votantes: 19.

Fica mantido o veto ao § 8º do art. 44.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay para declaração de voto.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero apenas dizer que esse diz respeito à correção de uma injustiça, que é a gratificação dos servidores que se encontram cedidos no Centro de Assistência Judiciária do Distrito Federal, com profissão relevante, fundamental para a construção da democracia e da cidadania, os defensores públicos.

O Governador vetou e nós encaramos que há vício de iniciativa. Mas se foi apenas um erro formal, caberia ao Governador, Deputado Leonardo Prudente, vetar e encaminhar para que pudesse ser sanado o vício de iniciativa. Como não houve nenhum encaminhamento, esse veto deixa de ter o caráter apenas formal e passa a ser um veto no mérito. Se é formal, que se corrija o vício de iniciativa. O Governador pode fazê-lo, mas não o fez. Por isso, votamos não, apesar de reconhecer que há vício de iniciativa, mas esta Casa deveria derrubar o veto para que pudéssemos, então, fazer com que o Executivo valorizasse a Defensoria Pública do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Cabe a esta Presidência informar que, em razão da manutenção do veto ao § 8º do art. 44, faz-se necessário vetar também a inclusão da correspondente despesa de pessoal do Anexo IV, que trata de Gratificação de Atividade Judiciária.

Então, agora passaremos à apreciação do veto parcial ao Anexo IV do Projeto de Lei nº 856, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2009”.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela relevância, encaminhamos pela derrubada desse veto.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	56

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, nós também somos favoráveis à derrubada do veto pelos mesmos motivos pelos quais rejeitamos o veto anterior, a defesa da Defensoria Pública do Distrito Federal.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero só reafirmar que o nosso encaminhamento é pela derrubada do veto, ou seja, pelo voto "não".

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) AO(S): Anexo IV - Parte referente
à CEATUR - Gratificação de Atividades Judiciárias (300)

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____

PROJETO DE LEI Nº(S) 856/08

Autor: Deputado(a): _____

Executivo

Relator: Deputado(a): Milton Barbosa

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP		X			
	BENÍCIO TAVARES - PMDB		X			
	BERINALDO PONTES - PP		-		X	
	BISPO RENATO - PR		X			
	BRUNELLI - DEM		X			
	CABO PATRÍCIO - PT		X			
	CHICO LEITE - PT		-		X	
	CRISTIANO ARAÚJO - PTB		X			
	DOUTOR CHARLES - PTB		-		X	
	ÉRIKA KOKAY - PT		X			
	EURIDES BRITO - PMDB		X			
	GERALDO NAVES - DEM		X			
	JAQUELINE RORIZ - PSDB		-		X	
	LEONARDO PRUDENTE - DEM		X			
	MILTON BARBOSA - PSDB		X			
	PAULO TADEU - PT		-		X	
	PEDRO DO OVO - PMN		X			
	RAAD MASSOUH - DEM		X			
	RAIMUNDO RIBEIRO - PSL		-		X	
	REGUFFE - PDT	X	-			
	ROGÉRIO ULYSSES - PSB		X			
	ROBERTO LUCENA - PMDB		X			
	WILSON LIMA - PR		X			
	ALÍRIO NETO - PPS		X			
	TOTAL	01	17		06	

ASSP

SECRETÁRIO DEP. Bispo Renato

ASSP

Nº _____

Fls.º _____

VOTOS "SIM"	<u>01</u>	VETO MANTIDO	
VOTOS "NÃO"	<u>17</u>	VETO REJEITADO	<input checked="" type="checkbox"/>
ABSTENÇÃO	<u>-</u>		
AUSÊNCIAS	<u>06</u>		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	57

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: o veto parcial oposto ao anexo IV, inerente ao §8º, foi derrubado com 1 voto favorável, 17 votos contrários. Houve 6 ausências.

Total de votantes: 18.

Foi rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Passamos à apreciação do veto parcial ao Parágrafo Único do art. 56, do Projeto de Lei nº 856, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2009".

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, V.Exa. está pulando uma fase prevista no Regimento Interno: a discussão.

DEPUTADO WILSON LIMA - Nós já estamos em discussão, Deputada Erika Kokay. Não pule! não.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Então, Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no parágrafo único do art. 56, o Governador argumenta que tem uma redundância entre o parágrafo único e o *caput* do artigo.

Portanto, o Governador tem razão: há uma redundância. É um erro técnico desta Casa. Por isso, somos favoráveis à manutenção do veto. Se V.Exa. puder se deter e analisar o *caput* e, ao mesmo tempo, o parágrafo, verá que eles versam sobre a mesma coisa.

Reconhecendo a redundância e corrigindo tecnicamente o que aqui foi estabelecido, somos favoráveis à manutenção do veto.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Liderança do Governo estará acompanhando o encaminhamento da Liderança do PT, da Deputada Erika Kokay.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	58

Portanto, somos pela manutenção do veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): Parágrafo Único do art. 56

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____

PROJETO DE LEI Nº(S) 856/08

Autor: Deputado(a): _____ Executivo

Relator: Deputado(a): Milton Barbosa

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP	X				
	BENÍCIO TAVARES - PMDB	X				
	BERINALDO PONTES - PP	-			X	
	BISPO RENATO - PR	X				
	BRUNELLI - DEM	X				
	CABO PATRÍCIO - PT	-			X	
	CHICO LETTE - PT	X				
	CRISTIANO ARAÚJO - PTB	-			X	
	DOUTOR CHARLES - PTB	-			X	
	ÉRIKA KOKAY - PT	X				
	EURIDES BRITO - PMDB	X				
	GERALDO NAVES - DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ - PSDB	-			X	
	LEONARDO PRUDENTE - DEM	X				
	MILTON BARBOSA - PSDB	X				
	PAULO TADEU - PT	-			X	
	PEDRO DO OVO - PMN	X				
	RAAD MASSOUH - DEM	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO - PSL	X				
	REGUFFE - PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES - PSB	X				
	ROBERTO LUCENA - PMDB	X				
	WILSON LIMA - PR	X				
	ALÍRIO NETO - PPS	X				
	TOTAL	18			06	

ASSP

SECRETÁRIO DEP. Bispo Renato

ASSP

Nº 1

Fls.º

VOTOS "SIM"	18	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	-	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	06		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	59

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 18 votos favoráveis. Houve 6 ausências.

Total de votantes: 18.

Fica mantido o veto ao Parágrafo Único do art. 56 do Projeto de Lei nº 856, de 2008.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Apreciação do veto parcial ao art. 58 do Projeto de Lei nº 856, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2009". (Pausa.)

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o encaminhamento da votação ao art. 58 é pela derrubada do veto. É o veto que trata das emendas parlamentares. Então, pela preservação das emendas parlamentares, o nosso encaminhamento é pelo "não".

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): Art. 58

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____

PROJETO DE LEI Nº(S) 856/08

Autor: Deputado(a): _____

Executivo

Relator: Deputado(a): Milton Barbosa

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP		X			
	BENÍCIO TAVARES - PMDB		X			
	BERINALDO PONTES - PP		-		X	
	BISPO RENATO - PR		X			
	BRUNELLI - DEM		X			
	CABO PATRÍCIO - PT		-		X	
	CHICO LEITE - PT		X			
	CRISTIANO ARAÚJO - PTB		-		X	
	DOUTOR CHARLES - PTB		-		X	
	ÉRIKA KOKAY - PT		X			
	EURIDES BRITO - PMDB		X			
	GERALDO NAVES - DEM		X			
	JAQUELINE RORIZ - PSDB		-		X	
	LEONARDO PRUDENTE - DEM		X			
	MILTON BARBOSA - PSDB		X			
	PAULO TADEU - PT		-		X	
	PEDRO DO OVO - PMN		X			
	RAAD MASSOUH - DEM		X			
	RAIMUNDO RIBEIRO - PSL		X			
	REGUFFE - PDT		X			
	ROGÉRIO ULYSSES - PSB	X	-			
	ROBERTO LUCENA - PMDB		X			
	WILSON LIMA - PR		X			
	ALÍRIO NETO - PPS		X			
	TOTAL	01	17		06	

ASSP

SECRETÁRIO DEP. BILDO RENATO

ASSP

Nº 1

Fls.º

VOTOS "SIM"	01	VETO MANTIDO	
VOTOS "NÃO"	17	VETO REJEITADO	X
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	06		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	60

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 1 voto favorável, 17 votos contrários. Houve 6 ausências.

Total de votantes: 18.

Foi rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe para declaração de voto.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.
- Sr. Presidente, neste caso, votei pela manutenção do veto. Em uma ironia do destino, fui o único a votar com o Governador, porque penso que o Orçamento é autorizativo. O Poder Legislativo autoriza uma despesa, que o Poder Executivo pode executar ou não, de acordo com a capacidade de caixa, com a crise. É irônico ver que o Orçamento todo será autorizativo e as emendas parlamentares dos Deputados serão impositivas. Acho que ou o Orçamento é impositivo ou é autorizativo. Não pode haver um Orçamento híbrido, como o que está sendo criado ao se derrubar este veto. Criar um conceito de Orçamento impositivo é uma coisa e criar um Orçamento impositivo apenas para as emendas dos Parlamentares e não para o resto do Orçamento é outra, com a qual não concordo. Acho que o dinheiro público tem que ser investido de forma precípua na educação, saúde e segurança pública e deve-se discutir o Orçamento com profundidade. Não concordo com, simplesmente, obrigar-se a uma execução de emendas parlamentares que, muitas vezes, podem não ser de interesse do conjunto maior da população.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Encerrada a votação do Item nº 6, passamos ao Item nº 7.

Item nº 7:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 899, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 19.971.272,00 (dezenove milhões, novecentos e setenta e um mil, duzentos e setenta e dois reais)".

Relator: Deputado Pedro do Ovo - CCJ.

Concedo a palavra ao Deputado Pedro do Ovo para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria. (Pausa.)

Na ausência do Relator, Deputado Pedro do Ovo, solicito ao Deputado Chico Leite que proceda à leitura do relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para proceder à leitura do relatório.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



60-1

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER Nº. DE 2008

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de Lei nº. 899/2008, que “Abre crédito à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 19.661.272,00 (dezenove milhões, seiscentos e sessenta e um mil, duzentos e setenta e dois reais)”.

RELATOR: Deputado PEDRO DO OVO

I – RELATÓRIO

Por intermédio da Mensagem nº. 216/2008 - GAG, de 17.07.2008, o Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal comunica ao Presidente desta Câmara Legislativa que, nos termos do art. 74, § 1º da Lei Orgânica do Distrito Federal, ao sancionar o Projeto de Lei nº. 899/2008, transformado na Lei nº. 4.174, de 16 de julho de 2008, decidiu vetar parcialmente a Emenda Aditiva nº. 01/08 ao Projeto de Lei nº. 899/2008.

O Projeto de Lei nº. 899/2008, que abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 19.661.272,00, encaminhado a essa Egrégia Casa Legislativa recebeu emenda aditiva no montante de R\$ 310.000,00 (trezentos e dez mil reais) dos quais R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) destinam-se à inclusão do subtítulo “Construção do Memorial Renato Russo”, cuja classificação programática: 13.391.1400.2485.0001 apresenta falhas de naturezas técnicas e legal, especificadas a seguir:

- a ação incluída, por se tratar de realização de obras na natureza de despesa 44.90.51, não deve ser classificada como desdobramento de uma atividade que envolve operações as quais se realizam de modo contínuo e permanente, resultando num produto necessário à manutenção da ação de governo, no caso em referência, 2485 – Preservação do Patrimônio Cultural – museu mantido;

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL Nº 899 12/08
EL - 111 RA



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

- a realização de obras é uma ação limitada no tempo da qual resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de governo, sendo classificada na categoria de programação "projeto";
- a inclusão da ação "Construção do Memorial Renato Russo" como desdobramento da atividade 2485 - Preservação do Patrimônio Cultural, constitui uma ilegalidade vez que contraria o disposto no art. 15, §3º, da Lei nº. 4.008, de 30 de agosto de 2007 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2008).

Assim, diante do contraste com norma constitucional, o Governador conclui que vetou parcialmente o dispositivo acima citado.

São estas as considerações que entendemos indispensáveis à deliberação desta Casa sobre o veto parcial em questão.

Sala das Comissões, em

Deputada EURIDES BRITO
Presidente

Deputado PEDRO DO OVO
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
 PL Nº 899 - 1º/2007
 Em 11/9/07



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	61

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão o relatório da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, este veto atinge uma emenda de minha autoria — da bancada do Partido dos Trabalhadores proposta por minha iniciativa —, que destina recursos para a construção do Memorial Renato Russo. Esse memorial seria absolutamente fundamental para resgatarmos o cronista de uma geração e, ao mesmo tempo, incentivarmos o próprio turismo.

O veto do Sr. Governador foi técnico e somos favoráveis à sua manutenção, porque, realmente, foi colocado como se fosse uma atividade e não um projeto, e é um projeto. Portanto, o veto é técnico. Reconhecendo que houve veto técnico, porque houve um erro técnico, votamos a favor da manutenção. Contudo, gostaríamos de alertar que é fundamental que possamos fazer um tributo vivo, pois a idéia da família do Renato Russo não é criar um memorial estático, mas um memorial em que possam ser oferecidas oficinas de música para jovens que não têm condições de pagar, e construir um tributo vivo a Renato Russo.

Votaremos pela manutenção do veto, reconhecendo que houve uma falha técnica e que o veto é um veto técnico, e não de mérito.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Como Líder. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o encaminhamento desta Liderança do Governo segue a mesma orientação da Deputada Erika Kokay, Líder do PT, pela manutenção do veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão. (Pausa)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): Ponto referente à Construção do Memorial RENATO RVS80.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N°(S) _____

PROJETO DE LEI N°(S) 899/08

Autor: Deputado(a): _____

Executivo

Relator: Deputado(a): Pedro do OVO

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP	X				
	BENÍCIO TAVARES - PMDB	X				
	BERINALDO PONTES - PP	X				
	BISPO RENATO - PR	X				
	BRUNELLI - DEM	X				
	CABO PATRÍCIO - PT				X	
	CHICO LEITE - PT	X				
	CRISTIANO ARAÚJO - PTB				X	
	DOCTOR CHARLES - PTB				X	
	ÉRIKA KOKAY - PT	X				
	EURIDES BRITO - PMDB	X				
	GERALDO NAVES - DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ - PSDB				X	
	LEONARDO PRUDENTE - DEM	X				
	MILTON BARBOSA - PSDB	X				
	PAULO TADEU - PT				X	
	PEDRO DO OVO - PMN	X				
	RAAD MASSOUH - DEM	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO - PSL	X				
	REGUFFE - PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES - PSB	X				
	ROBERTO LUCENA - PMDB	X				
	WILSON LIMA - PR	X				
	ALÍRIO NETO - PPS	X				
	TOTAL	19			05	

ASSP	SECRETÁRIO DEP. <u>BISPO RENATO</u>	ASSP
		Nº <u>1</u>
		Fls. °

VOTOS "SIM"	19	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	-	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	05		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	62

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 19 votos favoráveis. Houve 5 ausências.

Total de votantes: 19.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 8:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 883, de 2008, de autoria do Deputado Paulo Roriz, que "institui o serviço de Transporte Coletivo de Servidores no Distrito Federal".

Relator: Deputado Pedro do Ovo - CCJ.

Concedo a palavra ao Relator, Deputado Pedro do Ovo, para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PEDRO DO OVO (PMN. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Em sua exposição de motivos, o Governador assevera que, a despeito dos louváveis propósitos do ilustre parlamentar, o projeto em exame não pode ser sancionado, na medida em que padece de vícios formais de inconstitucionalidade, porquanto altera o sistema de funcionamento de órgão da estrutura administrativa do Distrito Federal, matéria que somente poderia ser deflagrada perante a Câmara pelo Chefe do Poder Executivo local, na forma do art. 71, § 1º, inciso IV, da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Portanto, não há como cancelar a iniciativa parlamentar, ante a flagrante inconstitucionalidade do projeto de lei em referência.

Assim, o Chefe do Poder Executivo conclui que é flagrante a inconstitucionalidade na norma sob análise, por invadir competência privativa do Chefe do Poder Executivo, com fulcro no artigo 71, §1º, inciso IV da LODF.

São estas as considerações que entendemos indispensáveis à deliberação desta Casa sobre o veto em questão.

Sala das Comissões, em

Deputada EURIDES BRITO
Presidente

Deputado PEDRO DO OVO
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PL nº 883 / 2008
 FIS. nº 22



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	63

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o relatório.
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, embora meritório o projeto de autoria do Deputado Paulo Roriz, considerando que, neste momento, a política do Governo não está seguindo essa direção, o nosso encaminhamento é pela manutenção do veto.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, às vezes, eu não consigo entender a lógica do Governo, porque o projeto...

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada Erika Kokay, eu informo a V.Exa. que a concessão da palavra é para encaminhar a votação. Este não é momento para discussão.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, eu tenho que orientar e dizer por que há esta orientação. Senão, ocorre um reducionismo que não corresponde a esta Casa.

Então, até 1991 havia transportes próprios para os servidores públicos. O governo, quando veta um artigo que propõe esse retorno, na verdade o que ele faz é desorganizar o trânsito, quer acabar com o DETRAN. Ao mesmo tempo, veta algo que dá, inclusive, poder de gestão e possibilita a organização do trânsito desta Cidade, com o transporte dos servidores.

Por isso, Sr. Presidente, é que votaremos “não”, pela derrubada do veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	64

(Procede-se à votação nominal.)



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

 VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): _____

 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____

 PROJETO DE LEI Nº(S) 883/08

Autor: Deputado(a): Paulo Long

 Executivo

Relator: Deputado(a): Pedro do Ovo

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP	X				
	BENÍCIO TAVARES - PMDB	X				
	BERINALDO PONTES - PP	X				
	BISPO RENATO - PR	X				
	BRUNELLI - DEM		X			
	CABO PATRÍCIO - PT		X			
	CHICO LEITE - PT		X			
	CRISTIANO ARAÚJO - PTB	X				
	DOUTOR CHARLES - PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY - PT		X			
	EURIDES BRITO - PMDB	X				
	GERALDO NAVES - DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ - PSDB	X				
	LEONARDO PRUDENTE - DEM	X				
	MILTON BARBOSA - PSDB	X				
	PAULO TADEU - PT	X				
	PEDRO DO OVO - PMN	X				
	RAAD MASSOUH - DEM	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO - PSL	X				
	REGUFFE - PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES - PSB	X				
	ROBERTO LUCENA - PMDB	X				
	WILSON LIMA - PR	X				
	ALÍRIO NETO - PPS	X				
	TOTAL	18	04		02	

ASSP	<i>[Signature]</i> SECRETÁRIO DEF.	ASSP Nº 1 Fls.º
------	---------------------------------------	-----------------------

VOTOS "SIM"	18	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	04	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	02		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	65

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 18 votos favoráveis, 4 votos contrários. Houve 2 ausências.

Total de votantes: 22.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADO BRUNELLI - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, já são 19h50min e estamos aqui desde as 15 horas. Sei que é nossa função, é claro, mas eu acho que não é função dos populares, principalmente o pessoal que está esperando a votação dos projetos que tratam das áreas públicas, dos quiosques. Esse tem sido um trabalho martirizante, um trabalho realmente que aconteceu com muito contento dentro da Casa.

Por isso, solicito a V.Exa., a exemplo também do pessoal da Saúde, que se possa inverter a pauta. Façamos uma Inversão da pauta porque o pessoal está cansado e irá, amanhã, voltar ao seu labor. Então, solicito a V.Exa. a sua aquiescência.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a ordem que nós ponderamos foi acordada no Cafezinho informalmente. Agora o faço formal e regimentalmente. É a seguinte: inversão de pauta, começando a votar o Item nº 23, depois os Itens nºs 24, 21, 20, 13, 14 e 9. Esses três últimos tratam da apreciação de projetos em segundo turno, sem prejuízo das outras votações, já que os Deputados têm compromisso com o pessoal da Saúde, com os quiosques. Estaremos aqui para votar todas as matérias. Portanto, eu faço esse encaminhamento nessa ordem e nessa seqüência.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) - Não, Sr. Presidente! O Senhor nem deixou eu fazer a minha solicitação! Quem sabe o Senhor não a acata também, como homem sensível que é!



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	66

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Vamos manter os ânimos calmos.

Sr. Presidente, a PELO dos agentes de saúde requer 16 votos para ser aprovada. É fundamental que nós possamos proceder a essa votação agora.

O passivo da NOVACAP: o Governo deveria ter pago a primeira parcela na segunda-feira e, irresponsavelmente, não o fez.

Portanto, eu proponho que nós possamos priorizar a votação da PELO dos agentes da saúde, que diz respeito à valorização da saúde do Distrito Federal, ao passo que o Líder quer votar a destruição da política de trânsito do Distrito Federal. Então, votemos o que é prioritário para o povo, que é a função exercida pelos agentes de saúde no seu dia-a-dia.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu acredito que o melhor é o entendimento, o equilíbrio. Nem tanto lá, nem tanto cá. A PELO é o 4º item da pauta. Então, atendendo à solicitação da Deputada Erika Kokay, eu concordo que ele seja o 2º item da pauta. Votaremos o Item nº 23 e em seguida votaremos a PELO, que é o Item nº 20.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Leonardo Prudente, eu presenciei V.Exa. construir um acordo e falar sobre a prioridade das votações dos projetos.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, refaço, então, a definição das prioridades: Itens nºs 23, 20 (da PELO), 24 (da NOVACAP), 21 (dos quilosques) e depois os três itens que serão votados em segundo turno: 13, 14 e 9 (do BID e do FUNDEB, que já foram votados no dia de ontem).

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada Erika Kokay, sua solicitação foi contemplada em parte.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, eu quero esclarecer que nós não acordamos em votar a CMT. Não acordamos porque isso é um crime contra a população. Não há esse acordo conosco em votarmos a CMT.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria falar até porque o Líder de Governo, Deputado Leonardo Prudente, fez comentários sobre esse assunto. A Deputada Erika Kokay disse muito bem.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	67

Quero deixar as coisas muito claras. Eu fiz questão de encerrar a negociação com o Governador. Concluí a assembléa da Polícia Militar do Distrito Federal e dos Bombeiros lá na Praça do Relógio e vim aqui para esclarecer.

Eu tenho uma história, construí minha vida em uma história, eu não tenho duas palavras. Não foi feito acordo para a votação da CMT. É bom que isso fique bem claro aqui! Em nenhum momento! Ontem, os Deputados que estavam no Cafezinho lembram Isso. Vir aqui e denegrir a imagem de um Parlamentar e colocá-lo contra uma categoria, eu não vou admitir. Por isso, fiz questão de vir aqui. Eu tenho compromisso com a segurança pública do Distrito Federal. Fiz um pronunciamento no Comunicado de Líderes e deixei claro que preservo os serviços essenciais, que são do Estado. Não admito a questão do Estado Mínimo. Nunca admiti!

Os profissionais do DETRAN têm um compromisso a zelar. Eles fazem um excelente serviço para a sociedade. Na reunião com o Governador, agora, eu e o Deputado Laerte Bessa insistimos, inclusive, para que não fosse votado o projeto da CMT. O Governador não acatou. É uma decisão de Governador, tudo bem. Vai ser uma decisão da base do Governo se for votado aqui. Será o desmantelamento do sistema de trânsito do Distrito Federal. Já foi um equívoco colocar o DETRAN na Secretaria de Transportes, tirando-o da Secretaria de Segurança. Pior ainda será votar aqui e construir uma Companhia Metropolitana de Trânsito, pois vamos abrir as porteiças - eu deixei isso claro na reunião com o Governador - para a corrupção no sistema de segurança pública do Distrito Federal.

Na discussão, com certeza, colocarei o meu posicionamento, como todo Parlamentar da bancada do Partido dos Trabalhadores, que é contrário a esse projeto.

Para deixar as coisas claras e não parecer que eu fiz um acordo ontem e saí hoje daqui, saí e justifiquei a minha ausência porque estava em reunião com o Governador e com a assembléa da minha categoria. Mas o DETRAN, como toda a sociedade, também faz parte da minha representação como Parlamentar do Distrito Federal.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, no acordo que fizemos ontem, em nenhum momento o Deputado Cabo Patrício ou qualquer Deputado do PT se posicionou favoravelmente a esse projeto. Em nenhum momento!

Eu, em momento algum, fiz a colocação de que havia acordo para o Deputado votar o projeto. O que nós ponderamos é que tínhamos uma pauta de votação e que essa pauta estava sobrestada em função dos vetos e que esses vetos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	68

seriam liberados para que pudéssemos fazer a votação independentemente do mérito colocado. Foi apenas isso que foi dito no Cafezinho. Eu acho que houve uma interpretação equivocada.

Peço a V.Exa. que coloque a pauta em votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADO BISPO RENATO - Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lida e aprovada sem observações a seguinte:

- Ata da 91ª Sessão Ordinária.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 197, de 31/10/2008, juntamente com a ata sucinta da 92ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Item nº 23:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 840, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "cria a Companhia Metropolitana de Trânsito do Distrito Federal e dá outras providências".

Relatores: Deputado - CEOF

Deputado Milton Barbosa - CAS

Deputado - CCJ.

A matéria não possui pareceres, existe uma emenda.

Solicito ao Relator da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Cristiano Araújo, que emita parecer ao projeto bem como à emenda.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a V.Exa. que a votação do parecer, bem como a votação do projeto, seja feita pelo processo nominal - Parlamentar por Parlamentar - por gentileza.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	69

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Nas comissões, não. No projeto, farei nominal.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, V.Exa. não pode dizer isso, porque nós estamos solicitando, e é um direito regimental que a votação se dê de forma nominal nas comissões. V.Exa. não é rei, nem Deus, não é Luis XIV, que diz que o Estado sou eu e a lei sou eu. Ou temos um Estado Democrático de Direito e um Regimento Interno nesta Casa, ou seria melhor, literalmente, rasgá-lo. Nós estamos reivindicando que a votação, inclusive nas comissões, dê-se por processo nominal.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada Erika Kokay, sempre tratei V.Exa. tão bem. Não vou comentar o fato, mas já ajudei V.Exa. V.Exa. não tem o direito de me tratar assim.

Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 840, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "cria a Companhia Metropolitana de Trânsito do Distrito Federal e dá outras providências".

O referido projeto de lei recebeu uma emenda modificativa de autoria de vários Deputados, na qual foi revista a faixa salarial desses novos servidores. O projeto recebeu, também, uma emenda modificativa que revê a faixa salarial desses servidores. Chegou também uma Mensagem do Governador, ainda complementando essa emenda. O projeto apresenta também a planilha de impacto orçamentário.

Sendo assim, somos pela admissibilidade do projeto, com acatamento da Emenda Modificativa nº 1 e acatamento da Mensagem de modificação da proposta ao Projeto de Lei nº 840, enviado pelo Sr. Governador.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da CEOF.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu votarei contrariamente ao projeto que cria a Companhia Metropolitana de Trânsito, também no âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, já que esse projeto acarretará apenas com os cargos comissionados que ciliará, sem contar as despesas com os outros cargos e as



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	70

despesas com estrutura administrativa, etc, uma despesa aos cofres públicos, ainda no ano de 2008, no valor de R\$ 416.689,00 (quatrocentos e dezesseis mil, seiscentos e oitenta e nove reais). No ano de 2009, R\$ 1.007.445,00 (um milhão, sete mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais). Em 2010, mais R\$ 1.007.445,00 (um milhão, sete mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais) nos 54 cargos comissionados que estão sendo criados com essa Companhia Metropolitana de Trânsito. Valor esse que poderia comprar para a população do Distrito Federal 30 ambulâncias, no ano de 2009. No ano de 2010, poderíamos comprar 42 viaturas de polícia, apenas com os cargos comissionados que trarão uma despesa com a criação desse projeto. Além disso, esse projeto ainda criará 1.184 outros cargos, sendo que, com uma remuneração de nível I de Fiscal de Trânsito de R\$ 800,00 (oitocentos reais), que não me parece a remuneração condizente para uma pessoa que exerce uma função como a de Fiscal de Trânsito.

Eu não vou discutir se R\$ 7.000,00 (sete mil reais) é muito, o que eu vou discutir é que R\$ 800,00 (oitocentos reais), na minha opinião, é pouco. Eu tenho por defesa nesta tribuna que o Estado não pode ser medido apenas por quanto ele custa para o contribuinte, ele também tem que ver a qualidade do serviço que ele presta. Só que o Estado hoje custa muito para o contribuinte, e há cargos comissionados demais! Precisamos reduzir o número de cargos comissionados. Vai se criar um novo órgão, quando já existe um que cumpre o seu papel?

Então, na minha opinião, há um excesso de cargos comissionados. Não é viável votar um projeto que cria mais cargos comissionados e aumenta a despesa governamental, que, em minha opinião, deveria estar sendo gasta para que a população tivesse uma educação e uma saúde pública de qualidade.

Portanto, o meu voto será contrário.

Não penso que isso é o que melhor atende aos interesses da população do Distrito Federal, vai ser mais despesas, mais cargos comissionados. E mais, será mais um dinheiro do contribuinte, que, em minha opinião, é suado e que deveria estar sendo investido em educação e saúde.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu quero discutir, mas antes eu gostaria de fazer uma questão de ordem, se V.Exa. me permite.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – V.Exa. está discutindo, Deputada Erika Kokay. V.Exa. está com a palavra.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, a minha questão de ordem, eu vou tentar argumentar o porquê. É que eu gostaria de pedir vista para que eu pudesse apreciar o parecer da CEOF.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	71

Digo isso porque até há pouco tempo – dizem que chegou há alguns minutos – não tínhamos o impacto financeiro do projeto. Tínhamos apenas o impacto das funções comissionadas: mais de 1 milhão. Mas, para que eu possa fazer um juízo exato de valor, eu preciso saber se a criação da CMT atende ao princípio da economicidade.

Eu quero saber, primeiro, quanto é que custaria para abrir concurso público no DETRAN. Eu não sei. Eu não sei.

Sr. Presidente, eu não conheço o impacto financeiro do projeto, apenas dos cargos comissionados. Nós não criamos uma empresa apenas com cargos comissionados. São 800 servidores concursados. São necessários mobiliários, equipamentos.

A lei diz que os equipamentos e os mobiliários serão custeados com doações e transferências do próprio DETRAN, e também serão custeados com despesas previstas no orçamento.

Quero saber quanto custa tudo isso. E quero ainda saber quanto custará aos cofres públicos ter funcionários com a qualidade que tem hoje os funcionários do DETRAN, que trabalham por meio de concurso público. E aí, com certeza, não precisaríamos de 800, precisaríamos de menos funcionários porque a discussão não é quantitativa, mas qualitativa.

Eu não quero que o Estado dispense recursos, não sei quanto custa para que tenhamos servidores públicos com relações precarizadas tomando conta de estacionamentos privados, que é o que diz no projeto.

Por isso, Sr. Presidente, encerro o meu período de discussão, solicitando vista ao projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato a solicitação de V.Exa., Deputada Erika Kokay. V.Exa. tem 5 minutos.

Passaremos ao próximo item da pauta.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, após o término da discussão, e se a Deputada Erika Kokay for fazer questão de ordem e solicitar...

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Deputada Erika Kokay vai ter um espaço para discutir. S.Exa. pediu vista para fazer a leitura do parecer, em seguida S.Exa. vai discutir. Está certa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	72

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, então passemos para o próximo item da pauta que é o projeto de emenda à Lei Orgânica.

Sr. Presidente, eu queria uma cópia do Regimento Interno, porque vamos segui-lo para termos uma lógica.

Sr. Presidente, no art. 114 do Regimento Interno...

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não estou tumultuando. Estou querendo fazer uma discussão sob a luz do Regimento Interno desta Casa. O Regimento Interno não prevê tumulto.

O art. 114, Sr. Presidente... Se me permite. O art. 114, § 4º do Regimento Interno diz que a disposição de cada grupo de matéria da Ordem do Dia tem que seguir a seguinte ordem: I - Proposta de emenda à Lei Orgânica; (...) Portanto, deveríamos estar apreciando, primeiro, a PELO; segundo, projeto de lei complementar; depois, projeto de lei, que é o caso do CMT! Para se ferir o Regimento Interno, deveria haver um acordo, e não há acordo. Portanto, eu sugiro que o art. 114, § 4º do Regimento Interno seja cumprido imediatamente e apreçamos a Proposta de Emenda à Lei Orgânica dos agentes de saúde.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai suspender os trabalhos durante 5 minutos para conceder vista do projeto à Deputada Erika Kokay.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 20h10min, a sessão é reaberta às 20h16min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Está reaberta a presente sessão.

Encerrado o prazo de vista.

Estamos aguardando o retorno do projeto, Deputada Erika Kokay, para iniciarmos a discussão. (Pausa.)

O parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o parecer; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL EM / / 2008

- PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO/EMENDA(S) (VIDE ANEXO)
 CCJ CEOF CAS CDDHCEDP CAF CDC CES CSEG CDESCTMAT M.DIR. COM.ESP.
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI Nº(S) 840/08
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
 RECURSO Nº (S) _____
 REQUERIMENTO Nº (S) _____
 OUTROS _____
 VOTO EM SEPARADO _____

Autor: Deputado(a): _____ Executivo

Relator: Deputado(a): Cristiano Araujo

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
	BERINALDO PONTES	PP	X				
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	DEM	-			X	
	CABO PATRÍCIO	PT	-	X			
	CHICO LEITE	PT	-	X			
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY	PT	-	X			
	EURIDÉS BRITO	PMDB	X				
	GERALDO NAVES	DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB	-			X	
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	X				
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO TADEU	PT	-	X			
	PEDRO DO OVO	PMN	X				
	RAAD MASSOUH	DEM	-			X	
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSL	X				
	REGUFFE	PDT	-	X			
	ROBERTO LUCENA	PMDB	X				
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	X				
	WILSON LIMA	PR	X				
	ALÍRIO NETO	PPS	X				
	TOTAL	---	16	05		03	

*P/S - PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. WILSON LIMA

CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT.

ASSP/PL Nº 840/08

FOLHA Nº 18



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	73

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos favoráveis, 5 votos contrários. Houve 3 ausências.

Está aprovado o parecer.

Na ausência do Relator, Deputado Milton Barbosa, designo o Deputado Raimundo Ribeiro para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Deputado Raimundo Ribeiro que emita parecer pela Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 840, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "cria a Companhia Metropolitana de Trânsito do Distrito Federal e dá outras providências".

Sr. Presidente, pela Comissão de Assuntos Sociais, incorpora-se a Emenda Modificativa nº 01, de 2008, bem como as modificações propostas ao Projeto de Lei nº 840, pela Mensagem nº 347, de 2008.

Esta Comissão de Assuntos Sociais é favorável ao projeto.

É o parecer.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria solicitar a V.Exa. que a votação do parecer da Comissão de Assuntos Sociais também fosse pelo processo nominal.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Nós vamos fazer votação nominal do parecer de todas as comissões.

Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais.

Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, durante a apreciação do parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, a Deputada Erika Kokay discursou muito bem na defesa contrária a esse projeto. E eu queria, na Comissão de Assuntos Sociais, deixar claro que esse projeto da criação da Companhia Metropolitana de Trânsito não traz benefício social algum à população do Distrito Federal. Pelo contrário, o DETRAN hoje tem os melhores quadros do País.

A arrecadação do DETRAN não é investida, como deveria, segundo a legislação, em educação de trânsito, o que vai comprometer mais ainda a questão social, em função de que se vão contratar agentes pelo salário de 800 reais.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	74

O Governo está mudando a tabela agora. Discutimos, na Comissão de Constituição e Justiça, o porquê da decisão do Governo, a constitucionalidade e juridicidade do projeto. No entanto, na Comissão de Assuntos Sociais, Deputado Cristiano Araújo, trata-se de mérito, e o mérito social foi por água abaixo.

O Governo tem que ter compromisso com a sociedade, não pode jogar por terra a história de um Departamento de Trânsito que salva vidas, que é modelo em todo o País, é referência nacional. O Departamento de Trânsito do Distrito Federal, se comparado com qualquer companhia estadual de trânsito, é referência.

Como é que pode, então, acabar-se o Departamento de Trânsito? Ele vai acabar. O quadro de agentes vai ser quadro em extinção, e o Governo vai optar pela contratação de agentes pelo valor de R\$1.200,00 (mil e duzentos reais), como se isso - vou repetir aqui - não fosse abrir a porteira para a corrupção.

Nós temos os melhores profissionais do segmento de segurança pública no Distrito Federal, em todas as instituições, que são uma engrenagem. E nós estamos colocando isso em risco, porque não se pode esperar que se contrate um profissional por R\$1.200,00 (mil e duzentos reais) que tenha a qualidade dos profissionais do DETRAN, que conquistaram isso com muito trabalho e muita luta.

Por isso, Sr. Presidente, quero pedir vista a V.Exa. para poder analisar o mérito do projeto.

Solicito vista do projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Nós estamos em processo de discussão. V.Exa. acha melhor esperar a discussão ou quer neste instante?

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Quero neste instante.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Esta Presidência vai lhe conceder o mesmo prazo que deu à Deputada Erika Kokay: cinco minutos.

A Presidência vai suspender os trabalhos por 5 minutos para conceder vista ao Deputado Cabo Patrício.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 20h27min, a sessão é reaberta às 20h33min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Está reaberta a presente sessão.

Continua em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao projeto de criação da Companhia Metropolitana de Transporte.

Solicito ao Deputado Cabo Patrício que traga o projeto para continuação da discussão em plenário.

Concedo a palavra ao primeiro inscrito na discussão, o Deputado Paulo Tadeu.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	75

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu pretendo ser muito objetivo neste momento, porque ainda estamos apreciando, nesta sessão, o parecer da Comissão de Assuntos Sociais. Vou me ater à questão social do projeto e deixar para discutir o mérito de forma mais aprofundada e ampla no primeiro turno, até mesmo sobre tudo o que envolve essa proposta.

Eu não poderia deixar de dizer que uma das tarefas desta Comissão, da qual já fui Presidente, é exatamente estabelecer essa relação com o servidor público. Portanto, no âmbito desta comissão, na minha avaliação, eu não poderia votar favoravelmente a tal matéria, porque ela se contrapõe aos interesses dos servidores no momento em que a matéria é discutida em plenário, no momento em que os trabalhadores do DETRAN estão em greve e esta Casa, a quem compete até mesmo proteger os servidores do DETRAN, se neste momento os ouvisse, iria com certeza ouvir desses servidores do DETRAN um sonoro "não" a essa matéria.

Então, eu não poderia aprovar uma matéria que não traz nenhum benefício social a esses servidores ou à sociedade, porque se nós discutirmos com a sociedade esse projeto, iremos perceber também que a sociedade vai se posicionar contra esse projeto por tudo o que já foi dito aqui.

Agora, é fundamental dizer o seguinte: aqui nesta Casa, temos diversos Parlamentares, de diversos partidos, com origem no serviço público e sempre nos posicionamos, de maneira muito categórica, que não votaríamos a favor de matérias que trouxessem prejuízo para os servidores, e essa matéria traz um prejuízo fenomenal para os servidores do DETRAN.

Portanto, eu não tenho como votar favoravelmente a esse projeto e digo que, nesta Comissão, especificamente nesta Comissão, deveríamos rejeitar esse projeto porque ele não traz nenhum benefício social, nem para a sociedade, nem para os servidores.

Essa é minha ponderação neste momento, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Continua em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria fraternalmente saudar todos e todas que são servidores e servidoras do DETRAN.

Essa luta não é corporativa. Não é corporativa, até porque o projeto assegura os direitos e as vantagens de cada uma e de cada um de vocês. Não é corporativa porque o servidor está aqui contra o projeto não para defender os seus próprios rendimentos, porque eles não serão alterados. Quando o servidor do DETRAN vem aqui, ele vem defender os princípios de uma política pública construída por eles mesmos. Vocês é que constroem essa política pública, que é referência nacional. Defendem que essa política pública seja permanente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	76

Muito se fala da terceira revolução Industrial no Japão, mas pouco se fala dos princípios divinos da revolução industrial do Japão, que construíram um sentimento de fidelização com o órgão. Eles são três: emprego vitalício, porque aí o servidor, e muito se questiona a estabilidade, mas com a estabilidade o servidor não se verga frente aos diretores que passam quando estão contra a lei, têm a noção exata de quem eles devem servir, que é o povo, e têm condições de não colocar em risco o emprego em detrimento da sua consciência crítica. Emprego vitalício; boa remuneração e progressão funcional.

Sabe por quê? Porque, quando se entra no DETRAN hoje, entra-se para ficar a vida inteira no DETRAN, para se aposentar no DETRAN. Portanto, os princípios do órgão passam a ser internalizados e todos e todas que estão aqui defendem o órgão porque têm sentimento de fidelização.

Agora, pensem o que será um servidor que ganhará R\$1.200,00 (um mil e duzentos reais). A proposta inicial era oitocentos, esta Casa majora para R\$1.200,00 (um mil e duzentos reais). A primeira oportunidade que tiver ele fará outro concurso e sairá do órgão, não terá fidelização. Não terá vínculos, não terá sentimento de pertencimento à política.

Agora, imaginem o que será parte dos servidores do DETRAN transferidos para a CMT. Duas categorias de profissionais. Você terá, então, um profissional que sentirá que está sendo diminuído na sua condição funcional com relação a outros; e outros que se sentirão agredidos, pois o órgão foi criado para extinguir o DETRAN, e ninguém nega isso. Nem aqueles que votarão a favor desse projeto têm coragem de dizer que o DETRAN permanecerá; não permanecerá! É órgão em extinção! É órgão em extinção a partir deste momento. E pensem no que será dois órgãos com funções semelhantes exercendo a mesma política pública: ou você tem um planejamento centralizado ou então você não tem como organizar a política. Imaginemos, portanto, como será, inclusive, funcionários, com condições precárias, com poder de polícia, de fiscalizar, de apreender, de multar.

Portanto, eu digo que hoje esta Casa, com mais de 20 mãos, constrói o caos e o desrespeito ao povo do Distrito Federal. Por isso, nós vamos votar contra ao projeto, e se aqui for aprovado, recorreremos a todos os órgãos para mostrar: é inconstitucional, é ilegal, e é imoral este projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Continua em discussão.

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer da Comissão de Assuntos Sociais.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o parecer; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	77

(Procede-se à votação nominal.)



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL EM 1 / / 2008

- PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO/EMENDA(S) (VIDE ANEXO)
 CCJ CEOF CAS CDDH CEDP CAF CDC CES CSEG CDÉSCTMAT M.DIR. COM.ESP.
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI Nº(S) 840/08
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
 RECURSO Nº (S) _____
 REQUERIMENTO Nº (S) _____
 OUTROS _____
 VOTO EM SEPARADO _____

Autor: Deputado(a): _____ Executivo
 Relator: Deputado(a): Raimundo Ribeiro

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
	BERINALDO PONTES	PP	X				
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	DEM	-			X	
	CABO PATRÍCIO	PT	-	X			
	CHICO LEITE	PT	-	X			
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY	PT	-	X			
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	GERALDO NAVES	DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB	-			X	
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	X				
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO TADEU	PT	-	X			
	PEDRO DO OVO	PMN	X				
	RAAD MASSOUH	DEM	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSL	X				
	REGUFFE	PDT	-	X			
	ROBERTO LUCENA	PMDB	-			X	
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	X				
	WILSON LIMA	PR	X				
	ALÍRIO NETO	PPS	X				
	TOTAL	---	16	05		03	

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. WILSON LIMA

CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT.

ASSP/PL Nº 840/08

FOLHA Nº 20



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	78

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos favoráveis, 5 votos contrários. Houve 3 ausências.

Está aprovado o parecer da Comissão de Assuntos Sociais.

Solicito à Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputada Eurides Brito, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA EURIDES BRITO - Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer ao Projeto de Lei nº 840, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "cria a Companhia Metropolitana de Trânsito do Distrito Federal e dá outras providências".

Nossa análise é sobre o ponto de vista da constitucionalidade do projeto, que veio acompanhado da Mensagem do Sr. Governador; trás em anexo a tabela de cargos comissionados; preserva as funções inerentes a todos os servidores que compõem hoje o quadro do DETRAN; abre a possibilidade, agora, de criação de novos cargos junto à Companhia Metropolitana de Trânsito do Distrito Federal.

O projeto, portanto, atende também à técnica legislativa; do anexo I, veio o quadro da estrutura administrativa das unidades, as tabelas correspondentes aos cargos criados.

Portanto, encaminhamos pela aprovação e admissibilidade do projeto, incluindo ao texto a Emenda Modificativa nº 1, de 2008, assinada por vários Deputados desta Casa; bem como o texto que consta a Mensagem 347, de 2008, que apresenta modificações das propostas ao Projeto de Lei nº nº 840, de 2008. Com essas alterações, substituiu-se o anexo IV do texto original.

Fica, portanto, aprovada como uma emenda modificativa.

Então, com a encampação das duas emendas modificativas, encaminhamos pela aprovação e pela admissibilidade do projeto.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito autorização para apresentar voto em separado.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	79

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para apresentar voto em separado. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com respeito que tenho pelo debate de constitucionalidade que tem feito a Deputada Eurides Brito e os Deputados Milton Barbosa, Pedro do Ovo e Brunelli, na Comissão de Constituição e Justiça, ao fazerem uma verdadeira profilaxia das Inconstitucionalidades – verdade seja dita, isso é bom para a Casa, V.Exa. foi o grande indutor desse processo, é preciso que se diga isso – mas, vejam, encontro neste projeto dois vícios: um de inconstitucionalidade material, e outro de ilegalidade, porque ele se encontra em contrariedade à Lei Orgânica e ao Regimento Interno de natureza formal.

Do ponto de vista formal, Sr. Presidente, diz-se no art. 114, do Regimento Interno, especialmente quanto ao § 5º, o seguinte:

“§ 5º O espelho da Ordem do Dia, acompanhado dos avulsos das proposições, assinalará, obrigatoriamente, após o respectivo número:

- I – o Autor da iniciativa;
- II – o sistema de discussão ou votação;” etc.

Um pouco antes, Sr. Presidente, e tanto é obrigatório esse parágrafo, mais ainda o anterior, diz-se o seguinte da ordem das proposições a serem votadas:

“§ 4º Em cada grupo de matéria da Ordem do Dia, observar-se-á a seguinte disposição:

- I - proposta de emenda à Lei Orgânica.”

Pois bem, Sr. Presidente, neste caso há uma ilegalidade formal: há uma Proposta de Emenda à Lei Orgânica para ser votada e nós estamos votando antes esse projeto de lei, quando deveríamos obrigatoriamente ter votado a PELO. A desobediência a essa ordem faz incorrer em ilegalidade de natureza formal.

A inconstitucionalidade, permita-me dizer, diz respeito à dubiedade de órgãos para tratar de uma mesma matéria. Eu aqui nem ingresso no mérito, mas imaginem que, em havendo um órgão como o Ministério Público, se criasse um Ministério Público metropolitano. Os promotores de justiça e os procuradores não admitiriam que assim se fizesse, e a população ficaria órfã. Suponhamos que se criasse uma espécie de Companhia Metropolitana de Saúde - os médicos, e aqui temos os Deputados Roberto Lucena, o Deputado Dr. Charles, também não admitiriam. Suponhamos que pior, tanto quanto os demais, se criasse uma espécie de polícia metropolitana. Isso não seria admitido; o Deputado Cabo Patrício não admitiria, o Deputado Milton Barbosa não admitiria, o Deputado Alfrido Neto não admitiria que se criasse uma polícia metropolitana.

Então, é necessário entender que essa dubiedade de funções, e não estou falando do mérito, traz uma inconstitucionalidade de natureza material insuperável! Absolutamente insuperável! E é por isso que eu quero aqui proceder a um voto em



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	80

separado no sentido da inconstitucionalidade e da ilegalidade do projeto que estamos debatendo.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Continua em discussão o parecer ao Projeto de Lei nº 840, de 2008.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é a última vez que venho a esta tribuna hoje discutir o Projeto de Lei nº 840, de 2008, que trata da Companhia Metropolitana de Trânsito. Eu já votei contrariamente ao projeto nas comissões, votarei contrariamente ao projeto também em primeiro turno e também em segundo turno. Sou, portanto, contrário ao projeto de criação da Companhia Metropolitana de Trânsito.

Quero apenas deixar o meu abraço fraterno aos servidores do DETRAN, àquelas pessoas que construíram suas vidas lutando por um trânsito melhor nesta cidade e que deram parte das suas vidas para esse órgão chamado DETRAN.

Eu queria apenas deixar o meu abraço fraterno a cada um de vocês.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Deputado Chico Leite, V.Exa. fez um voto em separado?

DEPUTADO CHICO LEITE - Sr. Presidente, respondendo à questão procedida por V.Exa., há um voto em separado de nossa lavra no sentido da rejeição por inconstitucionalidade e ilegalidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Em discussão o voto em separado. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação do voto em separado.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o encaminhamento da Liderança do Governo é pelo voto "não" ao voto em separado do Deputado Chico Leite.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Em votação o voto em separado do Deputado Chico Leite.

Solicito aos Srs. Deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim" estarão aprovando o voto em separado; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	81

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL EM / / 2008

- PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO/EMENDA(S) (VIDE ANEXO)
 CCJ CEOF CAS CDDH CDEP CAF CDC CES CSEG CDESC CTMAT M.DIR. COM.ESP.
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI Nº(S) _____
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
 RECURSO Nº (S) _____
 REQUERIMENTO Nº (S) _____
 OUTROS VOTO EM SEPARADO DO DEPUTADO CHICO LEITE.
 VOTO EM SEPARADO (CONTRÁRIO AO PROJETO)

Autor: Deputado(a): _____ Executivo

Relator: Deputado(a): Eurides Brito

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP		X			
	BENÍCIO TAVARES	PMDB		X			
	BERINALDO PONTES	PP		X			
	BISPO RENATO	PR		X			
	BRUNELLI	DEM				X	
	CABO PATRÍCIO	PT	X				
	CHICO LEITE	PT	X				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB		X			
	DOUTOR CHARLES	PTB		X			
	ÉRIKA KOKAY	PT	X				
	EURIDES BRITO	PMDB		X			
	GERALDO NAVES	DEM		X			
	JAQUELINE RORIZ	PSDB				X	
	LEONARDO PRUDENTE	DEM		X			
	MILTON BARBOSA	PSDB		X			
	PAULO TADEU	PT	X				
	PEDRO DO OVO	PMN		X			
	RAAD MASSOUH	DEM		X			
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSL		X			
	REGUFFE	PDT	X				
	ROBERTO LUCENA	PMDB		X			
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB		X			
	WILSON LIMA	PR		X			
	ALÍRIO NETO	PPS		X			
	TOTAL		5	17		2	

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. WILSON LIMA.

CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT.

ASSPI PL Nº 840,08

FOLHA Nº 27

* REJEITADO O VOTO EM SEPARADO DO DEP. CHICO LEITE, FICA APROVADO PARECER DA DEPUTADA EURIDES BRITO.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	82

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação do voto em separado do Deputado Chico Leite: 17 votos contrários e 5 votos favoráveis. Houve 2 ausências.

Está rejeitado o voto em separado.

Automaticamente, fica aprovado o parecer apresentado pela Deputada Eurides Brito, na forma do artigo 95 do Regimento Interno.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 840, de 2008. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há um grande poeta brasileiro, paraibano, que, em um de seus versos, diz que "a mão que afaga é a mão que apedreja". Acho que isso cabe muito perfeitamente ao Governador do Distrito Federal, porque lembro que a mão que afaga o DETRAN e seus servidores antes das eleições é a mesma que apedreja os servidores e o DETRAN. Não sei se todas e todos lembram que, na festa de Natal dos servidores do DETRAN, o então candidato José Roberto Arruda esteve presente e disse, entre outras coisas, que o melhor órgão do Distrito Federal se chamava DETRAN. Disse que o órgão que melhor trabalhava no Distrito Federal se chamava DETRAN. Esta mesma mão que afaga antes das eleições assinou um projeto que destrói o DETRAN, que extingue o DETRAN. A mão que afaga — tem razão Augusto dos Anjos — muitas vezes é a mesma que apedreja.

Mas cabe a nós, Parlamentares, no mínimo, guardar coerência entre as nossas idéias, as nossas palavras e as nossas atitudes. Voto contra a Companhia Metropolitana, como votaria, se tivesse algo semelhante contra o Banco de Brasília, sendo eu bancária. Tenho absoluta certeza de que alguns Deputados da saúde não votariam favoravelmente a uma companhia ou a um órgão em condições semelhantes, na sua própria categoria.

Portanto, cabe a cada Deputado e a cada Deputada desta Casa guardar coerência entre suas idéias, suas palavras e suas atitudes. Cabe a cada Deputado e a cada Deputada dizer de que lado vai estar — do lado de uma companhia, que foi criada sem nenhum sentido lógico, ou do lado de uma instituição como é o DETRAN, que todas e todos reconhecem que tem uma excelência de qualidade. Cabe a cada Deputado e a cada Deputada desta Casa dizer de que lado está: se do lado da ilegalidade, porque há uma série de vícios — e tem razão o Deputado Chico Leite — nesse procedimento de discussão e votação.

E nós vamos recorrer a todas as instâncias além daqui para provar que não se poderia ter votado um projeto do qual não há o impacto financeiro. O impacto encaminhado a esta Casa em primeiro lugar foi encaminhado por fax, sem mensagem do Governador. E não haveria de se votar sem que pudessemos saber com exatidão se não seria mais econômico abrir concurso para o DETRAN a fim de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	83

suprir a deficiência. Não se poderia apreciar um PL antes de se apreciar uma proposta de emenda à Lei Orgânica, diz o nosso Regimento Interno. Por fim, vamos recorrer a todas essas instâncias.

Pedindo a reflexão dos Deputados, eu, que comecei com um poema, encerro minhas palavras parafraseando um poema de Maiakovski: que a vida jamais permita que eu me acomode ou que eu me acovarde frente ao poder que está instalado de plantão no Burity.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu diria que este momento que vivemos provavelmente seja, neste ano de 2008, o mais constrangedor por que esta Casa está passando. Constrangedor por quê? Porque esta Casa se viu numa situação em que ela teve de se reunir para aprovar uma medida que, na avaliação de todos – tenho certeza que de todos –, independentemente do mérito da discussão, vem para simbolizar uma punição que o Governador Arruda quer dar aos trabalhadores, aos servidores do DETRAN.

Estamos aqui hoje reunidos em uma situação como esta porque, infelizmente, o Governador Arruda se achou no direito de, ao assistir e presenciar essa greve, chamar a sua base e exigir, como praticamente exigiu...

Sei que essa base tem tido a responsabilidade de garantir a governabilidade do atual Governo. E ser base de Governo também não é fácil, porque acaba assumindo muitos ônus.

Eu diria que poderíamos e deveríamos ter dito ao Governador Arruda que esta Casa não merecia, bem como os trabalhadores, os servidores do DETRAN também não mereciam esse tipo de tratamento.

Os ataques começaram a ocorrer no dia de hoje através de anúncios pagos pelo Governo do Distrito Federal expondo o salário dos servidores do DETRAN nos jornais, procurando jogar a sociedade contra os servidores do DETRAN e agora jogando a Câmara Legislativa contra os servidores do DETRAN.

Não merecíamos, Sr. Presidente! Nem eles mereciam! Não mereciam!

O que merecíamos, na realidade, é que esses servidores tivessem um tratamento humano. Conflito trabalhista é algo extremamente normal e comum em qualquer país democrático. Nada mais justo do que chamar todos para a mesa de negociação e ali encontrar uma solução para o conflito trabalhista que lá ocorre hoje. E, não, fazer o que está sendo feito. Tenho certeza de que todos os Parlamentares, todos, todos, queriam aqui, neste momento, dizer talvez o que eu posso estar dizendo. Até pela liberdade que tenho de expor minhas idéias sem sofrer nenhum tipo de repressão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	84

Mas olhando para os semblantes dos servidores do DETRAN, eu vejo a tristeza deles. Eu vejo a decepção desses servidores com o Governador, no qual muitos apostaram. Muitos fizeram campanha para ele. Nós sabemos que muitos servidores do DETRAN acreditaram que o Governador Arruda, realmente, daria outro caráter a esse importante órgão do Distrito Federal. Mas, infelizmente, no atual Governo, não há ninguém que chegue ao Governador Arruda para dizer o que precisa ouvir, infelizmente.

Eu acho que a Câmara Legislativa poderia, sim, ter se colocado no sentido de abrir as negociações. Mas foi grande a pressão pela qual esta Casa passou hoje. É uma pressão legítima. O Governador tem todo o direito de pedir à sua base de apoio que garanta a governabilidade, que garanta, inclusive, que ele Governador não saia desmoralizado.

A que preço o Governador Arruda está pedindo isso a vocês? A que preço o Governador Arruda está pedindo à sua base, neste momento, que faça o que está fazendo?

Hoje nós só vamos votar o primeiro turno. Que entre o primeiro e segundo turno façamos uma reflexão, não só nós, mas também os trabalhadores do DETRAN e o próprio Governador, para que cheguemos a um bom termo, para que possamos ver restabelecida, no semblante dos trabalhadores do DETRAN, a alegria e o compromisso que têm com esse órgão e, inclusive, o compromisso e a alegria que esta Casa tem com esses servidores. Eu espero muito que isso aconteça. Eu tenho certeza de que, se o Governador não estiver nos assistindo, boa parte de seus assessores que estão nos assistindo neste momento levarão o recado a S.Exa.

Eu acho que ainda há tempo, Deputado Batista das Cooperativas, de hoje até a votação em segundo turno, de revertermos esse quadro sob todos os aspectos, para sairmos desse conflito de maneira vitoriosa: Câmara Legislativa, Governo e servidores do DETRAN. Essa é a minha opinião, Sr. Presidente, nesta minha intervenção.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria dizer, até porque já discutimos exaustivamente durante todo o dia, que os companheiros do DETRAN estão assistindo, Infelizmente, ao fim de um órgão tão importante como é o Departamento de Trânsito do Distrito Federal.

Mas o que me chamou atenção é que os companheiros colocaram na porta da Câmara Legislativa um carro de som do Sindicato dos Rodoviários que, inclusive, é histórico, e passaram lá um CD falando das promessas do atual Governador. As promessas eram: que o DETRAN seria transformado em uma autarquia com autonomia administrativa, que os servidores seriam valorizados como nunca foram.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	85

É bom marcarmos esta data, porque foi o dia em que o Governador prometeu durante da campanha. E hoje, dia 22 de outubro de 2008, nós estamos votando aqui totalmente o contrário daquilo que o Governador prometeu. Ninguém aqui está inventando nada. Está gravado. O carro de som passou a gravação o dia todo, e agora estão lá fora novamente tocando o CD.

Isso para deixar claro que não é uma atitude de caráter social, pois o Governador prega o tempo todo que seu Governo é de autogestão, de austeridade, que assumiu o Governo extinguindo 32 Secretarias e Subadministrações Regionais, mas até hoje o Governador já constituiu, para que não percamos as contas: BrasíliaTur, Brasília Ambiental, CODHAB, AGEFIS, IPREV, Secretaria de Trabalho, Secretaria de Educação Integral, Secretaria de Habitação, Casa Civil, doze, quando ele desfaz 21 no início do seu governo. E, agora, desfaz mais uma, com uma diferença: não é para enxugar a máquina administrativa, não é para isso! É única e simplesmente um revanchismo que não tem nada a ver, porque a Constituição Federal garante e os Parlamentares eleitos nesta Casa e no Congresso Nacional sabem disso. Trata-se do direito de sindicalização e de greve.

O SINDETRAN representa os companheiros do DETRAN e tem feito uma luta árdua. Tem lutado diuturnamente para garantir os direitos desses trabalhadores. E esse projeto foi encaminhado para a Câmara Legislativa do Distrito Federal para colocar uma "espada" na cabeça desses servidores para quando, de novo, eles se manifestarem, essa "espada" cortar a cabeça dos agentes do DETRAN. Mas esquece o Governador de uma coisa. Esquece que o trabalhador e o agente de segurança nunca desistem por mais que votem aqui a CNT e aprovelem a Companhia Metropolitana de Trânsito. Os agentes que estão aqui na galeria vão continuar exercendo a sua função e por mais que queira o Governador deixar como cargo em extinção, vocês têm a responsabilidade com a sociedade do Distrito Federal porque os governos passam, mas as instituições e os trabalhadores da cidade continuam, vocês vão mostrar e, com certeza, vão dar a resposta. Não a resposta falaciosa que foi dada durante o período eleitoral e que agora, ao cair a máscara, mostra a verdade. Vai ser a resposta que tem caráter, compromisso e só fala a verdade porque atua com isenção no trânsito do Distrito Federal, não deixando a corrupção entrar nesse órgão.

E, por mais que tenham tirado vocês da Secretaria de Segurança Pública, e os colocados na Secretaria de Transporte e hoje, se coloca em votação a CNT, vocês vão continuar resistindo até conseguirem reverter essa situação, porque não há situação que não se reverta, Bezerra, se os trabalhadores estiverem unidos, serrando fileira ombro a ombro e dispostos a lutar até o final.

Por isso, essa situação nós vamos ver se reverter com a vitória de vocês em breve tempo porque o tempo é o senhor de todas as coisas. E, nós nos encontraremos ainda na vitória se Deus quiser!



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	86

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, há aproximadamente 2h a *TV Distrital* está fora do ar. O Canal 9 da NET está fora do ar e gostaríamos de ter um esclarecimento do porquê tiraram do ar esta sessão e as pessoas não podem acompanhá-la em casa.

E nós, a partir da Mesa Diretora, possamos imediatamente voltar à transmissão ao vivo e que seja transmitida não mais ao vivo, mas toda a sessão que está sendo filmada no Canal 9 da *TV Distrital*, que é um instrumento extremamente democrático para que o povo conheça o que está acontecendo nesta Casa e para que saiba de sua própria casa como os Parlamentares estão se posicionando. Mas, inusitadamente, a *TV Distrital* está fora do ar.

Solicito, portanto, esclarecimentos dessa Mesa Diretora.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - A Mesa Diretora vai fazer o comunicado amanhã à empresa e solicitar explicações sobre o motivo de estar fora do ar. E, caso seja possível, iremos retransmitir a sessão.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Assessores, senhores e senhoras da imprensa, servidores e servidoras do DETRAN, eu ainda, no passado, quando líder da Oposição, afirmei à imprensa e deste mesmo plenário que jamais diria na Oposição aquilo eu não faria quando governo. A coerência é um patrimônio.

Foi esse o fundamento que empreguei para dizer ao Dr. Délio Cardoso quando ainda era Diretor do DETRAN que eu era contra a criação da Companhia Metropolitana de Trânsito, porque significaria a municipalização equivocada do tratamento com o trânsito. Foi o mesmo argumento que utilizei para dizer ao Governador Arruda que era contrário à criação da Companhia. Foi o mesmo argumento que utilizei para dizer, à ocasião, ao Líder Deputado Leonardo Prudente que era também contrário à criação da Companhia. Foi o mesmo argumento que utilizei também para mostrar ao Dr. Jair Tedeschi que era também contrário à criação da Companhia. E por quê? Porque a Companhia não traz prejuízo só à categoria de servidores e servidoras que dedicou a vida inteira à paz no trânsito. Não! Traz prejuízos seríssimos à população e à paz no trânsito que se pretende ter. Por quê? Porque, em primeiro lugar, ao desvalorizar o servidor e a servidora vai trazer para uma função fundamental do Estado, gente que vai ser mal remunerada, que vai ter formação aquém dos que fazem o serviço hoje. E exatamente por isso, essa função precípua não será exercida, Sr. Presidente, como deveria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	87

Por isso, é que sou absolutamente contrário. Onde há as malfadadas companhias, o que nós temos é um comentário geral de fragilização do serviço em que o servidor e a servidora ficam muito mais submetidos a todo um debate que se faz na praça.

Aqui não. Aqui ninguém tem coragem de falar mal de um agente do DETRAN. Aqui há respeitabilidade, porque há educação, prevenção e fiscalização. De maneira que, Sr. Presidente, hoje registramos um grande retrocesso e a população, a sociedade, precisa saber disso. Nós registramos um retrocesso da política de trânsito do Distrito Federal. Digo assim, rememorando o início do debate que proponho, Sr. Presidente, porque se fossemos nós do PT, valorizaríamos mais o servidor, porque poderíamos cobrar, poderíamos ter o que efetivamente significa a paz no trânsito.

Não há paz no trânsito que não comece de casa, mas também que não comece por um serviço público eficiente e feito por servidores e servidoras valorizados.

É por isso que nos manifestaremos contrários à criação dessa malfadada Companhia.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Os técnicos da Câmara Legislativa do Distrito Federal da transmissão comunicam que, infelizmente, há um problema na rede de energia da cidade e que a sessão será repetida em outro momento, com certeza. Mas, quem quiser assistir é só acessar www.cldf.tvcanal1.com.br, www.cldf.tvcanal1.com.br.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Prudente.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores da imprensa, senhores servidores do DETRAN, eu queria neste momento comunicar a todos os servidores que muitos discursos estão sendo feitos, estão pregando a extinção da categoria de vocês, o que não é verdade.

Estão dizendo que os agentes vão acabar. A política do Governo é simplesmente aumentar o processo de fiscalização nas ruas do Distrito Federal. A Companhia Metropolitana de Trânsito é apenas um braço desses. O DETRAN continua mantido com toda a sua área de engenharia, com toda a sua área de logística e todos os senhores, todos, sem exceção, serão muito bem aproveitados, coordenando, liderando, chefiando as equipes que serão concursadas. Não há nenhum processo nem de terceirização, nem de privatização.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	88

Eu quero dizer a todos que não tenho medo de vaia. Não tenho medo de cara feia, porque a vaia é passageira. Agora, o resultado da política que será implantada pelo Governador, essa é permanente. Quem vai apreciar, quem vai avaliar é a população do Distrito Federal. Ninguém aqui está acima do povo. Nós, que somos Deputados, temos o dever de legislar em prol da maioria, mas respeitando os direitos adquiridos da minoria. Portanto, os direitos estão mantidos. Ninguém vai acertar que nenhum de vocês tenha perdas, e essas perdas não acontecerão.

Nós estamos aqui, Sr. Presidente, num momento difícil, num momento polêmico. Quantas e quantas vezes, Deputado Cabo Patrício, Deputado Chico Leite, nós ponderamos em relação a essa questão da Companhia Metropolitana de Trânsito? Eu tinha até dúvidas em relação à necessidade ou não da Companhia, mas ouvi atentamente às ponderações do Governador, da equipe técnica da Secretaria de Transportes. Quero dizer, Deputado Batista das Cooperativas, que vejo que a Companhia é um complemento ao serviço do DETRAN. Em nenhum momento, os serviços serão reduzidos; pelo contrário, haverá, sim, a valorização e o aumento, porque os servidores que são hoje os agentes serão os responsáveis pela política de fiscalização de trânsito, serão os coordenadores, os gestores dessa política. Eu não tenho dúvida de que isso trará enormes benefícios para o Distrito Federal. É o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Continua em discussão o projeto.
(Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação em primeiro turno.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário, Deputado Wilson Lima, que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL EM / / 2008

- PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO/EMENDA(S) (VIDE ANEXO)
- CCJ CEOF CAS CDDHCEDP CAF CDC CES CSEG CDESCMAT M.DIR. COM.ESP.
- PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____
- PROJETO DE LEI Nº(S) 840/08
- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____
- PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
- RECURSO Nº (S) _____
- REQUERIMENTO Nº (S) _____
- OUTROS _____
- VOTO EM SEPARADO

Autor: Deputado(a): _____ Executivo
Relator: Deputado(a): _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
	BERINALDO PONTES	PP	X				
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	DEM				X	
	CABO PATRÍCIO	PT		X			
	CHICO LEITE	PT		X			
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY	PT		X			
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	GERALDO NAVES	DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB				X	
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	X				
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO TADEU	PT		X			
	PEDRO DO OVO	PMN	X				
	RAAD MASSOUH	DEM	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSL	X				
	REGUFFE	PDT		X			
	ROBERTO LUCENA	PMDB	X				
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	X				
	WILSON LIMA	PR	X				
	ALÍRIO NETO	PPS	X				
	TOTAL	---	17	5		2	

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. Wilson Lima
 CONSOLIDADO POR Paulo Tadeu
 ASSINATURA _____ MAT. 1384
 ASSP/ PL Nº 840/08
 FOLHA Nº 289



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	89

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 17 votos favoráveis e 5 votos contrários. Houve 2 ausências.

O projeto está aprovado em primeiro turno.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 20:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, da Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal nº 11, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que “acrescenta os parágrafos 1º e 2º ao artigo 205 da Lei Orgânica do Distrito Federal”.

Relatores: Deputado Chico Leite - CCJ

Deputado Aylton Gomes - CESP.

(Assume a Presidência o Deputado Paulo Tadeu)

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – A tramitação da matéria já está concluída nas comissões. Iremos, então, direto à votação do projeto em primeiro turno.

Pelo que eu entendi, há um acordo dos Parlamentares em fazerem declaração de voto em vez de discutirem. Até porque os quiosqueiros também querem ver a apreciação da matéria deles na noite de hoje.

Em discussão, em primeiro turno, o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Lembro que, como é proposta de emenda à Lei Orgânica, são necessários 16 votos favoráveis à matéria para que ela seja aprovada.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL EM 1 / 2008

- PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO/EMENDA(S) (VIDE ANEXO)
 CCJ CEOF CAS CDDHCEDP CAF CDC CES CSEG CDESCTMAT M.DIR. COM.ESP.
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) 11/07
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI Nº(S) _____
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
 RECURSO Nº (S) _____
 REQUERIMENTO Nº (S) _____
 OUTROS _____
 VOTO EM SEPARADO

Autor: Deputado(a): _____ Executivo

Relator: Deputado(a): _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
	BERINALDO PONTES	PP	X				
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	DEM	X				
	CABO PATRÍCIO	PT	X				
	CHICO LEITE	PT	X				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY	PT	X				
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	GERALDO NAVES	DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB				X	
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	X				
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO TADEU	PT	X				
	PEDRO DO OVO	PMN	X				
	RAAD MASSOUH	DEM	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSL	X				
	REGUPPE	PDT	X				
	ROBERTO LUCENA	PMDB	X				
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	X				
	WILSON LIMA	PR	X				
	ALÍRIO NETO	PPS	X				
	TOTAL	---	23			1	

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. WILSON LIMA

CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT.

ASSP/ Nº /

FOLHA Nº



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	90

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 23 votos favoráveis. Houve 1 ausência.

A proposta está aprovada.

A matéria segue a tramitação regimental.

Pediram declaração de voto os Deputados: Dr. Charles, Erika Kokay, Roberto Lucena e Rogério Ulysses.

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Charles para declaração de voto.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, ACS aqui presentes, agentes de vigilância ambiental, quero parabenizar a todos vocês, pois essa é uma vitória histórica que vocês conquistaram no dia de hoje. Parabéns, mais uma vez.

É assim, unidos. Ninguém consegue nada parado. É preciso se mobilizar constantemente.

Quero parabenizar todos que votaram e todos que participaram desta noite histórica.

Parabéns a todos vocês! Vocês merecem. Felicidades!

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay para declaração de voto.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria também de parabenizar todos os agentes de saúde e agentes de vigilância, que desenvolvem uma luta histórica, que não começou hoje. Eles estão incorporados hoje à estrutura do Estado. Eu diria que esta votação tem um caráter histórico, sim - tem razão, Deputado Dr. Charles -, porque faz justiça aos servidores e, além disso, faz com que a população continue tendo o trabalho de vocês, que é fundamental para assegurar o princípio constitucional que diz que a saúde é dever do Estado e direito da população.

Portanto, esperamos que, a partir de agora, possamos desconstruir toda sorte de diferenciação que acometia cada uma e cada um de vocês no local de trabalho.

Parabéns! Contem sempre com a bancada do Partido dos Trabalhadores.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses para declaração de voto.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, fiz questão de fazer minha declaração de voto, na verdade, para transformar o meu voto num reconhecimento. Acompanho o trabalho dos agentes de saúde, em especial, dos agentes de saúde da cidade de São



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	91

Sebastião – e há vários deles aqui hoje. Acho que já demos vários votos difíceis aqui na Câmara Legislativa e alguns votos importantes, mas quero dizer que talvez este voto tenha sido um dos mais importantes que já proferi até hoje aqui no Poder Legislativo.

Parabéns aos agentes de saúde! Espero que isso possa, de fato, solucionar definitivamente as condições dessa categoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra ao Deputado Roberto Lucena para declaração de voto.

DEPUTADO ROBERTO LUCENA (PMDB. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros colegas, é importante que as pessoas da Saúde saibam que aqui existem 2 defensores da Saúde. Podem contar conosco todas as vezes que precisarem.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Estão encerradas as declarações de voto. Quero lembrar que o Deputado Cabo Patrício, o Deputado Milton Barbosa, o Deputado Geraldo Naves, o Deputado Leonardo Prudente, Líder do Governo, todos somos defensores da Saúde. Todos os Parlamentares são defensores da Saúde. Quero, inclusive, parabenizar a categoria pela luta.

Item nº 21:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 900, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “estabelece critérios de utilização de áreas públicas do Distrito Federal por mobiliários urbanos do tipo quiosques e *trailers* para o exercício de atividades econômicas e complementares às funções urbanas, e dá outras providências”.

Relatores: Deputado Benício Tavares - CAF

Deputado Milton Barbosa - CAS

Deputado Brunelli - CCJ.

Quero chamar a atenção do Plenário, em especial dos Líderes desta Casa. Esta matéria, que trata de quiosques e *trailers*, recebeu 40 emendas e 1 substitutivo. Pela informação que chegou a esta Presidência através da Assessoria de Plenário, ocorreu um acordo pelo qual votaríamos hoje o substitutivo, em primeiro turno, e as 40 emendas, em segundo turno.

Então, pergunto aos Líderes desta Casa se é esse mesmo o acordo, o entendimento para prosseguirmos com a discussão e a apreciação da matéria.

Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Prudente, Líder do Governo.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Perfeitamente, Sr. Presidente. O encaminhamento é esse. Votaremos o projeto na



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	92

forma do substitutivo, sem prejuízo das emendas, que serão todas apreciadas no segundo turno.

Creio que a maioria das emendas serão retiradas, porque já estão contempladas no substitutivo. Várias emendas foram apresentadas na Comissão de Assuntos Fundiários e no plenário. Isso tudo foi consolidado num substitutivo e, salvo melhor juízo, ficará pendente apenas a definição do tamanho, que será no segundo turno.

Portanto, a votação é do projeto na forma do substitutivo. As emendas ficarão para ser apreciadas no segundo turno, quando cada Deputado poderá observar se a de sua autoria foi ou não contemplada no substitutivo.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício, Líder do PT nesta Casa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria só informar que discutimos com os técnicos do Governo e apresentamos algumas emendas, que foram inclusive fruto do substitutivo apresentado que será votado, mas algumas emendas da bancada do Partido dos Trabalhadores não foram aceitas, não foram acatadas. Dessa forma, iremos apresentar seis subemendas na apreciação deste projeto em segundo turno. E vamos defendê-las aqui para garantir sua aprovação, porque são ressonância do que o segmento dos *trailers*, quiosques e similares defende e trouxe à discussão do conjunto de Parlamentares.

Então, vamos apresentá-las no momento em que o projeto for apreciado em segundo turno. Neste momento, apreciaremos o projeto em primeiro turno, em respeito aos companheiros dos quiosques, *trailers* e similares. E, quando da apreciação do projeto em segundo turno, apresentaremos as subemendas e faremos sua defesa para que sejam aprovadas por esta Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra ao Deputado Batista das Cooperativas.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS - (Bloco Democratas-Progressistas. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pela Liderança do Bloco Democratas-Progressistas, eu gostaria de dizer que o acordo é esse mesmo. Inclusive, acho que deveríamos votar já o projeto, em respeito aos nossos amigos quiosqueiros que estão aguardando na galeria desde as 15h.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pelo PTB, estamos prontos para votar o projeto.

DEPUTADO DR. CHARLES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	93

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não podemos deixar de votar este projeto hoje, pois é grande a necessidade dos quiosqueiros. O PTB, como disse o Deputado Cristiano Araújo, está presente com todos vocês.

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de dizer algumas rápidas palavras aos quiosqueiros e empresários do ramo de alimentação na cidade. Nosso acordo é votar hoje o projeto em primeiro turno para que possamos confeccionar as emendas que estão sendo negociadas e que irão garantir aquilo que, com certeza, vocês têm desejado, a vontade de vocês.

Então, nosso acordo é votarmos o projeto em primeiro turno e, o mais rápido possível, amanhã ou na próxima terça-feira, que é o ideal para terminarmos de fazer o acordo, o votarmos em definitivo, atingindo o anseio de vocês para que todos possam trabalhar com tranquilidade daqui para frente.

DEPUTADO WILSON LIMA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (Bloco Democrático Social Brasileiro. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PMDB e PR formam um bloco nesta Casa. Então, nós também estamos juntos na luta para aprovar o projeto dos quiosques, dos *trailers* no Distrito Federal. Contem com o nosso apoio. Estamos juntos, com vocês.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Esta Presidência quer explicar mais uma vez o acordo trabalhado com todos os Líderes desta Casa: foram apresentadas 40 emendas ao projeto, e, além das 40 emendas, foi apresentado um substitutivo que contempla algumas delas. Votaremos hoje o projeto na forma do substitutivo apresentado, sem prejuízo da análise dessas emendas, que serão todas transformadas em subemendas quando da votação do projeto em segundo turno, que, pelo que entendi, está marcada para a próxima terça-feira. Estou entendendo que a categoria está toda de acordo com esse conjunto de construções feitas pelos Parlamentares.

Solicito ao Relator, Deputado Benício Tavares, que emita parecer da Comissão de Assuntos Fundiários ao substitutivo, sem prejuízo das 40 emendas que serão discutidas em segundo turno.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Fundiários ao Projeto de Lei nº 900, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "estabelece critérios de utilização de áreas públicas do Distrito Federal por



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	94

mobiliários urbanos do tipo quiosques e *trallers* para o exercício de atividades econômicas e complementares às funções urbanas, e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Assuntos Fundiários, seguindo o acordo citado por V.Exa. com os Líderes e com os Deputados desta Casa, nosso parecer é pela aprovação do substitutivo ao projeto de lei.

Portanto, é o parecer, sem prejuízo das emendas. Eu gostaria de pedir aos Deputados que as encaminhassem com certa brevidade para podermos analisá-las a tempo no segundo turno.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – A Presidência lembra ao Deputado Benício Tavares e aos demais Relatores que as emendas já se encontram no processo. E novas subemendas poderão aparecer na apreciação do projeto em segundo turno.

Sugiro a todos os Parlamentares que deixem para fazer as declarações de voto após o primeiro turno.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 23 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Milton Barbosa, que emita parecer pela Comissão de Assuntos Sociais.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 900, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “estabelece critérios de utilização de áreas públicas do Distrito Federal por mobiliários urbanos do tipo quiosques e *trailers* para o exercício de atividades econômicas e complementares às funções urbanas, e dá outras providências”.

Sr. Presidente, a Comissão de Assuntos Sociais é favorável ao projeto, na forma do substitutivo, sem prejuízo das emendas.

Eu gostaria de fazer alusão a um fato, porque tive contato direto com esses profissionais, uma vez que fui administrador de duas cidades, do Riacho Fundo I e Riacho Fundo II e Ceilândia. Tive uma convivência direta, por evidente, com os quiosqueiros, proprietários de *trailers* e ouvi, nas audiências de que V.Exa. participou, bem como o Deputado Dr. Charles e outros Parlamentares, que era difícil ser um profissional dessa área.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	95

Contudo, dou um testemunho recente, do ano passado, e não faço segredo, porque nem me pediram segredo e não acho que devo fazê-lo, porque muita gente, depois de praticar atos de arbitrariedade, aparece com todo ar de santidade. Eu me refiro ao Administrador do SIA, Professor Eurípedes Leôncio Carneiro, que num determinado dia, ao seu talento, mandou restringir os horários de todos os quiosques do SIA para 19h. Fui procurado por vários quiosqueiros - eles estão ali para testemunhar, se for preciso - e peguei um abaixo-assinado com 84 assinaturas. Fui ao Governador Arruda, que, de lá, ligou para o Dr. Leôncio Carneiro mandando que ele voltasse ao horário normal. Telefonema feito na minha presença. E ele se refez e mandou reabrir. Isso foi apenas para dar um pequeno exemplo do tipo de coisa a que os senhores estavam submetidos até a regulamentação da profissão, apesar de termos muito a discutir até o segundo turno. Dei esse exemplo, e não faço segredo, porque alguém está nos vendo falar.

Portanto, eu queria parabenizar vocês e todos os Parlamentares, que, há cerca de seis meses, vêm discutindo esse projeto, que leva a tranqüilidade aos senhores e as suas famílias. Orgulhem-se da sua profissão, e não façam como um companheiro que eu ouvi dizer lá no Centro de Convenções que só era quiosqueiro porque era obrigado e era muito difícil sê-lo. A partir desta lei, sancionada pelo Governador Arruda, todos terão a tranqüilidade para cuidar da sua atividade e de suas famílias.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Em discussão. (Pausa)

Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Naves.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero dizer ao nobre Deputado Milton Barbosa que não foi apenas S.Exa. que foi testemunha disso não. Eu também fui e também estive presente lá, não como Deputado, mas como comunicador, lutando. Na época nosso Vice-Governador, Sr. Paulo Octávio, também intercedeu. Estão aqui vários quiosqueiros, estivemos juntos nessa luta para evitar o abuso de autoridade que foi cometido naquele momento no SIA.

Portanto, nós também estivemos presentes.

Eu quero aproveitar esta oportunidade para dar os parabéns aos quiosqueiros e dizer que os Deputados, todos, sem exceção, aqueles que comem um pastel, um churrasquinho, um caldo de cana, sempre estamos lutando. De parabéns estão os quiosqueiros.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Continua em discussão.

Não mais havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer da Comissão de Assuntos Sociais.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	96

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 23 Deputados.

Solicito à Deputada Eurides Brito que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 900, de 2008, que “estabelece critérios de utilização de áreas públicas do Distrito Federal por mobiliários urbanos do tipo quiosques e *trallers* para o exercício de atividades econômicas e complementares às funções urbanas, e dá outras providências”.

Relato o substitutivo a esse projeto original, ou seja, o Projeto de Lei nº 900, de 2008, e, examinando-o, posso encaminhar para que seja considerado constitucional, portanto, admissível, aceitável à votação, por ter atendido às normas, reservando-me a análise das emendas para discussão em segundo turno.

Portanto, somos pela aprovação nos termos do substitutivo ao Projeto de Lei nº 900, de 2008. Pela admissibilidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Portanto, o parecer da Comissão de Constituição e Justiça é pela admissibilidade.

Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 23 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 900, de 2008.

Concedo a palavra ao Deputado Brunelli.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a atenção de V.Exa. Eu estava lendo uma faixa ali na galeria que fala sobre a remissão dos débitos.

Como V.Exa. acabou de dizer que acordo é para ser cumprido, acordo é realmente para ser cumprido, principalmente aqueles que fazemos com o Executivo, em que retiramos uma emenda que tratava exatamente sobre a remissão.

Toda a bancada do Partido dos Trabalhadores, a bancada da Situação, do Governo, pediram sobre a questão da remissão dos débitos, seja de IPTU, seja das taxas, e o Governo...



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	97

Hoje nós temos aqui a presença do Chefe da Casa Civil, Sr. José Geraldo Maciel, que muito nos alegra, e eu tive a liberdade de conversar com ele e com o Líder do Governo sobre os projetos que o Secretário de Estado, Sr. Valdivino José de Oliveira, acordou com a Casa.

Então, segundo o que nos foi dito, segunda ou terça-feira chegará a questão da remissão, do Regime Tributário Simplificado – o Simples Candango; os permissionários do Mercado das Flores; os concessionários das bancas de jornais e revistas; os feirantes da Torre de Televisão; os ambulantes do Distrito Federal; a questão das regiões administrativas de Ceilândia, Santa Maria, SRIA; a questão do IPTU, entre várias outras.

E aquele pedido muito especial do Deputado Wilson Lima a respeito do PRÓ-DF do Gama.

Era essa a questão que eu queria registrar. Há um processo de emendas, e todos os Parlamentares estão consignando, inclusive eu, para a retirada delas se o acordo for mantido.

Pedimos novamente essa consideração sobre esse aspecto. Segundo a palavra que acabei de receber do Chefe da Casa Civil, na segunda ou terça-feira estará sendo protocolada essa iniciativa para mais um benefício da população.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Continua em discussão. (Pausa)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Foi acordado que aqueles Parlamentares que quiserem fazer a declaração de voto para os trabalhadores da galeria, deverão fazer a solicitação durante a votação nominal.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL EM / /2008

- PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO/EMENDA(S) (VIDE ANEXO)
 CCJ CEF CAS CDDH CDP CAF CDC CES CSEG CDESCMAT M.DIR. COM.ESP.
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI Nº(S) 900/08
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
 RECURSO Nº (S) _____
 REQUERIMENTO Nº (S) _____
 OUTROS _____
 VOTO EM SEPARADO

Autor: Deputado(a): _____

Executivo

Relator: Deputado(a): _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
	BERINALDO PONTES	PP	X				
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	DEM	X				
	CABO PATRÍCIO	PT	X				
	CHICO LEITE	PT				X	
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY	PT	X				
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	GERALDO NAVES	DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB				X	
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	X				
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO TADEU	PT	X				
	PEDRO DO OVO	PMN	X				
	RAAD MASSOUH	DEM				X	
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSL	X				
	REGUFFE	PDT	X				
	ROBERTO LUCENA	PMDB	X				
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	X				
	WILSON LIMA	PR	X				
	ALÍRIO NETO	PPS	X				
	TOTAL	---	21			3	

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. WILSON LIMA

CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT.

ASSP/ Nº _____ /

FOLHA Nº _____



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	98

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 21 votos favoráveis. Houve 3 ausências.

Está aprovado o Projeto de Lei nº 900, de 2008.

A matéria segue para apreciação em segundo turno.

Lembramos aos trabalhadores que há um entendimento para apreclarmos esta matéria na semana que vem. Não temos ainda uma data fixada. Poderá ser na terça-feira, quarta-feira ou quinta-feira, conforme acordo de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa para declaração de voto.
(Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, registro a luta desses trabalhadores que estão aqui desde as 15h. Em todos os momentos em que este projeto foi apreclado, esta Casa esteve lotada, o que demonstra a união desses trabalhadores para resolver definitivamente a questão dos quiosques.

Não podemos abrir mão dos 90 metros. É uma meta aprovamos o projeto, mas é necessário que ele tenha viabilidade. Então, quero registrar que, no segundo turno, quando forem apreciadas as emendas, este é um tema do qual não podemos abrir mão: o tamanho dos quiosques, pelo menos 90 metros quadrados.

Parabéns aos "quiosqueiros".

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay para declaração de voto.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, creio que a grande reivindicação é que possamos estar consolidando uma posição consensual nesta Casa da ampliação da área.

Digo que isso é muito importante porque queremos regularizar a atividade de vocês, vocês são microempresários, empresários desta cidade. Empresários que a partir do próprio esforço não se vergaram à exclusão do emprego formal, mas construíram o seu rendimento.

Que possamos assegurar que nenhum de vocês tenha área derrubada de quiosque. Se não ampliarmos a área, parte da atividade que vocês desenvolvem, do quiosque que vocês têm serão derrubados.

Então, portanto, é fundamental que continuemos nesse processo. Conversava com o Líder do Governo para que, já na segunda-feira, possamos sentar e tentar construir um consenso nesta Casa para ampliarmos a área para, no mínimo, 90 metros, mas que as pessoas que têm quiosques maiores possam ter



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	99

contempladas as suas construções, é obvio, respeitando-se todas as normas urbanísticas.

Parabéns a cada um de vocês, guerreiros e guerreiras que pegam a vida pelo muque e conseguem fazer com que a vida se transforme, o que só os seres humanos conseguem fazê-lo.

Um grande abraço.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra ao Deputado Pedro do Ovo.

DEPUTADO PEDRO DO OVO (PMN. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, boa-noite. Eu quero parabenizar vocês por essa luta. Sabemos que vocês não se curvaram, não se cansaram para estar aqui hoje, para começar a primeira vitória, pois muitas vitórias precisamos conquistar com esse espírito, com essa luta incansável que vocês travaram nesses últimos dias.

Esta Casa não se curvou um minuto para que pudéssemos trazer o melhor, para que esse projeto viesse até esta Casa.

Então, parabenizo vocês pela luta. Há muita coisa ainda para se fazer e podem contar com essa bancada, em especial a turma do Gama que tem meu apreço e carinho.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra ao Deputado Alírio Neto para declaração de voto.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PPS. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria manifestar a todos vocês a nossa satisfação de recebê-los nesta Casa e fazer um apelo: muitas vezes, nós, Parlamentares, que andamos por aí e passeamos pela cidade, somos criticados pelas pessoas. O trabalho desta Casa é também criticado, mas é fundamental termos um Poder Legislativo exatamente por esta situação de que vocês são testemunhas: pela oportunidade de vir aqui negociar, pela oportunidade de abrir as portas, pela oportunidade de o cidadão ter a sua voz aceita e o Parlamento é feito para isso. Cada Parlamentar que está aqui representa com certeza um pouquinho de cada um de vocês, por isso que esse projeto sairá da melhor forma possível.

Faço um apelo, somos a única casa legislativa, provavelmente, no Brasil, que não paga jetom para o Deputado ficar trabalhando até essa hora. O que nós ouvimos constantemente é crítica, mas se esquecem de falar e de observar o sacrifício que passamos no dia-a-dia em defesa da população.

Parabéns.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	100

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Naves para declaração de voto.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero mandar um abraço a todos vocês, os meus respeitos.

Estou vendo a Sueli, o Carlinhos, meus amigos do SIA, vários "quiosqueiros" amigos que estão aqui. Faço das palavras do Deputado Alírio Neto as minhas palavras também. Nós fizemos questão de estar aqui para votar o projeto de vocês, e estaremos na mesma luta, porque fomos testemunhas do sofrimento de cada um, mandando fazer panfletos, saindo por aí.

Na última vez em que estiveram aqui, as pessoas saíram um pouco revoltadas, e nós pedimos que esperassem. E valeu a pena, e está valendo cada minuto.

Que Deus abençoe o trabalho de vocês. Parabéns.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício para declaração de voto.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas dizer aos companheiros dos *trallers*, quiosques e similares que vocês alcançaram uma vitória, com toda certeza - a apreciação em primeiro turno. Como disse bem o Deputado Alírio Neto, Presidente desta Casa, foi aberto um canal de negociação para que vocês pudessem apresentar todas as reivindicações, para que fosse feito o substitutivo.

Mas eu só queria, parabenizando pela votação em primeiro turno, convocá-los para a apreciação em segundo turno, pois é aí que as emendas que contemplam a maioria das reivindicações de todos vocês serão apreciadas nesta Casa. Daí a importância de vocês lotarem a galeria para verem as emendas aprovadas e o direito de cada um de vocês garantido. Mais do que donos de quiosques e de *trallers*, vocês são pequenos e microempresários que trabalham dignamente nesta cidade, que geram emprego e, como foi dito numa reunião na Presidência desta Casa pelo Deputado Alírio Neto, ajudam a combater a violência, pois numa parada de ônibus em que há quiosque vendendo lanche, o meliante não fica.

Por tudo isso que fizeram e por toda a organização de vocês, parabéns, sucesso. Que no segundo turno vocês consigam mais vitórias!

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Concedo a palavra ao Deputado Wilson Lima, por um minuto.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Deputado Paulo Tadeu, Presidente, companheiros quiosqueiros, no finalzinho do mandato passado, em junho de 2006, nós Deputados que estávamos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	101

aqui - Deputado Brunelli, Deputado Paulo Tadeu, Deputada Eurldes Brito, Deputada Erika Kokay, Deputado Leonardo Prudente e outros se lembram disso - começamos a sedimentar o caminho dos quiosqueiros no Plano Diretor do Gama. No Plano Diretor do Gama começamos a segurar e dar realmente conforto e tranqüillidade a todos os quiosqueiros, porque dali partiu para todo o Distrito Federal a ampliação dessa regularização.

Portanto, todos vocês estão de parabéns, e na Câmara Legislativa do Distrito Federal todos estão de parabéns por isto. Parabéns.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Passarei a Presidência ao Deputado Wilson Lima, informando que agora irei fazer minha declaração de voto e, em seguida, os Deputados Raimundo Ribeiro e Berinaldo Pontes.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu, Vice-Presidente desta Casa e Deputado Federal na próxima Legislatura.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Está bem... Deputado Federal...

Eu quero primeiramente dizer que é importante a posição desta Casa hoje favorável ao substitutivo. Eu senti, na semana retrasada, Luiz, que muitos aqui saíram meio tristes, aborrecidos. Mas foi muito importante a vinda de vocês aqui hoje. Como bem dito por vários Parlamentares que falaram aqui antes de mim, Deputado Rogério Ulysses, todos, o nosso Líder Deputado Cabo Patrício, que reafirmou o discurso de vários Parlamentares, o substitutivo aprovado avança em relação ao projeto, mas ainda não é aquilo que vocês querem. Por isso, é importantíssimo que vocês participem de toda a discussão envolvendo as emendas, para que na semana que vem, terça ou quarta-feira, nós possamos aprovar o substitutivo com as emendas que vocês estão defendendo.

É importante reafirmar isso. Não dá ainda para, eu diria, cantar uma vitória, ou contar vitória. Ainda é importante que vocês continuem mobilizados. Mas esta Casa hoje, pelo discurso de vários Parlamentares aqui, já se mostrou sensível às causas de vocês.

Então, parabéns! Até a semana que vem, com a vitória do projeto.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro para declaração de voto.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSL. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros colegas e nossos amigos quiosqueiros, estou aqui apenas para manifestar a nossa satisfação de viver este momento, que nós sabemos não acontece de modo estanque. Este é um momento que apenas premia uma luta



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	102

justa de uma classe como a dos quiosqueiros. Pessoas que chegaram aqui nesta Casa e deram uma lição de cidadania, que souberam mostrar com todo o respeito as suas reivindicações. E esta Casa corresponde à expectativa, pois, ao se apurarem os votos, não tivemos voto contrário.

Portanto, parablenzo a Câmara Legislativa do Distrito Federal, porque hoje há uma vitória extraordinária desta Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Berinaldo Pontes para declaração de voto.

DEPUTADO BERINALDO PONTES (PP. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu também não poderia deixar de parabenizar cada um, cada uma que está aqui neste momento fazendo a história desta Casa e também fazendo a história de cada um e de cada uma. Mas quero dizer o principal: este projeto vai na perspectiva do direito, não do favor, porque todos os trabalhadores e trabalhadoras que geram emprego para sua família e para terceiros, precisam ter dignidade para trabalhar. E ter dignidade é ter a legalidade.

Parabéns pela legalidade! Parabéns, trabalhadores!

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Está encerrado o período da declaração de voto.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu queria apenas fazer um apelo ao Líder do Governo e ao titular da Casa Civil que aqui está. Os bancários estão em greve há 22 dias. Houve uma negociação, ontem à noite, em mesa conjunta com a FENABAN, e se chegou a uma proposta. Houve negociações específicas, banco a banco - os bancos públicos. Todos os bancos saíram da greve hoje, com exceção do Banco de Brasília. O Banco de Brasília, portanto, permanece em greve, simplesmente por migalhas. Eu diria que os bancários do BRB têm um auxílio alimentação menor do que o do conjunto da categoria.

Então, eu faria um apelo, Sr. Presidente – tenho certeza de que V.Exa. tem sensibilidade para isso –, para os Parlamentares desta Casa, para o Líder do Governo, Deputado Leonardo Prudente, e também para o titular da Casa Civil que aqui se encontra, a fim de buscarmos uma negociação profícua para o Banco de Brasília. Só os bancários do Banco de Brasília continuam, no Brasil inteiro, em greve, em função de uma negociação infrutífera que aconteceu hoje, ao contrário dos demais bancos públicos, seja estaduais, que são poucos, seja federais, como Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, BASA e BNB.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	103

Portanto, eu gostaria de fazer esse apelo para que pudéssemos sensibilizar a direção do Banco e o Governo do Distrito Federal.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, recebo aqui o pleito da Deputada Erika Kokay com muita alegria, mas, ao mesmo tempo, com serenidade.

Tenho certeza de que o pleito é muito justo, uma vez que envolve todos os servidores do nosso Banco, o Banco de todos nós, que é o Banco de Brasília.

Conversarei com Chefe da Casa Civil para Intermediar, Deputada Erika Kokay, amanhã mesmo, um entendimento nosso com a direção do Banco, no sentido de tentarmos avançar nesta questão tão importante: o restabelecimento dos serviços bancários do Banco de Brasília.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que chame o último item da pauta, o Item nº 24, sobre o crédito suplementar de R\$21.000.000,00 (vinte e um milhões) - PL 1.044 da NOVACAP, para o pagamento do acordo trabalhista feito no Tribunal Regional do Trabalho, em primeiro turno, e que, em seguida, V.Exa. encerre esta sessão e convoque outra sessão para votarmos esse importante projeto para Brasília em segundo turno.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato a solicitação de V.Exa.

Item 24:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.044, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 21.805.230,00 (vinte e um milhões, oitocentos e cinco mil, duzentos e trinta reais)”.

Relatores: Deputado - CEOF.

A matéria não tem parecer e recebeu 12 emendas.

A Presidência designa o Deputado Cristiano Araújo para emitir parecer pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.044, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 21.805.230,00 (vinte e um milhões, oitocentos e cinco mil, duzentos e trinta reais)”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	104

Foram apresentadas ao PL 12 emendas aditivas. Todas foram de Deputados apenas remanejando suas próprias emendas para que elas possam ser executadas. A Emenda Aditiva nº 1, do Deputado Brunelli; a Emenda Aditiva nº 2, do Deputado Leonardo Prudente; a Emenda nº 3 do Deputado Leonardo Prudente; a Emenda Aditiva nº 4, do Deputado Dr. Charles; a Emenda Aditiva nº 5, do Deputado Dr. Charles; a Emenda Aditiva nº 6, do Deputado Dr. Charles; a Emenda nº 7, do Deputado Dr. Charles. Enfim, as Emendas nºs 7, 8, 9, 10, 11 e 12 são todas Emendas Aditivas do Deputado Dr. Charles, as quais somos pelo acatamento por se tratarem de emendas que apenas realocam as emendas dos próprios Deputados Distritais.

Somos, portanto, pela admissibilidade do projeto com o acatamento das 12 emendas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão o parecer da CEOF. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 21 Deputados. Houve 3 ausências.

Em discussão, em primeiro turno.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, votarei contra esse projeto. Não sou contra o Governo pagar uma dívida que a Justiça decidiu. Ninguém pode ser contra o Governo cumprir uma decisão judicial. Tem que se respeitar as instituições e os Poderes. Existem 3 Poderes: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. Agora, sou contra o Governo sempre ter excesso de arrecadação. Se existe excesso de arrecadação, por que não reduz os impostos para o contribuinte? Por que não reduz o IPTU? Por que não reduz o IPVA?

Então, faz-se o excesso de arrecadação e depois vê-se onde coloca.

Eu penso que se há excesso de arrecadação, seria muito mais útil para o contribuinte do Distrito Federal se o Governo reduzisse os impostos, desse um desconto para pagamento à vista para quem pagasse IPTU e IPVA à vista, desse um desconto de 20% para quem pagou em dia nos últimos três anos seus impostos. Porque se eu reconheço que às vezes é difícil para uma pessoa conseguir pagar, porque a carga tributária é abusiva, o que dirá aquele que sempre paga em dia seus impostos. Esse tem que ser premiado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	105

Então, eu queria que o Governo fizesse um projeto para essa pessoa, que sempre paga os seus impostos em dia, para que ela pague menos impostos.

O Governo admite um excesso de arrecadação. Só de ISS, no valor de R\$ 14.963.000,00 (quatorze milhões, novecentos e sessenta e três mil reais), mais de ICMS-Simples Nacional, R\$ 3.957.000,00 (três milhões, novecentos e cinquenta e sete mil reais). Penso que o contribuinte poderia ser aliviado, tendo uma redução da carga tributária, para que o Estado custasse menos para ele. O custo do Estado, hoje, para o contribuinte, conforme já falei, é abusivo. Deveria custar menos. Então, se existe um excesso de arrecadação, que o contribuinte possa pagar menos impostos — IPVA, IPTU. Isso é o que penso. Respeito a posição de todos aqui, mas eu também gostaria que a minha fosse respeitada com a mesma educação com que respeito a de todos. Essa é a minha posição. Penso que a carga tributária deveria ser menor e que o contribuinte deveria pagar muito menos impostos do que ele paga hoje, em função dessa carga tributária abusiva.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Naves.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com bastante educação, com muita educação. Fico impressionado de ver — e vou citar o nome do Deputado Reguffe, porque ele pediu para ser com bastante educação, então vou ser bastante educado.

Há horas em que não sei quando é que o Deputado Reguffe está falando: olha, eu vou votar favoravelmente, tem que pagar uma dívida. O Governo está querendo pagar uma dívida e ele está contra. É dívida de trabalhador e ele está contra. Ele vota contra. Vem aqui e fala, “mete o pau.” Hoje, eu ouvi muita coisa nesta Casa e estou um pouco assustado. A partir do momento em que o Deputado Reguffe disse: “eu sou contra”, fiquei analisando, hoje, todas as suas palavras, como as da Deputada Erlka Kokay, as do Deputado Cabo Patrício, as do Deputado Paulo Tadeu. De todas as pessoas analisei.

Neste caso específico, é uma verba suplementar para pagar uma dívida de trabalho, do trabalhador. O Deputado Reguffe foi funcionário público. Hoje eu presenciei aqui o Deputado Chico Leite e tantos outros usando palavras tais como: “malfadada Companhia Metropolitana, malfadada isso ou aquilo”. Quero ver o que eles vão dizer quando essa Companhia Metropolitana crescer e tiver 5 mil funcionários zelando pela segurança pública no Distrito Federal. Posso até não estar aqui, mas quero ouvir o que eles vão dizer e vou reproduzir.

Então, é preciso refletir um pouquinho. Não custa nada o Deputado Reguffe pensar um pouquinho e analisar: já trabalhei com o Governador Arruda, vou conversar com ele pessoalmente, vou saber para que isso, por que disso. Porque aí não precisaríamos fazer essa interferência e estar aqui dizendo assim: por que o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	106

senhor vota contra tudo? Radicalmente contra tudo, entendeu? Então, é só essa a participação. Ele pediu com respeito e eu o respeitei.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão.

Concedo a Palavra ao Deputado Brunelli.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com muita alegria que subo à tribuna para resgatar aquilo que é direito do povo e direito consagrado por sentença transitada em julgado em acordo, em que foi dada como garantia a sede da NOVACAP. Tivemos a satisfação de poder participar com a Associação dos Funcionários da NOVACAP, desde 2003, dessa situação. Lá, também, uma das grandes reivindicações do público é o plano de complementação de aposentadoria, que não existe. É algo em que o Governo terá de pensar. O Poder Executivo terá de pensar com o Legislativo, porque existem dezenas de servidores daquele órgão, a exemplo da CAESB, da CEB, do BRB, que é regido pela REGIUS, da FACEB, da FUNDÁGUA. Quem está gerindo isso, não é?

São questões para nós pensarmos também, como esse Fundo de Pensão da NOVACAP, o fundo de pensão para complementar a aposentadoria desses servidores que sairão com o salário no teto, como a Previdência Social assim determina.

Parabenizo o gesto, não o simbólico, mas o gesto presencial do Governador Arruda, que esteve na sessão, no TRT, o que foi muito importante, quando assinalou e pediu que a mensagem fosse enviada à Casa para que esse crédito fosse consignado.

Também parabenizo o Governador porque vimos uma mudança no art. 28 do PDL do Guará. Temos de ver que foram mudadas as atividades de uso para residencial. A Câmara precisa dar uma olhada nisso. Parece-me até que foi feito um Termo de Ajuste de Conduta no Ministério Público. Quero saber disso e vou pedir explicações.

Parabenizo o Governador que foi exemplo nessa situação, o gesto de S.Exa. Deixar como elemento de penhora a sede, exime S.Exa. de qualquer pensamento de especulação imobiliária, mas não exime outros – e isso precisa ser pensado. O terreno do Carrefour até a Estrutural está aberto para isso, oito, nove andares. Assim como o exemplo do Sudoeste, que até agora não tivemos uma resposta para essas questões.

Enfim, o Legislativo está aqui. Estamos de olho. Vamos fazer a parte que nos cabe.

Porém, parabenizo esse gesto tão importante para os servidores, gesto humano, social do Governo, por intermédio da pessoa do Governador Arruda que teve coragem de efetivar o acordo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2008	15h35min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	107

Parabéns à Procuradoria, bem como ao pessoal do jurídico da NOVACAP, ao Presidente José Gonçalves por sua ação empreendedora de ser um empresário e um gestor público de sucesso.

Parabenizo também os associados e os servidores daquela empresa. Alguns já morreram e não receberam; agora há a expectativa da herança de outros que este Governador teve a coragem de efetivar.

Está aí a resposta: são 21 milhões para que se proceda a esse pagamento que deveria ter sido feito no dia 20.

Deixo, ainda, a pergunta no ar, para a Casa pensar, sobre um decreto que foi feito sobre a cassação no SOF Sul. Fica aí a pergunta sobre a qual buscarei as informações.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o Projeto de Lei nº 1.044, de 2008.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 21 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, convocando sessão extraordinária a realizar-se imediatamente após esta para apreciação do Projeto de Lei nº 1.044, de 2008, de autoria do Poder Executivo, em segundo turno.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 22h24min.)